



Revista Humanas Et Al., Paço do Lumiar, v. 2, n. 3, p. 1-188, jul. 2015.

ADMINISTRAÇÃO

A ADMINISTRAÇÃO E O NOVO PROFISSIONAL DO SÉCULO XXI..... 1-13
 Autor: Fabricio Rigui Botega

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO LUÍS: uma análise crítica ao modelo de gestão pública utilizado..... 14-32
 Autora: Silvana Regina Mendes Estrela

DIREITO

A PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: da origem histórica ao panorama atual..... 33-45
 Autora: Josanne Cristina Ribeiro Ferreira Façanha

A TERCEIRIZAÇÃO E A RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO PODER PÚBLICO..... 46-51
 Autores: Inácio Ferreira Façanha Neto; Josanne Cristina Ribeiro Ferreira Façanha

EDUCAÇÃO

A DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: uma análise sobre a relação pedagógica..... 52-62
 Autores: Corina Macedo de Carvalho Freire; Diêgo Henrique Matos Pinheiro

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FATOR SENSIBILIZADOR PARA OS ALUNOS E HABITANTES QUE MORAM PRÓXIMO AO RIACHO PONTE CAXIAS-MA, BRASIL..... 63-71
 Autores: Daniele Souza dos Santos; Deusinete Ribeiro Viana; Filipe Bezerra Costa; Vera Lúcia Lopes de Barros

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL “ANTÔNIO EDSON”, CAXIAS/MA – 2013..... 72-89
 Autores: Caio César de Sena Gonçalves; Helaine Hellitt de Souza Moraes; Samuel Santos Sousa; Vera Lúcia Lopes de Barros

TEMPOS DE CRISE E REFORMAS EDUCATIVAS NA AMÉRICA LATINA NO FINAL DO SÉCULO XX..... 90-101
 Autor: Melchor Huamán Cosi

ECONOMIA

DA CRISE NEOLIBERAL AO NOVO DESENVOLVIMENTISMO: uma análise comparativa..... 102-110
 Autor: Diêgo Henrique Matos Pinheiro

EMPREENDEDORISMO

EMPREENDEDORISMO UNIVERSITÁRIO: a importância das empresas juniores na formação acadêmica..... 111-118
 Autores: Diêgo Henrique Matos Pinheiro; Karla Rafaelle Lima Cruz

EMPREENDEDORISMO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: análise sobre os empreendimentos de base tecnológica..... 119-127
 Autores: Diêgo Henrique Matos Pinheiro; Roseane Diniz De Sousa

GESTÃO AMBIENTAL

| | |
|---|---------|
| DIAGNÓSTICO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO BAIRRO CANGALHEIRO NO ANO DE 2013 EM CAXIAS-MA..... | 128-139 |
| Autores: Ivonice Costa Veloso; Katiane dos Santos Lobo; Maria Marta Cavalcante de Oliveira; Vera Lúcia Lopes Barros | |

| | |
|--|---------|
| OCUPAÇÃO DO ESPAÇO E OS MOVIMENTOS DE MASSA NAS ENCOSTAS DO MORRO DO ALECRIM EM CAXIAS-MA, NOS ÚLTIMOS SEIS ANOS..... | 140-151 |
| Autores: Claubert Lima Torres; Vera Lúcia Lopes Barros | |

LOGÍSTICA

| | |
|---|---------|
| PROCESSO LOGÍSTICO DO GRUPO BHG: estudo de caso do Solare Suítes American..... | 152-177 |
| Autor: Willian Barbosa Filho | |

TECNOLOGIA

| | |
|--|---------|
| A VIRTUALIZAÇÃO: solução de baixo custo para falta de recurso de tecnologia da Informação no Ensino Superior..... | 178-188 |
| Autor: Leonardo Silva Nunes | |

A ADMINISTRAÇÃO E O NOVO PROFISSIONAL DO SÉCULO XXI

Fabricio Rigui Botega *

RESUMO

A necessidade de profissionais de administração cada vez mais capacitados e preparados para enfrentar o mercado, vem causando uma verdadeira revolução dentro e fora das instituições de ensino superior. Diferentemente do passado, atualmente não basta apenas ter um diploma de graduação, pois, as grandes organizações buscam administradores que tenham tido um bom desempenho durante sua graduação e que façam a diferença durante o desempenho de suas atividades funcionais. Dinamismo, multifuncionalidade, eficácia, comunicação adequada, disciplina, responsabilidade, ética e respeito, são características que as empresas procuram nos profissionais de administração para poder gerir seus negócios, acreditando que este trará um crescimento e desenvolvimento para as instituições, agregando sua manutenção e destaque no mercado cada vez mais concorrido e globalizado. O que antes era somente local, hoje torna-se global, devido a velocidade com que as informações fluem. Desta forma, o que antes era global, passa também a ser local, pois graças a globalização e o imediato fluxo de informações que tem-se, os acontecimentos irão de um canto a outro do planeta em questão de segundos, assim, manter uma boa imagem de si no mercado e tornar-se apresentável ao mesmo, de certa forma influenciará em uma futura colocação sua no mercado. Diante de tantas modificações, percebe-se que é preciso aliar sempre destreza nas atividades com inovações em processos, agregando o valor próprio e ter qualificação para chegar onde se almeja. É preciso desenvolver habilidades, ser flexível nas mudanças, ter humildade e responsabilidade em tudo que se vá desenvolver. Gerir pessoas dentro de uma responsabilidade voltada para o bom trato com o meio ambiente, desenvolver estratégias de responsabilidade social e preocupar-se em estar sempre atualizado e buscando desenvolver e modificar o ambiente em benefício próprio e de outros, tornando-o favorável, são fatores que também ganham seu espaço e valorizam o profissional com boas idéias que possam ser utilizadas na empresa. Assim, o objetivo principal deste artigo, é apresentar algumas características do novo profissional do século XXI e quais os cuidados que o mesmo deve ter na busca da conquista de seu espaço, a incansável capacitação e necessidade de ser o diferencial que as organizações tanto procuram e as habilidades exigidas para ser um profissional lembrado e reconhecido são explanadas de forma clara e simples no desenvolvimento deste. Portanto, ser o profissional que o mercado procura, está cada vez mais complexo e necessita de grande vigor e motivação na busca de manter sempre atualizado e pronto a assumir riscos.

Palavras-chave: Mercado. Globalização. Profissional.

1 INTRODUÇÃO

Com o avanço da tecnologia e o advento da globalização, muitos processos sofreram grandes transformações e evoluíram, fazendo com que os paradigmas da administração fossem alterados, de forma a absorverem e estarem aptos a competitividade do mercado global.

Desta maneira, este novo cenário no mercado, faz com que haja um novo desenho do perfil profissional do administrador, com exigências de novas necessidades, sendo este, mais responsável, dinâmico, disciplinado e líder. O foco de uma organização que busca

* Graduado em Administração e Geografia, especialista em MBA em Negociação e Consultoria. Professor do Instituto Superior Franciscano.

destaque em sua área de atuação, é ser a referência e buscar o reconhecimento do mercado. Para tanto, é preciso que haja um profissional administrador com características que venham proporcionar uma colaboração mútua entre ambos.

Ser leal, possuir ética, estar comprometido e envolvido com os objetivos pessoais e profissionais, é ter um diferencial neste mercado que cada vez mais estreita as oportunidades, exigindo também que o novo profissional esteja sempre atualizado, capacitado e apto a novas perspectivas em sua área de atuação.

Assim, o profissional precisa estar atento as oportunidades e preparado para encarar os desafios que este novo cenário mercadológico proporciona. O profissional de administração passa a ser fundamental na nova realidade das organizações, buscando sua notoriedade e, almejando seu espaço no mercado, necessitando ser percebido e sua presença neste ambiente passando a ser vendável, pois há a necessidade de se fazer notável àqueles que estão à sua volta, colocando-se a disposição à qualquer instituição. Dentro destes novos enfrentamentos e concepções, um conceito favorável da imagem do novo profissional, contempla uma realidade de que o mercado nunca estará saturado para um bom administrador, porém este precisa conquistar seu espaço e estar preparado para exercer qualquer uma das atividades relacionadas à sua profissão.

Diante disso, é preciso que os profissionais de administração saibam e tenham conhecimento da metamorfose que ocorre no mercado de trabalho e, que o desempenho de suas funções se dêem com muita objetividade, responsabilidade, compromisso e competência, além de outras características que são fundamentais para o destaque do melhor profissional no mercado, sendo estas, honestidade, disciplina, eficiência e eficácia, conhecimento das leis e normas que regem suas atividades e muito respeito a estas.

Como metodologia para o desenvolvimento deste, foi utilizada pesquisa bibliográfica de autores já consagrados, tendo como fontes, publicações em livros, revistas, sites específicos e publicações avulsas, a fim de se obter um bom embasamento teórico e apresentar e reelaborar informações capazes de produzir uma reflexão e (re)construção de idéias sobre a administração e o novo profissional desta área.

Sendo assim, este artigo justifica-se por apresentar e colaborar de forma clara e objetiva, para que o futuro profissional de administração tenha um maior conhecimento do perfil profissional que o mercado busca, de suas competências e atividades, bem como tome algumas precauções diante de suas funções e práticas.

Portanto, como forma de disseminar estas informações, espera-se colaborar para que o futuro profissional de administração esteja atento as constantes mudanças do mercado e

possa aproveitar cada uma das futuras oportunidades que possam vir a apresentar-se ao longo de sua carreira e, sejam ótimos responsáveis técnicos dentro de suas organizações, a fim de ser melhor explorada e aplicada a mão de obra destes profissionais.

2 O SURGIMENTO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Fora por meados de 1881, nos Estados Unidos da América (EUA), que os cursos de administração foram implementados, com a criação da Wharton School, segundo consta no site do Conselho Federal de Administração (CFA, 2015), devido a expansão acelerada e sem organização que muitas empresas vinham sofrendo e, que estava difícil manter uma ordem nestas. Outro fator que colaborou para o surgimento do curso de administração foi o fator de que era preciso haver maior eficiência e produtividade dentro do âmbito das empresas, para que assim, as mesmas pudessem fazer frente à seus concorrentes e pudessem se manter no mercado.

No Brasil, a formação de um administrador, ganha seus primeiros contornos por volta da década de 40, porém é na inauguração da Escola Brasileira de Administração Pública, durante o governo de Getúlio Vargas, que a Fundação Getúlio Vargas, apoiada pelas instituições da ONU e da UNESCO, em 1952, que o curso de administração ganha sua formação e implantação definitivas, passando esta fundação a ser uma referência dentro das instituições de administração no país.

Durante o governo de Juscelino Kubitschek, apoiado pelo crescimento da indústria no país e pelo aumento e desenvolvimento no número de empresas, há uma alavancagem no curso de administração, aumentando consideravelmente sua procura, pois as empresas necessitavam de mão de obra qualificada e que pudessem planejar, controlar e administrar todos os processos das mesmas e prepararem-se para as constantes mudanças que o mercado estava sofrendo na época.

A regulamentação da atividade de administrador, segundo o site do Conselho Federal de Administração (CFA, 2015), somente teve sua promulgação, no diário oficial da União, no ano de 1965 em 9 de setembro, com a Lei nº 4.769, sendo reconhecida esta função, somente aos portadores de diploma de graduação da área. Segundo a referida Lei:

[...] a atividade profissional de Administração será exercida, como profissional liberal ou não, mediante: a) pareceres, relatórios, planos, projetos, arbitragens, laudos, assessoria em geral, chefia intermediária, direção superior; b) pesquisas, estudos, análise, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos nos campos da Administração, como administração e seleção de pessoal, organização e métodos, orçamentos, administração de material,

administração financeira, administração mercadológica, administração de produção, relações industriais, bem como em outros campos em que esses se desdobrem ou aos quais sejam conexos. (BRASIL, 1965).

Há um enorme leque de oportunidades para os formados no curso de administração, bem como vários ramos de atuação aos profissionais desta área. Segundo o artigo 3º do Decreto 61.934/67 regulamentador da profissão, estas áreas de atuação à um profissional da administração, podem envolver análises, estudos de campo, pesquisas, administração, planejamento, projetos, organização e outros com bons salários. De acordo com o Conselho Federal de Administração, os campos de atuação privativos do administrador dividem-se em: Administração de Projetos; Administração Financeira; Administração de Materiais; Administração da Produção; Administração Mercadológica/Marketing; Administração e Seleção de Pessoal; Recursos Humanos; Orçamento; Organização e Métodos e Programas de Trabalho; Campos Conexos (Administração de Consórcio; Administração de Comércio Exterior; Administração de Cooperativas; Administração Hospitalar; Administração de Condomínios; Administração de Imóveis; Administração de Processamento de Dados/Informática; Administração Rural; Administração Hoteleira; “Factoring”) (BRASIL, 1965).

Atualmente, várias instituições de ensino superior oferecem em sua grade de cursos, a graduação em administração, sendo este, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), o curso com maior número de graduandos matriculados no Brasil, número que gira em torno de 833.042 estudantes, sendo estes 460.149 matriculados do sexo feminino e 372.893 do sexo masculino.

Mesmo com esta quantidade de estudantes que buscam uma qualificação no mercado, tem-se uma enorme preocupação, pois diante de um mercado cada vez mais selecionador e apequenando-se, devido aos altos custos empresariais e quantidade de concorrentes devido a globalização, as vagas do mercado de trabalho, diminuem e, somente os profissionais eficazes e multifuncionais ficam perceptíveis. Desta maneira, atualmente a conclusão de uma graduação, não garante ao profissional sua colocação no mercado, é preciso que o mesmo seja proativo e busque sempre construir sua carreira, com constante qualificação, desenvolvimento e dedicação.

3 O PROFISSIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E O MERCADO DE TRABALHO

Falar em administrar é envolver-se nos mais variados contextos da profissão e da atividade. O verdadeiro profissional neste mercado que estamos inseridos hoje, passa a ser mais que um recurso, passa a ser um parceiro que deve estar atento as mudanças e também se fazer perceptível e lembrado junto às organizações e órgãos que buscam inserir-se. Tornar-se visíveis ao mercado, ter uma boa imagem de confiança, responsabilidade e competência, estas são características de uma “marca pessoal” de cada um que, cada vez mais precisa ser trabalhada e desenvolvida na sociedade.

De acordo com Desaulniers (1997, p. 54), “[...] com a globalização da economia, o desenvolvimento de todas as capacidades do trabalhador como um ser integral constitui-se numa das condições ao avanço dessa nova ordem social”.

Alcoforado (1997), explica que, globalização é a área do intercâmbio econômico, político e sociocultural de todos os países do planeta e conseqüentemente de todas as empresas, e aos administradores cabem esforços totais neste processo, pois disso depende o sucesso e expansão da empresa ou instituição que estiveram administrando.

Ainda, este autor afirma que:

A globalização está exigindo uma nova postura para a condução dos negócios, ou seja, uma forma diferente de administrar os recursos existentes. Assim os administradores estão sendo desafiados a adquirir habilidades e atitudes novas, a buscar estratégias alternativas, a garantir a posse de condições que dêem sustentação às empresas, frente aos ventos da mudança. (ALCOFORADO, 1997, p. 50).

Assim, Vianna e Junqueira (1996), afirmam também que os executivos precisam tentar ser tão eficazes como pessoas tanto quanto são como gerentes, pois uma pessoa talentosa e competente que exerça suas atividades com responsabilidade e habilidades inovadoras, pode elevar seu nível de notoriedade perante a sociedade, grupos e organizações, porque o mercado está em constante busca por novos talentos que estejam capacitados e qualificados.

Entre tantos avanços tecnológicos em que vive-se e, diante de uma era da informática que revoluciona o mercado constantemente com inovações, tem-se uma vida em constante observação a cada segundo. A velocidade de imagens e informações que circulam a todo momento, entre idas e vindas, torna a vida de todo ser humano e daqueles que administram negócios, cada vez mais pública, por isto a necessidade de manter uma imagem preservada, uma boa marca pessoal no mercado, pois as vezes, onde menos se espera, indivíduos são vigiados e alvos de constantes questionamentos, fato que pode resultar à uma

boa oportunidade para pretendentes que desejam ter a seus serviços, pessoas com uma boa capacidade profissional.

Conhecimento e aprimoramento pessoal são fundamentais para quem quer conquistar seu lugar ao sol, e frente a tantas cargas de oportunidades de aprimoramentos existentes, saber utilizar de forma concisa, coerente e consistente tais ferramentas, ajuda para manter uma visibilidade e valoriza a imagem que pretende-se transmitir.

O diálogo emerge, pois, não mais como perspectiva, mas como efetiva necessidade para a visibilidade – seja científica, seja social – da área como um todo e, por decorrência, para sua própria sobrevivência. Nesse contexto, uma perspectiva específica de diálogo, por meio de uma atividade mutuamente enriquecedora a ambos os contextos, consiste na divulgação profissional, que pode ser encarada como processo informativo, de cunho social, acerca de uma dimensão profissional. (GUIMARÃES, 2004, p. 91).

Atualmente é preciso ter criatividade e de certa forma uma dose de coragem para criar motivos e interagir com as pessoas para poder aparecer e tornar-se visível. Cada área de atuação permite uma série de ações planejadas, que criarão uma rede de relacionamentos, e é nessa interatividade e conectividade entre as pessoas, que se desenvolvem e se constroem valores no mercado e sociedade.

Tanto fala-se diante de um mercado cada vez mais excludente em empregabilidade, definição esta expressa por Vianna e Junqueira (1996, p. 55) como:

[...] conjunto de conhecimentos, habilidades, e comportamentos que tomam um executivo ou profissional importante para sua organização e para toda e qualquer empresa. São características que transcendem à organização, pois atendem às necessidades do mercado de executivos e profissionais como um todo.

Para tanto fazer-se presente e estar visível, acessível e “antenado” com o mundo, com as pessoas, com organizações sem que haja exageros, atuando com moderação e bom senso, mantendo sempre uma sinergia e consistência nas ações praticadas, são elementos que colaboram para agregar valores e garantir certa empregabilidade. Fazer-se percebido no mercado é a grande tarefa de cada profissional, porém tem que ser percebido naturalmente, sem gritar, sem alarmes exagerados, sem truques.

Em um mundo cada vez mais competitivo e seletivo, é grande a importância de características que diferenciem as atuações de profissionais. A trajetória individual e profissional sempre foi e continuará sendo, um patrimônio pessoal a ser administrado e mantido com rigor e competência.

Para Balassiano e Costa (2006), a empregabilidade atualiza as concepções de carreira, a qualificação profissional é uma exigência permanente para a atualização de suas capacidades.

A empregabilidade é definida como “[...] condição daquele que, apesar das mudanças no mundo de trabalho, continua apto para nele permanecer”. (TEIXEIRA; RIOS, 1998, p. 64).

Mckinlay (2002 apud COSTA; CAMPOS, 2006, p. 65) afirma que:

A carreira tradicional é uma promessa que a organização faz ao indivíduo de que o mérito, a diligência e a autodisciplina serão recompensados com progresso contínuo numa trajetória desenhada à semelhança de uma escada. Essa promessa tem cunho de longo prazo e a progressão na carreira está diretamente associada a níveis preestabelecidos de desempenho e demonstrações particulares de caráter e comportamento.

Ainda que se tenha uma boa lembrança no mercado, é preciso que se saiba relacionar com o público alvo, com as pessoas certas e demonstrar que a marca pessoal criada, seja necessitada, este sim é um grande desafio na vida de cada profissional. Saber quem são as pessoas a serem contatadas, quais as instituições a serem despertadas para serem o alvo dos interesses profissionais de cada pessoa.

Saber identificar em que área atuar, analisar as oportunidades e, de que forma inserir-se nele, exige muito de um profissional. Por isto, pesquisas, informações, conhecimento de área e que tipo de profissionais já atuam em determinado mercado, é fundamental para cada indivíduo que deseja fazer parte de um campo de atuação. Tornar-se apresentável, criar expectativa em seu entorno, ser inovador e influenciar pessoas, replanejar seus objetivos, traçar novas metas e estratégias, todas estas etapas compreendem informações externas e internas, isto é, informações que são identificadas pelo próprio profissional e do ambiente de que o mesmo faz parte ou que busca inserir-se.

Diante disso Fayol (1990, p. 61) explica que:

Para que o pessoal seja estimulado a empregar no exercício de suas funções toda a boa vontade e o devotamento de que é capaz, é preciso que sejam tratados com benevolência; e equidade resulta da combinação da benevolência com a justiça. A equidade exige em sua aplicação, muito bom senso, muita experiência e muita vontade.

Planejar, fazer, controlar e acompanhar promovem uma organização individual, colaborando para uma análise de oportunidades e as ameaças visando-se vender no mercado como produto-pessoa.

Porém, a criação de valor é mais complexa do que se pensa, pois envolve benefícios funcionais, emocionais, monetários, de tempo, custos de energia e psicológicos. E diante de uma oferta cada vez maior de mão-de-obra no mercado e de uma concorrência cada vez mais acirrada, àquele profissional que oferecer a melhor relação custo-benefício à determinada organização, certamente será o privilegiado e contemplado.

Em se tratando a perfil, Ferreira (1986) apresenta a seguinte definição, “pequeno escrito em que se salientam os traços característicos de uma pessoa; gráfico que representa as diversas aptidões de uma pessoa”. Para Chiavenato (2000, p. 8):

[...] o administrador atual deve ser um profissional com formação ampla e variada; precisa conhecer disciplinas heterogêneas (como Matemática, Direito, Psicologia, Sociologia, Estatística, etc.); precisa lidar com pessoas (que executam tarefas ou que planejam, organizam, controlam, assessoram, pesquisam, etc.) que lhe estão subordinadas ou que estão no mesmo nível ou acima dele; precisa estar atento aos eventos passados e presentes, bem como às previsões futuras, pois o seu horizonte deve ser mais amplo, já que é o responsável pela direção de pessoas que seguem suas ordens e orientação; precisa lidar com eventos internos (localizados dentro da empresa) e externos (localizados no ambiente externo da empresa); precisa ver mais longe que os outros, pois deve estar ligado aos objetivos futuros que a empresa pretende alcançar por meio da atividade conjunta de todos.

Como na aquisição de um produto esperado, mostrar que está se empregando em uma empresa, um profissional com novas habilidades, com inovações, que saiba relacionar-se com seus colegas e levá-los a criticar de forma positiva dentro da organização, tudo isto é fazer o novo profissional da administração tornar-se sempre visível, é proporcionar ao contratante, perceber que levou o que mais esperava. É a satisfação do cliente frente à sua capacidade intelectual e profissional.

Dessa maneira, a satisfação do contratante, depende diretamente do desempenho da oferta de atividades que o contratado apresente. Como vive-se em um mercado cada vez mais voltado para o lucro, a necessidade de aumentar os lucros das organizações é fator determinante para o fortalecimento da contratação do bom profissional.

O profissional que souber aliar maior lucratividade, com o menor custo possível, certamente irá destacar-se entre os demais. Portanto, inovar e utilizar estratégias que permitam ganhos consideráveis com atitudes ecologicamente corretas, já que uma das maiores preocupações atualmente também é com a natureza e o meio ambiente em que vive-se, irá contar muito para a popularização da carreira individual de cada profissional.

Outro aspecto que ganha destaque no atual estágio da economia, é a preocupação com o meio social. Desta forma, aquele profissional que possuir humildade, competência e facilidade no relacionamento com pessoas das mais variadas classes sociais e souber trabalhar com a gestão de pessoas também, ganhará destaque no lugar de sua atuação.

O novo administrador que as instituições procuram, precisam ser diferenciados, precisam ter características e qualificações que lhe proporcionem um destaque frente ao mercado globalizado. É preciso que o novo profissional tenha uma visão estratégica dinâmica das atividades da organização, saiba disseminar seus conhecimentos e experiências, colaborando para o crescimento e desenvolvimento de trabalhos em equipe, ser proativo,

eficiente e eficaz, tenha conhecimento de língua estrangeira, seja humilde para aprender e perspicaz na busca de novas atividades, estar sempre qualificando-se, ter boa comunicação e relacionamento interpessoal além de uma capacidade de planejamento, ação e liderança.

Para Bottoni (2009), as competências profissionais mais valorizadas pelas empresas depois que a crise começou são: dupla visão, inovação, dedicação, liderança, cabeça de consumidor, capacidade de decisão, capacidade de resolver problemas.

É perceptível que dentre tantas características do profissional que o mercado busca hoje, a capacidade de inovar e liderar é fundamental para que o mesmo esteja inserido neste mercado, juntamente com a dedicação e responsabilidades que são pontos muito rigorosos a serem analisados.

Dentre as tantas ações que o administrador deve desempenhar, a funcionalidade de formar opiniões e encorajar o maior número de elementos envolvidos nos processos de produção em uma organização, chamando para si a responsabilidade de desenvolver pessoas e crescer tanto pessoal quanto profissionalmente, torna este profissional do novo milênio dentro de uma instituição, o maior diferencial que é procurado.

Segundo Murini, Freo e Madruga (2006), entende-se que o perfil do administrador de hoje é de um eterno aprendiz, capaz de levar o seu aprendizado para o ambiente das organizações.

Arantes (1998), afirma que, a tarefa básica do administrador é ter idéias que contribuam para os resultados empresariais, colocá-los em prática e, ainda, ter a coragem de inovar, mudar e assumir os riscos inerentes a essas inovações e mudanças, assumindo o compromisso e a responsabilidade pela contribuição de sua área para as finalidades empresariais.

Desta maneira, uma boa colocação no mercado é perseguida por muitos profissionais e futuros profissionais, sejam eles estudantes, formados ou que ainda venham a se formar, porém muitos vivem sonhando e esquecem-se de pôr em prática suas habilidades e demonstrar suas capacidades ou no mercado do qual já fazem parte ou em sala de aula, que é sua academia, ficando desta maneira, esperando que a oportunidade caia do céu. As ações de hoje, certamente irão refletir-se futuramente. Sonhar é necessário, mas agir em busca dos sonhos e colocá-los em prática com responsabilidade, disciplina, ética, respeito e dedicação são fundamentais.

4 CONCLUSÃO

Diante do exposto no decorrer deste artigo, ficou evidente que para que o novo profissional da administração conquiste seu espaço no mercado, é preciso que haja, além de uma dedicação e profissionalismo, um conjunto de características que o levem a ser percebido.

No entanto, porém alguns diferenciais são fundamentais para manutenção ou inserção destes profissionais no mercado. Para que se consiga estar executando uma atividade administrativa em um mercado globalizado, excludente e concorrido a tarefa não é nada fácil, e todas as experiências vividas se forem bem empregadas de maneira responsável e competentes, sejam elas em sala de aula ou nas organizações, irão tornar-se um ponto a mais para um currículo que demonstre uma boa imagem no mercado e conseqüentemente um aspecto pessoal fortificado.

Se por um lado, o novo profissional busca crescer sempre em sua carreira e tornar-se visível no mercado, uma exigência sempre vem ligada às suas expectativas. Ao crescer em sua carreira, maiores responsabilidades serão assumidas e maiores e mais decisões serão necessárias, todas com grandes impactos e reflexos em suas organizações. A exposição de sua imagem dentro e fora das instituições será constante, um comportamento em torno de resultados e metas alcançadas serão fundamentais.

Identifica-se que tornar-se lembrado exige muita cautela, foco e mesmo uma boa conduta, além de precisar estar atento as mudanças e ter sempre boas atitudes. A exigência da dedicação, conhecimento e constante busca de aperfeiçoamento e profissionalização são importantes para o administrador do novo milênio.

Contudo, possuir resultados que proporcionem sua excelência desde um passado, somados e encadeados a atividades presentes, que permitam inovações e ferramentas de práticas recentes que garantam reconhecimento hoje, para um sucesso futuro, é pretensão de cada profissional que sabe onde quer chegar e sabe usar do conhecimento que possui e continua a buscá-lo sempre.

Assim, a necessidade do mercado em formação de novos administradores, torna-se cada vez mais fundamental, pois o dinamismo social, econômico, financeiro, de pessoal, além de marketing, planejamento, entre outras atividades, fazem com que a concorrência aumente constante e consideravelmente no mercado global, exigindo que as empresas busquem os melhores gestores para fazerem parte de seu quadro funcional, a fim de evitar que as mesmas possam se desenvolver ou crescer desordenadamente e não progredir.

Diante da hipótese de mercado que tanto se é debatida e buscada, atualmente, de que toda e qualquer instituição precise em seu quadro de funcionários e/ou como responsável por um negócio, a presença de um administrador capaz de preparar a empresa para as imprevisões de um futuro, desenvolver um plano de negócios e estar atento as constantes mudanças que ocorrem, utilizar-se das mais variadas informações possíveis e disponíveis que se tem, para o melhor desempenho em sua atividade, buscou-se mostrar quais características deve ter um bom profissional da administração e suas atitudes, para que assim o mesmo esteja preparado para atuar em qualquer instituição a qualquer momento que se precise deste.

Portanto, é importante o papel do administrador nas instituições e esta é uma área que cresce consideravelmente, porém cabe ao novo profissional estar apto a assumir sua posição, pois esta área não está mais restrita somente a problemas diários, mas sim é preciso que haja um planejamento constante e profissionais que tenham competência, ética, responsabilidade e competências que lhe permitam atuar nos mais variados setores e organizações do mercado.

ABSTRACT

The need for management professionals increasingly qualified and prepared to face the market, has caused a revolution in and out of higher education institutions. Unlike in the past, currently not enough to have an undergraduate degree, for large organizations seeking managers who have performed well during his graduation and that make a difference in the performance of their functional activities. Dynamic, multi-functionality, effectiveness, proper communication, discipline, responsibility, ethics and respect, are characteristics that companies seek in management professionals to be able to manage their business, believing that this will bring growth and development to the institutions, adding maintenance and highlighted in increasingly competitive and globalized market. What was once only place today becomes global because of the speed with which information flows. Thus, what was overall, also happens to be local, because thanks to globalization and the immediate flow of information that has been, the events will go from corner to corner of the planet in a matter of seconds, thus maintaining good image of themselves in the market and become presentable to it, somehow influence in a future placing your market. With so many changes, one realizes that one must always combine dexterity in activities with innovations in processes, adding their own value and have qualification to get where we aim. You need to develop skills, be flexible on change, have humility and responsibility in everything we go develop. Managing people in a focused responsibility for the good treatment of the environment, develop social responsibility strategies and worry to always be up to date and seeking to develop and modify the environment for their own benefit and others, making it favorable, are factors who also earn their space and value the professional with good ideas that can be used in the company. Thus, the main objective of this article is to present some features of the new professional twenty-first century and what care that it should have in the pursuit of achievement of its space, the tireless training and need to be the difference that organizations seek and the skills required to be a remembered and recognized professional are explained in a clear and simple way to develop this. So, being the professional that the market demand is increasingly complex and requires great strength and motivation in seeking to keep up to date and ready to take risks.

Keywords: Market. Globalization. Professional.

REFERÊNCIAS

- ALCOFORADO, Fernando. **Globalização**. São Paulo: Nobel, 1997.
- ARANTES, Nélio. **Sistemas de gestão empresarial: conceitos permanentes na administração de empresas válidas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- BALASSIANO, Moisés; COSTA, Isabel de Sá. **Gestão de carreiras: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Atlas, 2006.
- BOTTONI, Fernanda. Como fazer seu trabalho aparecer. **Revista Você S/A**: Editora Abril, v. 130, p. 40-43, 2009.
- BRASIL. Lei nº 4.769, de 09 de setembro de 1965. Dispõe sobre o exercício da profissão do Administrador, 2005. Disponível em: <<http://www.aocp.com.br/concursos/arquivos/retificaedita lcra.PDF>>. Acesso em: 12 abr. 2015.
- CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. Disponível em: <<http://www.cfa.org.br>>. Acesso em: 10 abr. 2015.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração. Edição Compacta**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- COSTA, Isabel de S. A. da; CAMPOS, Ana Maria de S. M. **Carreira, vivência e construção de si**. Gestão de Carreiras: dilemas e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2006.
- DESAULNIERS, Julieta Beatriz Ramos. Formação, competência e cidadania. **Educação e sociedade**, v. 18, n. 60, p. 53-63, 1997.
- FAYOL, Henri. **Administração industrial e geral**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1990.
- FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- GUIMARÃES, J. A. C. A divulgação profissional como perspectiva de diálogo entre a atividade acadêmica e a prática profissional: reflexões sobre uma prática pedagógica na área de fundamentos de biblioteconomia e ciência da informação. In: RODRIGUES, M. E. F.;
- CAMPELLO, B. S. (Org.). **A(re)significação do processo de ensino: aprendizagem em Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Niterói: Intertexto, 2004. p. 89-99. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 10 abr. 2015.
- JUS BRASIL. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/12090295/artigo-3-da-lei-n-4769-de-09-de-setembro-de-1965>>. Acesso em: 12 abr. 2015.
- MURINI, Lisandra T.; FREO, Arlei A.; MADRUGA, Lúcia Rejane da R. G. Perspectivas de Ingresso no Mercado de Trabalho: a visão dos Acadêmicos de Administração da Universidade Federal de Santa Maria e do Centro Universitário Franciscano. **Revista ANGRAD**, v.7, n. 2, abr./maio/jun. p. 83-102, 2006.

TEIXEIRA, José Emídio; RIOS, Iaci. **Empregabilidade e aprendizagem.** Rio de Janeiro: Campus, 1998.

VIANNA, Marco Aurélio; JUNQUERA, Luis Augusto. **Gerente total:** como administrar com eficácia no século XXI. São Paulo: Gente, 1996.

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO LUÍS: uma análise crítica ao modelo de gestão pública utilizado

Silvana Regina Mendes Estrela*

RESUMO

O presente artigo refere-se a um estudo de caso sobre a implantação da Central de Atendimento ao Servidor no âmbito da Administração Municipal de São Luís. Pretende-se, neste trabalho, identificar qual o modelo de gestão pública utilizado atualmente pela Secretaria Municipal de Administração - SEMAD com o projeto da Central de Atendimento ao Servidor – CEAT, a partir de pesquisa dos vários modelos de gestão pública que se destacaram ao longo da história brasileira (patrimonialista, burocrática e gerencialista ou nova administração pública) de forma a analisar as suas características e tendências. O trabalho é de caráter descritivo, com abordagem e com o uso de um estudo de caso como estratégia de pesquisa. Os dados usados foram documentais; planejamento estratégico e os planos de ação traçados pela Secretaria Municipal de Administração - SEMAD, utilizando-se o método de análise de conteúdo para alcançar os objetivos propostos. Os resultados mostraram que o atual modelo de gestão da Secretaria é misto, sendo a base estrutural de sua gestão do modelo burocrático, com a presença, entretanto de vários elementos do modelo da nova administração pública (gerencialista). Dessa forma, foi possível constatar que a Secretaria Municipal de Administração de São Luís está no caminho certo com relação a modernização da gestão pública e valorização dos servidores municipais..

Palavras-chave: Modelos de gestão pública. Modernização da gestão. Servidor público. Central de atendimento.

1 INTRODUÇÃO

A modernização da gestão pública é essencial para qualificar a prestação dos serviços, buscando atender as necessidades e demandas da sociedade contemporânea.

A compreensão de que o maior desafio do setor público é de natureza gerencial fez com que se buscasse, desde a década de 1990, modelos em excelência de gestão, focados em resultados e orientados para o cidadão. Esse modelo auxilia as organizações públicas que estão em busca de transformação gerencial, com a adoção e o respeito aos princípios, conceitos e linguagem que caracterizam a natureza pública das Organizações.

A sociedade, como um todo, evolui e transforma-se permanentemente, uma vez que está inserida em um ambiente extremamente dinâmico e imprevisível, em que desafios, conflitos e quebras de paradigmas são uma constante e necessitam ser superados. Esse contexto, indubitavelmente acaba por impactar as organizações, as quais são formadas essencialmente por pessoas. Decorre daí a importância dentro dessas organizações da existência de indivíduos aptos e dispostos a serem potenciais criadores e transformadores.

* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Maranhão/UFMA. Exerce a função de Assessora Técnica da Secretaria Municipal de Administração, no Município de São Luís/MA.

Drucker (1991), entre outros, afirmam que, atualmente vivencia-se a revolução da informação, em que o conhecimento assume papel fundamental para o sucesso de uma organização. Adicionalmente, cada vez mais as pessoas usuárias do serviço público estão com maiores expectativas e exigências em relação à prestação de um serviço público de qualidade, célere, eficaz e eficiente, com transparência e com o menor dispêndio possível de recursos.

Dentro desse contexto, faz-se mister que assim como as organizações privadas, os órgãos públicos respondam de forma ágil e com efetividade às novas demandas, de forma que busquem gerenciar adequada e responsabilmente os seus bens e recursos, tendo, pois, como grande desafio tornarem-se flexíveis e empreendedores. Neste sentido, as mudanças fazem parte do cotidiano organizacional, propiciando o desenvolvimento de adaptações estratégicas e inovações.

Logicamente que as organizações públicas encontram dificuldade na efetivação dessa flexibilidade e empreendedorismo, uma vez que são regidas eminentemente por normas e regras rígidas, em que somente é autorizado fazer o que a lei permite.

A Secretaria Municipal de Administração (SEMAD), Órgão da Prefeitura Municipal de São Luís, foi criada pela Lei nº 4.123 de 23 de Dezembro de 2002, e recentemente reestruturada através da Lei nº 5.218 de 28 de dezembro de 2009, com a finalidade de: formular, implementar políticas e diretrizes administrativas, no âmbito da Prefeitura de São Luís nos segmentos de gestão de pessoas, modernização administrativa, segurança no trabalho, medicina funcional e gestão de contratos e serviços, com ênfase na “valorização do servidor”, destacando-se nessa nova estrutura a criação da Central de Atendimento ao Servidor Municipal CEAT.

Após a realização de um estudo sobre o processo de atendimento realizado pela SEMAD foi constatado que esse serviço era prestado de forma descentralizada nos diversos setores do órgão e integrado às funções do Setor de Protocolo. O serviço de atendimento ao público ocorria de forma deficiente: os servidores se aglomeravam nos setores à procura de seus processos, aguardando pela informação sobre a localização de seu processo e estimativa da data de encaminhamento para outro setor. Tal modo de proceder era incômodo e desconfortável tanto para o servidor usuário como para a gestão.

Diante do explicitado, chegou-se ao seguinte problema: como criar um sistema de comunicação e informação eficaz na Secretaria para oferecer um serviço de qualidade no atendimento, prestando as orientações devidas ao servidor municipal, sobre a concessão de seus direitos legais, informativos, ouvidoria e acompanhamento de processos?

Dentro desta problemática este artigo objetiva investigar qual modelo de gestão pública vem sendo adotado atualmente pela Secretaria de Administração de São Luís, com destaque para as características e tendências do novo modelo adotado na CEAT, de modo que seja possível verificar se a Administração Municipal de São Luís, como organização pública, está suficientemente preparada para enfrentar as novas demandas e desafios impostos pelos servidores municipais, que é de garantir atendimento adequado, de qualidade e com agilidade ao servidor público municipal.

Nesse sentido, as mudanças organizacionais partem de mudanças de comportamento e de atitude originárias nas próprias pessoas integrantes das organizações públicas, as quais precisam ter um maior comprometimento com a instituição, bem como desenvolverem a capacidade de aprender, de inovar e de adaptar-se às novas situações.

Bernard (1997) destaca que resistências humanas acompanham os processos de mudanças dificultando sua implementação. Entretanto, todas as dificuldades e barreiras podem ser minimizadas e/ou sanadas a partir de uma gestão de pessoas adequada e voltada a uma cultura mais flexível e maleável.

No âmbito da gestão de pessoas e na esfera pública, o termo “Atendimento ao Servidor Público” deverá evidenciar os sistemas de trabalho, ambiente adequado, o atendimento de solicitações, cultura propícia à integração e ao aprendizado individual e coletivo, pessoal capacitado, utilização de tecnologia adequada, valorização funcional, produção de ferramentas e instrumentos normativos padronizados.

A pesquisa, ora apresentada caracteriza-se por ser um estudo de caso descritivo, explicativo, com abordagem qualitativa e bibliográfica (VERGARA, 2003). Adotou-se como estratégia de pesquisa o estudo de caso, visando verificar quais as atitudes, soluções e inovações que a Administração vem realizando para acompanhar as mudanças constantes de paradigmas e as tendências atuais de uma gestão pública de excelência que seja respeitada pela sociedade.

O estudo está estruturado em quatro partes, além desta introdução, a primeira fundamenta teoricamente esta pesquisa apresentando os conceitos e características dos modelos de gestão pública, identificando os seus elementos e dimensões de análise. Em seguida, apresenta-se o projeto de criação da Central de Atendimento ao Servidor e, logo após, os resultados da atual pesquisa, onde se identifica o modelo de gestão utilizado pela SEMAD na implementação da Central de Atendimento, com a análise crítica de suas características e tendências. Buscar-se, ainda neste tópico, refletir se o atual modelo de gestão

está sendo eficiente e coerente com as atuais perspectivas socioculturais, mostrando quais as medidas que vêm sendo adotadas pela Secretaria com o intuito de modernizar-se.

Por fim, apresentam-se as considerações finais acerca do presente trabalho, em que se vislumbra qual o caminho traçado pela Secretaria para conseguir alcançar a sua missão, sob a ótica da Administração Municipal voltada para a modernização e excelência na prestação de serviços ao servidor municipal.

2 ESTADO DA ARTE

2.1 Modelos de Gestão Pública

Pode-se definir modelo de gestão pública como sendo “[...] o conjunto de práticas administrativas postas em execução pela direção de uma organização para atingir seus objetivos” (VENDRAMINI, 2007, p. 2). Dessa maneira, essas práticas administrativas podem variar de acordo com cada organização, dependendo das metas e objetivos traçados pelas instituições públicas.

Conceitualmente, os modelos de gestão pública, já aplicados no Brasil, classificam-se em patrimonialista, burocrático e gerencialista ou nova administração pública (NAP).

De acordo com Fiates (2007, p. 92):

[...] a configuração dos modelos de gestão pública é influenciada pelo momento histórico e pela cultura política que caracterizam uma determinada época do país. Assim, a evolução, o aperfeiçoamento e a transformação dos modelos de gestão das organizações se desenvolvem a partir de pressões políticas, sociais e econômicas existentes e que se traduzem em diferentes movimentos reformistas empreendidos pelos governos que buscam um alinhamento com as demandas sociais internas e externas.

A fim de facilitar a compreensão e a visualização dos modelos de gestão pública, Souza (2006) elaborou um quadro explicativo, em que aborda quatro dimensões analíticas: estrutura, estratégia, relação com o ambiente e política.

Na dimensão de análise estrutural são analisados o grau de formalização e a divisão hierárquica da organização. Na dimensão estratégica é identificado o grau de participação dos agentes organizacionais no processo de definição do plano estratégico, bem como o seu grau de mudança e de flexibilidade. Na relação com o ambiente a preocupação reside em verificar o grau de interação da organização pública com o ambiente externo e o grau de complexidade percebida. Por fim, na dimensão política busca-se identificar os meios e

estratégias que os agentes públicos utilizam-se para atender aos interesses pessoais e grupais no ambiente organizacional.

Quadro 1 - Modelos de gestão patrimonialista e os elementos que caracterizam as dimensões de análise organizacional

| Dimensões de Análise | Característica Típica | Elementos Principais |
|-----------------------------|---------------------------------------|--|
| Estrutura | Pré-Burocrática | <ul style="list-style-type: none"> • Pouco complexas, baixa especialização, • Baixo grau de departamentalização, • Pouca formalização, • Ampla esfera de controle e • Autoridade centrada em uma única pessoa. |
| Estratégia | Simple e Determinadas Top-down | <ul style="list-style-type: none"> • Dirigente principal define e decide as estratégias, • Possibilidade de previsão e pouca pressão ambiental, • Plano mais estático e lentamente mutável. |
| Relação Ambiente | Estável e Pouca Complexidade | <ul style="list-style-type: none"> • Existência de poucos fatores ambientais, • Baixo de grau de interdependências entre as partes, • Fatores permanecem os mesmos, a mudança é lenta, • Possibilidade de previsão e pouca ameaça ambiental. |
| Política | Vontade Pessoal e Habilidade Política | <ul style="list-style-type: none"> • Uso da organização e do cargo público em benefício próprio, • Uso da capacidade de persuasão, manipulação e convencimento, • Aproximação com pessoas influentes ocupantes de cargos estratégicos. |

Fonte: Souza (2006, p. 9)

Pode-se afirmar que este modelo esteve muito presente na esfera político-administrativa brasileira, notadamente no período colonial, em que o Estado atuava como ente central na organização e na provisão de todas as ações de políticas públicas e sociais.

Em decorrência desse modelo de gestão, observa-se, durante o período de sua vigência, a garantia às suas elites de privilégios e vantagens em razão das relações de forças políticas existentes nas intervenções do Estado na sociedade.

Nesse sentido, a gestão patrimonialista é caracterizada precipuamente pelo uso de bens e recursos eminentemente públicos em benefício particular ou de grupos de interesses (lobbies, partidos políticos, etc.), o que indubitavelmente acaba por ferir o princípio constitucional da impessoalidade ou finalidade, o qual pode ser entendido como aquele que “[...] impõe ao administrador público que só pratique o ato para o seu fim legal. E o fim legal é unicamente aquele que a norma de Direito indica expressa ou virtualmente como objetivo do ato, de forma impessoal [...]” (MEIRELLES, 2002, p. 90). E a finalidade terá sempre um objetivo certo e de qualquer ato administrativo: o interesse público.

Ainda em relação ao modelo de gestão patrimonialista, extrai-se do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1996, p. 11) que “[...] no patrimonialismo, o aparelho do Estado funciona como uma extensão do poder do soberano, e os seus auxiliares, servidores, possuem status de nobreza real”. Em consequência, a corrupção e o nepotismo são inerentes a esse tipo de administração. No momento em que o capitalismo e a democracia se tornam dominantes, o mercado e a sociedade civil passam a se distinguir do Estado. Neste novo momento histórico, a administração patrimonialista torna-se uma excrescência inaceitável.

Souza (2006), no que se refere à análise organizacional deste modelo de gestão, destaca que o modelo evidencia uma fragilidade em relação aos principais elementos que definem uma organização. Pode-se definir tal fragilidade como sendo de natureza pré-burocrática, ou seja, as regras e procedimentos no modelo patrimonialista estão definidos de forma bastante imprecisa. Todos os aspectos estruturais, estratégicos e da relação da organização com o ambiente estão fortemente associados e subordinados ao estilo de liderança adotado pelo dirigente principal da organização e acabam sofrendo as influências e consequências de uma atividade executada com baixo grau de formalização. Uma característica bastante típica deste modelo é a utilização do espaço pessoal ou de determinados grupos. Assim, as regras, normas e procedimentos são definidos em torno de objetivos e interesses pessoais e não em função dos objetivos organizacionais.

Constata-se, também, da análise da gestão patrimonialista que esta considera a organização pública como sendo um sistema fechado, onde processos internos são priorizados em detrimento do reconhecimento e consideração do ambiente externo. Esta visão restrita faz com que a organização busque o sentido de sua existência em si mesma, desviando, dessa forma, um dos focos da finalidade de uma organização pública, que é a supremacia do interesse público, o qual está intimamente ligado ao princípio da impessoalidade.

Quadro 2 - Modelo de gestão burocrático e os elementos que caracterizam as dimensões de análise organizacional

| Dimensões de Análise | Característica Típica | Elementos Principais |
|-----------------------------|--|--|
| Estrutura | Burocrática | <ul style="list-style-type: none"> • Clara divisão do trabalho, • Especialização das funções, • Estrutura complexa, altamente hierarquizada, • Divisão de poder a partir de níveis hierárquicos (quanto mais se afasta do topo, menor é o poder delegado), • Processos de trabalho e formas de controle definidos formalmente por normas rígidas. |
| Estratégia | Técnico-econômica | <ul style="list-style-type: none"> • Definidas e decididas pela autoridade legal, • Possibilidade de previsão e existência de poucas pressões ambientais, • Plano mais estático e lentamente mutável, • Ênfase no atendimento das regras e normas legais. |
| Relação Ambiente | Estável com certa Complexidade | <ul style="list-style-type: none"> • Existência de muitos fatores ambientais, • Interdependência entre as partes, • Fatores permanecem constantes, mudanças lentas, • Possibilidade de previsão, • Existência de algumas ameaças ambientais. |
| Política | Informações privilegiadas e domínio regras e normas legais | <ul style="list-style-type: none"> • Uso das normas e regras em benefício próprio ou de grupos, • Aproximação a pessoas com domínio da informação, regras e procedimentos. |

Fonte: Souza (2006, p. 10) adaptado.

Conforme Girglioli (1995), a expressão burocracia já surgiu com uma forte conotação negativa, numa reação à centralização administrativa e ao absolutismo presentes, tendo sido empregado pela primeira vez por Gournay, economista fisiocrata, em meados do século XVIII, em que a burocracia designava o corpo de funcionários e empregados do Estado absolutista francês, sob a dependência do soberano e incumbido de funções especializadas.

Merece destaque ainda a observação constante no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995), onde afirma que o modelo de gestão burocrático surge na metade do século XIX, na época do estado liberal, como forma de combater a corrupção e o nepotismo patrimonialista. Constituem princípios orientadores do seu desenvolvimento a profissionalização, a ideia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade, o formalismo, em síntese, o poder racional legal. Os controles administrativos visando evitar a corrupção e o nepotismo são sempre a priori. Parte-se de uma desconfiança prévia nos administradores públicos e nos cidadãos que a eles dirigem demandas. Por isso, são sempre necessários controle rígidos dos processos, como na admissão de pessoal, nas compras e no atendimento a demandas. Em consequência, o Estado volta-se para si mesmo, perdendo a noção de sua missão básica, que é servir a sociedade. A qualidade fundamental da administração pública burocrática é a efetividade no controle dos abusos; seu defeito, a ineficiência, a incapacidade

de voltar-se para o serviço aos cidadãos vistos como clientes. Esse defeito, entretanto, não se revelou dominante na época do surgimento da administração pública burocrática porque os serviços do Estado eram muito reduzidos. O Estado limitava-se a manter a ordem e administrar a justiça, a garantir os contratos e a propriedade.

Aragão (1997, p. 108), ao discorrer acerca do pré-conceito que se tem do termo burocracia aduz que: “Este elemento pejorativo acompanha o conceito de burocracia até os dias de hoje e, em que pese a enorme produção intelectual sobre o tema, não é rara a associação do termo a abundância de papéis e excesso de formalismo”.

Observa-se, neste modelo de gestão, a preocupação em viabilizar a racionalidade técnica e a divisão social do trabalho, desenvolvendo a competência e a capacidade gerencial, além de inibir os vícios e práticas até então utilizadas pela gestão patrimonialista.

Ao explanar sobre o modelo burocrático, Souza (2006, p. 9-10) assevera que uma organização burocrática possui clara divisão do trabalho e especialização de suas funções. Sua estrutura organizacional possui natureza fortemente hierarquizada, o que proporciona uma clara definição da distribuição do poder entre as diversas unidades e subordinados. Assim como sua estrutura, todos os processos de trabalho e controles são definidos de forma clara e detalhados, com apego excessivo às normas e regulamentos. Desta forma, normalmente, uma organização que trabalhe com base em procedimentos burocratizados atribui maior importância aos meios do que aos fins da organização..

Merece destaque também neste modelo a relação com o ambiente, a qual como veste no quadro acima, é estável com certa complexidade, sendo, pois, reduzida e pouco permeável a pressões externas, estas pouco percebidas pela organização. Já a dimensão política é caracterizada por mecanismos típicos de uso de domínio de informações, de normas e de regras em benefício particularistas ou de grupos de interesse. (FIATES, 2007).

Quadro 3 - Modelos de gestão gerencialista e os elementos que caracterizam as dimensões de análise organizacional

| Dimensões de Análise | Característica Típica | Elementos Principais |
|-----------------------------|--|--|
| Estrutura | Pós-Burocrática | <ul style="list-style-type: none"> • Formalização apenas das metas e processos globais, • Processos horizontalizados, • Esfera de controle reduzida pelo <i>empowerment</i> e competências, • Autoridade centrada na hierarquia de competências. |
| Estratégia | Participativa | <ul style="list-style-type: none"> • Definido e decidido mediante participação dos principais agentes organizacionais, • Existência de algum grau de incerteza e de alguns focos de pressão, • Plano com certa flexibilidade, • Ênfase nos resultados organizacionais. |
| Relação Ambiente | Dinâmico e Complexo | <ul style="list-style-type: none"> • Existem muitos fatores ambientais, • Ênfase atendimento demandas cidadãos clientes, • Fatores estão continuamente mudando, • Instabilidade ambiental. |
| Política | Uso da função planejamento e orçamento | <ul style="list-style-type: none"> • Uso de relações informais com agentes de influência da área de planejamento, • Uso de relações informais com agentes de influência da área de Orçamento, • Uso de informações privilegiadas da função planejamento e orçamento. |

Fonte: Souza (2006, p. 12)

De acordo com Abrucio (1997), fortalece-se cada vez mais a ideia de que o modelo tradicional de gestão pública é ineficiente e que o modelo de gestão do setor privado é o ideal, favorecendo o surgimento de novas alternativas. Dessa forma, o padrão burocrático de organização do Estado começa a ser questionado e revisto, surgindo um novo modelo de gestão: o gerencialismo (pós-burocrático).

No modelo de gestão gerencialista, pode-se verificar que a estrutura é caracterizada por ser flexível e horizontalizada com a formalização dos objetivos e dos resultados a serem alcançados, sendo que a estratégia é definida de maneira mais participativa e maleável em função das novas perspectivas que aparecem.

Na dimensão de análise da relação com o ambiente, a ênfase no atendimento às demandas dos cidadãos é latente, sendo muito flexível e mutável em razão da instabilidade ambiental ser uma constante, enquanto que na política verifica-se a preocupação em obter informações privilegiadas acerca do planejamento e orçamento, visando uma gestão mais voltada para resultados.

A administração é profissional e descentralizada, primando pelo uso racional e responsável dos recursos públicos. Verifica-se, também, a presença da avaliação de desempenho e o controle de resultados.

Para Pessoa (2000) “[...] o movimento da Nova Administração Pública apresenta-se como um sistema de pensamento ideológico que pretende transpor ideias geradas no setor privado para dentro da Administração Pública”. Ainda segundo o autor, a teoria administrativa, tradicionalmente aplicada às organizações privadas, e embasada numa racionalidade econômica e de mercado, desenvolveu-se sobremaneira nos grandes centros do capitalismo, principalmente após a Segunda Grande Guerra. Tal pensamento agora, na esteira do discurso da crise do estado, que permeou o debate político nos anos 90, voltou-se mais recentemente para as organizações públicas, propondo uma reestruturação do setor público com base em conceitos, paradigmas, valores e ideias tradicionalmente aplicadas ao mercado. O economicismo, de cunho neoliberal, pensamento único imperante nestes tempos de globalização, investe agora, de forma quase profética, contra o setor público, com a pretensão de modernizá-lo, resgatá-lo do atraso histórico e torna-lo mais eficiente.

Para Aragão (1997), esta nova forma de gestão surge como uma alternativa crítica ao modelo neoliberal, eis que, ao contrário deste, preconiza a existência de um Estado atuante, embora deva, também, estar orientado por critérios de eficiência empresarial (de mercado). Apresenta-se a nova administração pública, igualmente, como uma alternativa crítica à forma tradicional de gestão pública.

Frise-se que todos os modelos de gestão pública apresentados não são estanques e exclusivos de uma determinada época, pois estes se entrecruzam na teoria e na prática da administração pública. (FIATES, 2007).

3 CENTRAL DE ATENDIMENTO AO SERVIDOR

3.1 Análise e discussão de resultados

Localizada no Centro Histórico de São Luís, na Praia Grande, foi inaugurada em junho de 2012, com o objetivo de garantir um atendimento adequado e de qualidade ao servidor público, com foco na solução de problemas de interface entre as demandas do servidor público municipal e as áreas gestoras dos processos administrativos. .

Os processos de trabalho foram fluxogramados e simplificados, com o trâmite documental e decisório ágil, cumprindo a tabela de temporalidade criada exclusivamente para o dimensionamento real do tempo necessário para que cada etapa do processo administrativo seja executada nos setores específicos.

Uma equipe técnica elaborou o Manual do Atendente visando orientar os servidores que atuam diretamente no atendimento em suas tarefas diárias, inclusive definindo o perfil e a conduta requerida. O sistema informatizado customizado e interativo também foi decisivo para o êxito do projeto.

Para o atingimento dos objetivos propostos pela Central, verificou-se a necessidade de adequação dos processos, questionamentos sobre os princípios, os valores, as diretrizes da administração pública e a mobilização da força de trabalho, reunindo em seminário gerencial todos os gestores para estabelecer o novo planejamento estratégico da Organização. Dessa forma, alinhada aos objetivos estratégicos, táticos e operacionais da SEMAD, a Central de Atendimento passou a contar com os seguintes princípios:

3.2 Missão, Visão e Valores

Missão: “Executar, com a participação de todos as políticas de atendimento ao servidor público municipal, promovendo a sua satisfação.”

Visão: “Ser referência em atendimento ao servidor público municipal.”

Valores:

- a) Respeito
- b) Ética
- c) Responsabilidade Social e Ambiental
- d) Trabalho em Equipe
- e) Criatividade
- f) Confiabilidade
- g) Compromisso com Resultados
- h) Simplicidade e Foco

3.3 Atribuições regimentais

Atender aos servidores públicos municipais em suas demandas relativas ao fluxo dos processos na Secretaria, bem como informações sobre Direitos, Deveres e Vantagens;

Gerenciar e executar o Sistema de Protocolo por meio do fluxo de entrada e saída de documentos;

Monitorar a tramitação e o cumprimento dos prazos estabelecidos para permanência dos processos nas Áreas da Secretaria, conforme tabela de temporalidade;

Desenvolver e implementar mecanismos de recepção e tratamento de informações e avaliação da opinião e satisfação do cliente;

Coordenar, executar e supervisionar as atividades de atendimento e propor aperfeiçoamentos dos serviços prestados pela Secretaria;

Promover a necessária articulação entre os setores do Órgão, objetivando adequar, agilizar e flexibilizar o fluxo de informações e processos.

Elaborar Fluxograma desburocratizado e Tabela de Temporalidade relativa aos prazos de permanência dos processos nos Setores:

Os recursos aplicados para execução do projeto envolveram a parte tecnológica, recursos humanos, físicos, financeiros e administrativos:

- a) Técnicos: internet; e-mails e sites; sistemas de monitoramento;
- b) Humanos: recrutamento e Seleção dos Atendentes entre servidores devidamente capacitados na área de Recursos Humanos e Atendimento, apresentando um perfil que contempla; o respeito, a cordialidade, a eficácia, a dinamicidade, o interesse, a empatia, o comprometimento com os objetivos, missão, visão e valores da Instituição SEMAD/CEAT e a motivação no exercício diário de suas atividades;
- c) Físicos: reforma do prédio para instalações físicas; Aquisição de mobiliário e equipamentos;
- d) Financeiros: recursos próprios (Dotação Orçamentária da SEMAD) e Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM).

3.4 Acompanhamento e Avaliação

O Sistema de Avaliação vem acontecendo de forma contínua durante todo o processo de implantação e execução do projeto numa ação interativa e integrada para dar sustentabilidade aos procedimentos adotados, melhoria de desempenho e alcance de resultados. Assim, vem sendo realizado o monitoramento das atividades e o redirecionamento das ações, quando necessário, sendo trabalhados os indicadores: satisfação do servidor atendido; qualidade das instalações físicas; tempo de espera pelo atendimento e desempenho

do atendente. Os dados estão sendo obtidos por meio de preenchimento de formulário definido como “Pesquisa de Satisfação do Usuário” realizada diariamente, por amostragem, e avaliada conforme o quadro de Indicadores demonstrado abaixo:

Quadro 4 - Pesquisa de Satisfação do Usuário

| INDICADOR | FATOR | Estratégia/Medida |
|--------------------------|------------------------|-------------------------------------|
| Qualidade do atendimento | Atenção e cordialidade | Aplicação de formulário de pesquisa |
| Tempo | Agilidade | |
| Ambiente | Adequado | |
| Desempenho profissional | Competência | |

Fonte: SEMAD, 2012

4 ANÁLISE CRÍTICA, CONFIGURANDO AS CARACTERÍSTICAS, ELEMENTOS E TENDÊNCIAS DO MODELO DE GESTÃO PÚBLICA ADOTADO PELA CENTRAL DE ATENDIMENTO

Vistos os modelos de gestão pública e as suas dimensões de análise organizacional, cabe neste momento apresentar os resultados da pesquisa que objetivou verificar qual o modelo de gestão pública atualmente adotada pela SEMAD, bem como suas características e tendências.

Observa-se, ao longo da história, que as organizações públicas, de um modo em geral, buscaram, e ainda buscam constantemente reformas administrativas para modernizarem-se e melhorarem a eficiência e a qualidade dos serviços prestados e ao mesmo tempo oferecem melhores condições de trabalho e qualidade de vida aos seus servidores.

Pela análise documental, observa-se que o modelo de gestão patrimonialista já foi totalmente superado pela SEMAD, uma vez que os elementos das dimensões de análise não mais se enquadram com as características e atuais objetivos almejados pela Secretaria Municipal de Administração. Esta análise justifica-se ainda porque não se concebe mais, inclusive legalmente, que uma organização pública se feche em torno das pessoas ocupantes de cargos estratégicos para obtenção de favores e benesses pessoais e alheias ao interesse público. Tal fato é corroborado pela atual política de gestão e metodologia que vem sendo empregada para indicar o desempenho da Central de Atendimento ao Servidor.

Atualmente, a base estrutural do modelo de gestão adotado pela SEMAD é o burocrático. Claramente observa-se uma estrutura organizacional formalizada e hierarquizada,

onde há: clara divisão e escalonamento do trabalho, existência de divisão de poder a partir dos níveis hierárquicos, padronização dos processos e dos procedimentos, presença de formalismo através de ações e normas pré-estabelecidas, bem como o uso do legalismo com a obediência restrita às leis e normas.

Cabe ressaltar, entretanto, que já se pode perceber na SEMAD a adoção em sua gestão de inúmeros elementos do modelo de gestão gerencialista, tais como uma maior transparência no planejamento e nas ações da administração pública, gestão responsável dos recursos públicos, busca de soluções inovadoras e visão de longo prazo, até mesmo porque a organização é constantemente influenciada por fatores externos e internos. Como exemplo desse movimento de mudança destaca-se a participação de servidores na elaboração do Plano Plurianual colaborando na definição das prioridades de Governo.

Verifica-se ainda a preocupação da organização com a eficácia (no sentido de atender aos objetivos da organização pública e do atendimento ao servidor) e com a efetividade (fazer a coisa certa com responsabilidade social), e ainda com a criação de mecanismos de inclusão do cidadão/servidor, garantindo assim uma maior participação da sociedade.

Ressalta-se que foram fundamentais para a implementação do planejamento estratégico institucional a participação efetiva dos dirigentes e o envolvimento de todos os servidores. O processo foi desenvolvido conforme sugere o modelo de gestão gerencialista de forma sistêmica e participativa a fim de que fosse possível se chegar ao diagnóstico da instituição e as definições estratégicas, culminando com os planos operacionais e o acompanhamento de projetos.

Com o objetivo de se conseguir por em prática o planejamento e ao mesmo tempo viabilizar o acompanhamento do desempenho institucional, a SEMAD aderiu formalmente, em 2004, ao Programa de Qualidade no Serviço Público do Governo Federal (Gespública), que objetiva a transformação da gestão pública pela aplicação de métodos gerenciais que mudem o foco dos processos burocráticos.

Todo modelo adotado para implantação da Central de Atendimento tomaram como base os princípios constitucionais da Administração Pública e, como pilares os fundamentos da excelência gerencial.

O artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 diz que “[...] a administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados,

do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”. (BRASIL, 1988).

A gestão pública para ser excelente tem que atender esses princípios e todo o trabalho foi desenvolvido dentro dessa concepção com estrita obediência à lei que rege o serviço público municipal de São Luís, com aplicação do Estatuto do Servidor – Lei 4.616 e sem fazer restrição de servidores. Portanto, a cortesia, a rapidez no atendimento, a confiabilidade e o conforto são requisitos de um serviço público de qualidade e devem ser prestados a todos os cidadãos-usuários indistintamente.

Pautar a gestão pública por um código moral com transparência e publicidade dos fatos e dados é uma forma eficaz de indução ao controle social e por fim fazer o que precisa ser feito com o máximo de qualidade ao menor custo possível, foram variáveis consideradas para o êxito do projeto.

O modelo de excelência em Gestão Pública preconizado pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA parte da premissa segundo a qual é preciso ser excelente sem deixar de ser público. Essa tese contrapõe todo o histórico que a coisa pública é ineficiente e que se precisa trabalhar para obtenção de resultados com foco no cidadão e na sociedade. No entanto esse modelo deve estar alicerçado em fundamentos próprios de gestão e avaliados de forma sistemática.

Integram a base de sustentação do modelo de excelência em gestão pública os fundamentos relacionados pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ):

- a) Pensamento sistêmico – pressupõe como as pessoas da Organização entendem o seu papel no todo e na Sociedade;
- b) Aprendizado Organizacional – busca contínua e alcance de novos conhecimentos, individuais e coletivos, por meio da percepção, reflexão, avaliação e compartilhamento de informações e experiências;
- c) Cultura da Inovação – promoção de um ambiente favorável à criatividade e a implementação de novas ideias que possam gerar um diferencial para a atuação da organização;
- d) Liderança – elemento promotor da gestão, responsável pela orientação, estímulo e comprometimento para alcance e melhoria dos resultados organizacionais;

- e) Processos e informações – permite planejar e executar melhor as atividades pela definição adequada de responsabilidades, uso de recursos mais eficientes, eliminação de retrabalho e aumento de produtividade;
- f) Visão de futuro – indica o rumo de uma Organização e a constância de propósitos para permanecer nesse rumo;
- g) Geração de valor – consiste no alcance dos resultados e implica na visão estratégica das lideranças para possibilitar à sociedade a percepção da utilidade e da credibilidade própria da Organização;
- h) Comprometimento com as pessoas – estabelecimento de relações com as pessoas, criando condições de melhoria nas relações de trabalho, maximizando seu desempenho por meio de comprometimento e de oportunidades para desenvolvimento de competências e habilidades, com incentivo e reconhecimento;
- i) Foco no cidadão e sociedade – direcionar as ações públicas para atender, regular as necessidades dos cidadãos e da sociedade, na condição de sujeitos de direitos, beneficiários dos serviços públicos, implica em estabelecer compromisso no sentido de fazer o melhor no cumprimento de sua missão institucional considerando o interesse público;
- j) Responsabilidade Social – atuação voltada para assegurar às pessoas a condição de cidadania com garantia de acesso aos bens e serviços, e ao mesmo tempo tendo como princípios gerenciais a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas naturais. A organização deve buscar o desenvolvimento sustentável, o exercício da cidadania, a educação e a assistência comunitária, a promoção da cultura, do esporte e do lazer;
- k) Controle Social – atuação que se define pela participação das partes interessadas no planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades da Administração Pública e na execução das políticas e dos programas públicos;
- l) Gestão Participativa – estilo de gestão que busca o máximo de cooperação das pessoas, reconhecendo a capacidade e o potencial diferenciado de cada um, com harmonização dos interesses individuais e coletivos. Como resposta, as pessoas tomam posse dos desafios e dos processos de trabalho, tomam decisões, criam, inovam, e geram um clima organizacional saudável. (FNQ, 2009).

Para atingimento pleno de todos esses fundamentos; prestar um serviço de qualidade ao cidadão requer inicialmente preparação, adequação, qualificação e profissionalização dos quadros técnicos essenciais da Organização, preparando-os para a nova visão da gestão pública, que é o que se espera do serviço público.

Diante de todo o exposto, pode-se afirmar que a SEMAD apresenta a base estrutural do modelo de gestão burocrático. Ao mesmo tempo em que se vislumbra a utilização de inúmeros elementos e características do modelo da nova administração pública (gerencialismo), uma vez que a partir do processo de planejamento estratégico iniciado no ano de 2000, desenvolveu-se uma série de técnicas inovadoras, visando precipuamente à busca de uma gestão de excelência, traduzindo a sua visão institucional e os seus objetivos estratégicos em ações concretas e eficazes.

Assim, a SEMAD vem adotando de forma coerente e racional em sua administração um modelo de gestão híbrido, buscando extrair de cada um deles o que entende como sendo o ideal para viabilizar uma gestão moderna e eficiente, o que pode ser observado pelas diversas ações que vem sendo constantemente implementadas, tal como visto no presente estudo.

5 CONCLUSÃO

O constante desafio da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD é manter o propósito em suas demandas e exceder as expectativas de seus clientes, que são todos os Órgãos Municipais que compõem a estrutura orgânica da Prefeitura de São Luís e os servidores públicos municipais com respectivos dependentes. Os clientes ajudam muito na decisão quanto ao melhor direcionamento das ações de uma organização. A SEMAD, pelo hábito da observação e do acolhimento de sugestões e de ideias inovadoras dos usuários de seus serviços, inesgotavelmente imprime-se energia e perseverança no desenvolvimento e concretização de projetos que gerem os resultados desejados. Para a Prefeitura, e para a SEMAD, a qualidade de seus produtos e serviços não é concebida somente pelo ponto de vista institucional, mas, principalmente pelo ponto de vista das pessoas que os utilizam. Para isso, alguns requisitos de qualidade são levados bem a sério e podemos evidenciar alguns resultados após a implementação da Central de Atendimento, tais como:

- a) Melhoria na prestação dos serviços;
- b) Modernização das condições de trabalho e na ambientação do espaço físico;

- c) Melhoria na organização dos processos e documentos;
- d) Redução no tempo total de atendimento ao servidor, com a utilização das áreas fornecedoras das informações funcionais em só local;
- e) Otimização dos fluxos de processo, assegurando agilidade na concessão dos direitos ao servidor;
- f) Preservação do Patrimônio Histórico;

Todos esses processos terão que ser avaliados de forma continuada, de modo objetivo e consistente para que se torne sempre efetivo.

Avaliar a gestão de uma Organização pública significa, portanto, verificar o grau de aderência das suas práticas de gestão. A avaliação permite identificar os pontos fracos, pontos fortes e as oportunidades de melhorias, que podem ser transformadas em metas a serem atingidas em determinado período e formalizadas em planos de melhoria de gestão.

Assim, é compromisso da Secretaria a busca incessante para manter a sustentação do modelo através da avaliação continuada em Gestão Pública, tendo como base os princípios constitucionais da administração pública e, como pilares os fundamentos da excelência gerencial, requisitos básicos da nova administração pública.

ABSTRACT

The present article is related to a study of case about the implantation of the Worker Service Central in the Municipal Management of São Luis. It is intended in this assignment identify what is the model of the public manage used nowadays by the Management Municipal Secretary with the project Worker Service Central from the research of many models of public manage which emphasized during the Brazilian History to analyze their characteristics and tendencies. The assignment is descriptive with approach and with the use of a case study as strategy of research. The data used were documentaries; strategic plannings and action plans done by the Management Municipal Secretary, using the content analysis method to reach the proposed goals. The results showed the current model of the Secretary Manage is mixed, with the structural basis of its manage of burocratic with the presence of many elements of the model of the new Public Management. On this way it was possible to notice that the Management Municipal Secretary of São Luis is on the right way in relation to the modernization of the Public Manage and value of the Municipal workers.

Keywords: Public management models. Modernization of management. Public server. Call center.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. O impacto do modelo gerencial na Administração Pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. **Cadernos ENAP**. Brasília, ENAPE, número 10, 1997.

ARAGÃO, Cecília Vescoci de. Burocracia, eficiência e modelos de gestão pública: um ensaio. **Revista do serviço Público**, 1997.

BERNARD, Françoise. La communication de changement: vers une heuristique de l'induction. **Communication et Organisation**, n. 12, p. 302-37, 2e semestre 1997.

BRASIL. Governo do Pará. Secretaria de Estado de Administração. **Versão Adaptada do Instrumento para Avaliação da Gestão Pública do Prêmio Nacional da Gestão Pública – PQGF – Ciclo 2010**. Versão 1/2012. Belém, PA, 2010.

BRASIL. Prefeitura Municipal de São Luís. Secretaria Municipal de Administração. **Projeto Central de Atendimento ao Servidor Público – CEAT**. São Luís, MA, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília/DF, 1995.

DRUCKER, Peter. **The new productivity challenge**, nov./dec. p. 69-79, 1991.

FADUL, Élvia; SOUZA, Antônio Ricardo de. **Políticas de reformas da administração pública brasileira: uma compreensão a partir de seus mapas conceituais**. Brasília/DF, 2005.

FIATES, Gabriela Gonçalves Silveira. **Modelo de gestão pública: livro didático**. Palhoça: Unisul Virtual, 2007.

GIRGLIOLI, Pier Paolo. Burocracia. In: BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. 7. ed. Brasília, UnB, v.1, 1995.

PESSOA, Robertônio Santos. Alerta! A “nova Administração Pública”. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 4, n. 43, jul. 2000.

SOUZA, Antonio Ricardo de. Configurando dimensões organizacionais e modelos de gestão pública: em busca de um instrumento de análise de gestão para as agências reguladoras. In: **Anais EnAPG**, São Paulo: 2006.

VENDRAMINI, Patrícia. **Modelos de gestão pública**. Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios em administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

A PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: da origem histórica ao panorama atual

Josanne Cristina Ribeiro Ferreira Façanha*

RESUMO

A evolução histórica da Previdência Social no Brasil é marcada por uma contínua modificação em sua estrutura e organização, bem como a extensão dos direitos da chamada Seguridade Social, herança do WelfareState, a nível constitucional. A apresentação deste tema de forma clara e objetiva é o principal escopo do presente artigo.

Palavras-chave: Seguridade. Previdência Social. Evolução histórica. Panorama atual.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de pesquisa bibliográfica acerca da origem histórica da Seguridade Social no mundo e seus reflexos no Brasil, bem como a evolução sofrida pela legislação previdenciária brasileira. No decorrer do estudo, verificou-se que da mesma forma que os institutos da Saúde e da Assistência, a Previdência teve origem na Seguridade Social, ideia herdada do Estado de Bem-Estar Social dos países mais desenvolvidos.

Constatou-se que, desde os tempos remotos, as desventuras da vida tem sido objeto de preocupação pela sociedade, fato que despertou no homem a necessidade de superar os obstáculos e a tentar reduzir as adversidades cotidianas.

Ao longo desta pesquisa, inferiu-se que a proteção social teve como nascedouro a organização familiar, em razão do instinto humano em tentar se proteger das intempéries da vida. Atualmente, a concepção de família tornou-se menos relevante quando comparada aos grandes aglomerados familiares existentes no passado, época em que o cuidado aos idosos e aos incapacitados competia aos mais jovens e aptos ao trabalho. (IBRAHIM, 2007).

Entretanto, nem todas as pessoas eram amparadas pela família, e, quando esse auxílio era prestado, não era suficiente, motivo pelo qual a Igreja Católica começou a incentivar voluntários a prestar ajuda aos mais necessitados. Todavia, somente no século

* Doutoranda em Ciências Jurídicas e Sociais (UMSA). Mestre em Políticas Públicas (Universidade Federal do Maranhão). Especialista em Direito Civil e Processo Civil (Uniceuma) e em Direito Público (Universidade Gama Filho). Licenciada em Letras (FAMA). Advogada e professora do Curso de Direito da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e da Unidade de Ensino Dom Bosco (UNDB), e do curso de Administração do Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF).

XVII, com a chamada Lei dos Pobres, a responsabilidade de amparo aos necessitados passou a ser assumida pelo Estado.

Em decorrência da desagregação familiar e do conseqüente enfraquecimento da mais antiga forma de proteção social, outros sistemas protetivos passaram a ser adotados pela sociedade, ainda que de forma tímida, como o voluntariado, que consistia desde a simples esmola até a prestação de serviços em prol de pessoas carentes.

Ao lado da chamada assistência voluntária, desenvolveram-se os primeiros grupos de mútuo, de origem livre, sem a intervenção do Estado, cujo fundamento era a cotização de determinado valor para a proteção de todos, caso ocorresse algum imprevisto, o que era feito por um grupo de pessoas com interesses comuns.

Destarte, a Seguridade Social surge por meio da chamada “questão social”, que ao denunciar os desequilíbrios sociais, pretendia auxiliar os trabalhadores, a partir de recursos decorrentes das contribuições, de modo a suprir suas necessidades básicas na ocasião em que estivessem diante dos chamados riscos sociais¹.

Para a elaboração deste artigo, utilizou-se como proposta metodológica pesquisa bibliográfica, desenvolvida por meio da consulta a textos de diversos estudiosos da área, dentre os quais Ivanete Boschetti, Dra. Maria Ozanira da Silva e Silva, Dra. Ana Elizabete Mota, Dr. Wladimir Novaes Martinez e outros, estruturando-se o texto da seguinte forma:

- a) Levantamento das temáticas abordadas pelos diversos autores, no que diz respeito ao nascimento da Seguridade Social, para elaborar o item **2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**, e seleção dos tópicos mais relevantes apontados pelos diferentes autores para a redação do capítulo **3A PREVIDÊNCIA SOCIAL NA ATUALIDADE**;
- b) Leitura dos textos selecionados de modo a fundamentar a elaboração do subitem **2.1 Estrutura da Previdência Social Brasileira**;
- c) Por derradeiro, após a leitura dos conteúdos selecionados, apresentei minha visão acerca do tema no item **3 CONCLUSÃO**.

2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

A seguridade social “compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”, conforme preceituado pelo *caput* do art. 194 da Constituição Federal de 1988. (BRASIL, 1988).

O sistema securitário social consolida a proteção do indivíduo contra eventuais riscos que possam ocorrer, seja por meio da saúde, da assistência social e da previdência social.

Não obstante, para a efetivação deste sistema, é indispensável a parceria entre Estado e sociedade, na composição da Seguridade Social, a ser prestada de forma igualitária a todos que dela necessitarem.

Diante da noção de Seguridade, a primeira manifestação pré-jurídica do fenômeno securitário, ocorreu com o chamado assistencialismo ou caridade, norteados pela ideia de assistência pública difundida pela Lei dos Pobres de 1601, da Rainha Elizabeth da Inglaterra. (IBRAHIM, 2007).

A segunda manifestação pré-jurídica foi o chamado mutualismo, criado pelos próprios trabalhadores, que se agrupavam nas sociedades de socorros mútuos. A partir desses movimentos sociais, o Poder Público decide substituir os particulares e assumir a responsabilidade pela proteção social. (IBRAHIM, 2007).

Em 1883, com a promulgação da Lei do Seguro Doença na Alemanha, durante o governo de Otto Von Bismarck, o Estado passou a se responsabilizar efetivamente pela proteção dos trabalhadores quando vítimas dos riscos sociais. Nesse momento, a noção de seguro do direito privado é transportada para o direito público, o chamado seguro social. (IBRAHIM, 2007).

Boschetti (2006, p. 2) fala a respeito do nascimento da Seguridade Social:

As primeiras iniciativas de benefícios previdenciários que vieram a constituir a seguridade social no século XX nasceram na Alemanha, no final do século XIX, mais precisamente em 1883, durante o governo do chanceler Otto Von Bismarck, em resposta às greves e pressões dos trabalhadores. O chamado modelo bismarckiano é considerado como um sistema de seguros sociais, porque suas características assemelham-se às de seguros privados: no que se refere aos direitos, os benefícios cobrem principalmente (e às vezes exclusivamente) os trabalhadores, o acesso é condicionado a uma contribuição direta anterior e o montante das prestações é proporcional à contribuição efetuada; quanto ao financiamento, os recursos são provenientes, fundamentalmente, da contribuição direta de empregados e empregadores, baseada na folha de salários; em relação à gestão, teoricamente (e originalmente), cada benefício é organizado em Caixas, que são geridas pelo Estado, com participação dos contribuintes, ou seja, empregadores e empregados. Esse modelo orientou e ainda sustenta muitos benefícios da seguridade social, sobretudo, os benefícios previdenciários.

A primeira Constituição a discutir o seguro social foi a do México, de 1917. Em seguida, a Constituição de Weimar, de 1919, trouxe vários dispositivos referentes à previdência social. A partir do modelo de Bismarck, a técnica protetiva foi difundida pelo

mundo, e, no período entre as duas grandes Guerras, essa proteção foi estendida, atingindo um número cada vez maior de pessoas. (MARTINEZ, 1998).

Em 1935, nos Estados Unidos, surgiu o chamado *Social Security Act*, que consistiu na primeira manifestação à seguridade social, demonstrando a preocupação com os excluídos dos regimes previdenciários, defendendo a proteção de toda a população. Apesar da nomenclatura, este ato não representava a criação da Seguridade Social, mas da Previdência Social nos moldes atuais, isto é, um modo evoluído de seguro social, que atende as demandas sociais da classe trabalhadora de forma mais ampla.

Anos mais tarde, em 1942, período da Segunda Guerra Mundial, é elaborado na Inglaterra o Plano Beveridge, uma crítica ao sistema de Otto Von Bismarck e que propõe a instituição do WelfareState. Por meio desse sistema, os direitos assumem caráter universal, sendo direcionados a todos os cidadãos, de modo incondicional ou que estejam submetidos a condições de recursos, de modo a garantir o mínimo a todos em situação de necessidade. O financiamento é advindo de impostos e a gestão é feita pelo Estado, tendo como princípios fundamentais a unificação institucional e a uniformização dos benefícios. (BOSCHETTI, 2006).

A evolução da proteção social no Brasil seguiu o mesmo caminho do modelo internacional, qual seja a origem privada e voluntária, com a formação dos primeiros planos mutualistas e a intervenção cada vez mais presente por parte do Estado.

No Brasil, a Constituição de 1824 foi a que primeiro mencionou a assistência a população carente, assegurando-lhes os chamados socorros públicos, posteriormente qualificados pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, em seu art. 23, como “dívida sagrada”.

Entre os anos de 1835 e 1890, surgiram no Brasil algumas legislações que se preocuparam com os temas relativos a acidente de trabalho e aposentadoria, como o Montepio Geral dos Servidores do Estado (1835), o Código Comercial (1850) abordando em seu art. 79 os acidentes de trabalho, Regulamento 737 (1850) sobre acidente do trabalho e o Decreto 221 (1890), que tratava da aposentadoria dos trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil, a qual, anos depois, foi estendida a todos os ferroviários do país (Decreto 405).

A Constituição Federal de 1891 também assegurou socorros públicos, explicitando as calamidades, dispondo inclusive em seu art. 75 que “a aposentadoria só poderá ser dada aos funcionários públicos em caso de invalidez a serviço da Nação, e sem contribuição”. Em 1919, a Lei 3.724, mais conhecida como Lei de Acidente do Trabalho, abordou de maneira mais complexa o tema.

Em 1923, foi promulgado o Decreto Legislativo 4.682, mais conhecido como Lei Eloy Chaves, em homenagem ao seu proponente, que instituiu no Brasil a Previdência Social, com a criação de Caixas de Aposentadoria e Pensões para os ferroviários, em nível nacional. Segundo Ibrahim (2007, p. 30), a Lei Eloy Chaves constitui um marco histórico da Previdência em razão de seu caráter ideológico.

Os anos posteriores à publicação desta lei foram marcados pelo surgimento de várias Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPS), tanto que em 1937, estas perfaziam aproximadamente o total de cento e oitenta e três. Inicialmente, o vínculo dos filiados advinha das empresas. A partir do fortalecimento dos sindicatos e da classe urbana, bem como do interesse do Estado em criar um sistema de seguridade social, a vinculação passou a ser feita por categoria profissional.

Em 1940, o governo de Vargas criou o Instituto de Serviços Sociais do Brasil, com o objetivo de integrar as instituições previdenciárias existentes, e, em 1960, o Congresso Nacional aprovou Lei Orgânica da Previdência Social, unificando os diversos institutos estendendo a cobertura previdenciária para os empregadores e autônomos.

Todavia, a concretização desta unificação somente veio a ocorrer em 1966 com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Em 1963, foi criado o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), tendo por escopo estabelecer direitos e deveres dos empregados e dos produtores rurais.

Na década de 70, a cobertura previdenciária aos trabalhadores foi estendida a cidadãos antes não contemplados pelo sistema, dentre os quais trabalhadores rurais e empregadas domésticas. Além disso, foram incluídas outras questões não abrangidas pela legislação, como os acidentes de trabalho, por exemplo.

A Previdência Social brasileira, quando da sua criação, dividia-se em duas pastas: a pasta do Direito do Trabalho e a da Previdência Social. Majoritariamente, predominava a pasta trabalhista, vez que, nessa época, não havia muitos aposentados, sendo a preocupação reduzida com relação a Previdência Social. Em 1974, em virtude do envelhecimento gradativo da população, criou-se o Ministério de Previdência e Assistência Social, dividindo o INPS em três órgãos: o INPS, que era responsável pelo pagamento dos benefícios previdenciários e assistências; o Instituto de Administração da Previdência e Assistência Social (IAPAS), que administrava e recolhia os recursos do INPS e o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), que era o responsável pelo sistema de saúde. (BOSCHETTI, 2006).

Nos anos 90, foram feitas algumas reformas e fusões, passando o INSS a ser o órgão regulador da Previdência Social. Giambiagi e Além(2003) consideram que a consolidação do seguro social, levou a população brasileira a perceber a Previdência Social como um seguro que se transformou em um fator de estabilidade social do país, esta preocupação em garantir uma renda para a população, inclusive para os funcionários públicos, e as mudanças que não estão sendo feitas em função do regime de repartição tem causado grandes déficits nas contas do governo.

Mota (2008), por sua vez, assevera que as políticas protetivas como a saúde, a previdência e a assistência social são decorrentes das lutas do trabalho, haja vista responderem pelo atendimento das necessidades baseadas em princípios e valores socializados pelos trabalhadores e reconhecidos pelo Estado e pelos empregadores. Segundo a pesquisadora, não importa quais sejam os objetos específicos de intervenção, saúde, previdência ou assistência social, o objetivo da seguridade dependerá do nível da socialização da política adquirido pelas classes trabalhadoras, bem como das estratégias do capital na incorporação das necessidades trabalhistas.

A Seguridade Social tem como propósito fundamental proporcionar aos indivíduos e às famílias a tranquilidade de saber que o nível e a qualidade de suas vidas não serão significativamente diminuídos, até onde for possível evitá-lo, por nenhuma circunstância econômica ou social. A Seguridade Social não se preocupa em garantir o padrão de vida do indivíduo, mas apenas assegurar-lhes condições mínimas para uma sobrevivência digna.

Sendo assim considerada, a Constituição Federal de 1988 introduziu a designação da Seguridade Social para integrar o conjunto de ações na área da saúde, previdência social e assistência social, estabelecendo princípios, diretrizes gerais e fontes de financiamento.

Dessa forma, a Constituição de 1988 inseriu grandes mudanças na Previdência Social brasileira, em especial no que diz respeito ao funcionalismo público, causando problemas financeiros e econômicos para o governo.

Najberg e Ikeda (1999) comentam o cenário atual da Previdência brasileira:

A Previdência brasileira administra hoje um dos maiores programas de renda mínima do mundo, na exata proporção em que paga benefícios de um salário mínimo por mês a 7,9 milhões de brasileiros que não contribuíram para a previdência social.

Do mesmo modo, o aumento dos gastos do Governo ocasionou uma crise no sistema de saúde nos anos 90, pois até então os gastos da saúde eram financiados pela

Previdência Social. A partir da Constituição de 1988, este quadro foi alterado, uma vez que “a previdência social não separa claramente o seguro da assistência” (REZENDE, 2001).

Em 24 de julho de 1991, entraram em vigor as leis fundamentais da Seguridade Social: a Lei nº. 8.212, dispondo acerca do Plano de Custeio e Organização da Seguridade Social, e a Lei nº. 8.213, tratando do Plano de Benefícios da Previdência Social, revogando totalmente a LOPS.

A LOPS, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 até a publicação dos diplomas citados anteriormente, continuou sendo aplicada em face da inexistência de outra legislação acerca do tema. Este período de aplicação da LOPS, sem que a mesma tenha sido totalmente recepcionada pela nova Carta Magna da República ficou conhecido como “buraco negro”, sendo os benefícios concedidos nessa época objeto de revisão, com adoção de novo cálculo da renda mensal, de modo a se adequar às leis novas.

Dentre os princípios estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 no que pertine a Seguridade Social, podemos elencar o primado do trabalho e o do ideário do bem-estar e da justiça sociais.

O princípio do primado do trabalho, previsto no art. 193 da Carta Magna, coloca o trabalho como base primordial da ordem social, ou seja, o sistema de seguridade social, tendo seu objetivo interligado ao da ordem social, estará pautado em ações que estabeleçam como prioridade o trabalho. O primado do trabalho é o caminho para que sejam alcançados o bem-estar e a justiça sociais.

Com relação ao segundo princípio, a incorporação, pela primeira vez, do conceito ligado à proteção social como o de seguridade social no texto constitucional respondeu às expectativas da sociedade organizada de ampliação dos direitos sociais associados à cidadania, traduzindo a sensibilidade do constituinte diante da situação preexistente.

O Bem-Estar e a justiça sociais representam valores supremos da sociedade, merecendo total prioridade, que surge por meio da proteção ao trabalho.

Para que seja alcançado o bem-estar social a Constituição Federal traz elencados no art. 6º os direitos sociais: direito à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, bem como à assistência aos desamparados.

Apesar de ter sido inspirada nos moldes estabelecidos pelo Estado de Bem Estar dos países desenvolvidos, o mercado de trabalho excludente, o nível de pobreza de grande parte da população e a desigualdade na distribuição de renda indicam que o sistema de seguridade social adotado pelo Brasil não garante acesso universal aos benefícios sociais.

Portanto, no Brasil, o seguro social é uma das bases de sustentação da Seguridade Social, cujo objetivo principal é garantir proteção ao trabalhador e a sua família. Entretanto, essa proteção não é absoluta, limitando-se a garantir direitos somente ao trabalhador que esteja inserido no mercado de trabalho ou que contribui mensalmente como autônomo ou segurado especial à Seguridade Social.

3 A PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA NA ATUALIDADE

A Constituição Federal Brasileira, em seu art. 201, estabelece que a Previdência Social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória. Neste regime, deverão ser observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, atendendo a cobertura dos riscos sociais: doença, invalidez, morte, idade avançada, proteção a maternidade, em especial à gestante, e ao trabalhador em situação de desemprego involuntário, conferindo salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda, bem como a pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

A Lei nº. 8.213/1991 também dispõe acerca da Previdência Social em todos os aspectos, inclusive estabelecendo os benefícios que serão devidos aos titulares dos direitos previdenciários.

Na verdade, a Previdência Social é um seguro *sui generis*, uma vez que é de filiação obrigatória para os regimes básicos, além de ser contributivo e de organização estatal, auxiliando seus beneficiários contra os chamados riscos sociais (IBRAHIM, 2007).

A previdência social é a técnica protetiva mais evoluída que os antigos seguros sociais, em razão da maior extensão da proteção, bem como a flexibilização entre contribuição e benefícios. A solidariedade é mais presente nos sistemas atuais e a seguridade social, como última etapa ainda a ser plenamente alcançada, abrangendo a previdência social, buscando a proteção máxima, a ser implementada de acordo com as possibilidades orçamentárias. (TAVARES, 2000).

Restritivamente, os riscos sociais cobertos pelos regimes protetivos são as adversidades da vida a que qualquer indivíduo está submetido, como, por exemplo, um risco de doença ou acidente, ou outros eventos previsíveis como idade avançada, ou seja, fatores que acarretam a impossibilidade do segurado em prover sua manutenção.

Entretanto, o conceito de risco social não é tão limitado, abrangendo outras situações avessas à ideia de infortúnio, como é o caso da maternidade. Por esse motivo, a

denominação “riscos sociais” é criticada por alguns estudiosos, que sugerem a adoção do termo “necessidade social” (ASSIS, 2009). Igualmente, Durand (1991, p. 55) entende que o qualitativo de risco pode ser utilizado para eventos afortunados, devendo o vocábulo “risco social” ser interpretado como todo evento coberto pelo sistema protetivo, com a intenção de oferecer ao segurado algum rendimento substituidor de sua remuneração, como forma de indenizar sequelas sofridas (auxílio doença, auxílio acidente, aposentadoria por invalidez) ou em virtude de encargos familiares (salário família, salário maternidade).

Além dos princípios universais da Seguridade Social, a Previdência possui princípios específicos, elencados no art. 194 da Constituição, que norteiam a sua efetividade, bem como a concessão de benefícios ou prestação de serviço social e/ou reabilitação profissional aos segurados e dependentes. São eles: universalidade da cobertura e do atendimento, uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços, irredutibilidade do valor dos benefícios, equidade na participação no custeio, diversidade da base de financiamento e, caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados.

O princípio da universalidade de cobertura e de atendimento significa que qualquer pessoa pode participar da proteção social patrocinada pelo Estado. Essa universalidade é inerente ao sistema de seguridade social, visando o atendimento de todas as demandas sociais na área securitária.

A uniformidade e equivalência de prestações urbana e rural indica que as prestações securitárias devem ser idênticas para trabalhadores rurais ou urbanos, não sendo lícita a criação de benefícios diferenciados.

A seletividade fixa o rol de prestações que serão garantidas ao beneficiário do sistema, enquanto a distributividade direciona a atuação do sistema protetivo para as pessoas com maior necessidade, definindo o grau de proteção. (BALERA, 2004).

A irredutibilidade no valor dos benefícios representa que os benefícios não poderão ser reduzidos, devendo ser preservado o seu valor real. A irredutibilidade busca não apenas a manutenção do poder aquisitivo, como também o progresso econômico.

A equidade na forma de participação no custeio é decorrente do princípio da igualdade, fundamentando-se na capacidade econômica dos contribuintes. Desse modo, quanto maior capacidade econômica revelar o contribuinte, maior deverá ser a quota a ser revertida ao fundo social para financiar as prestações.

A diversidade da base de financiamento possui duas dimensões: a objetiva, que corresponde aos fatos a serem objeto de contribuições, e a subjetiva, relacionada a pessoas naturais ou jurídicas que deverão contribuir.

Finalmente, o caráter democrático e descentralizado da administração mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, empregadores, aposentados e governo nos órgãos colegiados, tem por escopo resguardar a administração do sistema com a qualidade da segurança e moralidade.

3.1 Estrutura da Previdência Social Brasileira

Segundo Ciquine apud Canuto e Fernandes (2000, p. 120), “[...] o financiamento dos sistemas previdenciários pode ser realizado através de dois regimes: o de repartição e o de capitalização”.

Rezende (2001, p. 163) lembra que “[...] o modelo de previdência no Brasil é caracterizado por um regime de repartição”, funcionando como um orçamento anual em que os trabalhadores e empregadores (com suas contribuições) financiam as aposentadorias dos trabalhadores inativos. Os trabalhadores, que estão em atividade, futuramente, serão aposentados, sendo estas financiadas pelos trabalhadores atuais. Apesar de ser um sistema contributivo, a Previdência não perde o caráter solidário, já que a contribuição objetiva a geração de renda a pessoa idosa ou deficiente e, que, portanto, não dispõe de capacidade laborativa.

Para o bom funcionamento desse sistema, é necessária a implementação de alguma forma de controle. Isso porque as mudanças demográficas do país somadas as alterações no mercado de trabalho são fatores determinantes para que este regime alcance resultados positivos. Rezende (2001, p. 165) esclarece que “o problema do regime de repartição é que ele não guarda relação direta entre benefícios e contribuições, ficando ao sabor das flutuações econômicas e das mudanças demográficas”. Em um regime de repartição, o crescimento econômico é relevante, haja vista implicar em aumento de ofertas de emprego e, conseqüentemente, a arrecadação de contribuições.

Najberg e Ikeda (1999) concordam com o ponto de vista de Rezende (2001, p. 59):

Considerando-se as mudanças demográficas e as transformações no mercado de trabalho, fica evidente que um sistema de repartição precisa ser periodicamente modificado para se manter equilibrado, o que exige permanente esforço de mobilização do Congresso.

A previdência brasileira comporta dois regimes básicos, que são o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência de Servidores Públicos (RPPS), este último para servidores ocupantes de cargos efetivos (incluindo os efetivos) e os militares. Paralelamente aos regimes básicos existe o chamado regime complementar.

O regime complementar ao Regime Geral é privado, enquanto o complementar ao Regime Próprio é público, sendo em ambas as hipóteses o ingresso voluntário, tendo por objetivo ampliar os rendimentos na ocasião da aposentadoria. Os regimes básicos, especialmente o Regime Geral, não visam manter o padrão de vida do segurado, mas tão somente o necessário para o sustento do segurado e seus dependentes.

A natureza jurídica da Previdência Social é institucional ou estatutária, pois o Estado, por meio de lei, cria a figura da vinculação automática ao sistema previdenciário, independente da vontade do beneficiário, motivo pelo qual o seguro social é vinculado a ramo público ou social do Direito (Direito Previdenciário), em contrapartida ao seguro tradicional, que é vinculado a ramo privado (Direito Civil).

O seguro social atua, em geral, por meio de prestações previdenciárias, que podem ser benefícios de natureza pecuniária ou serviços, como reabilitação profissional e serviço social.

São beneficiários da Previdência Social os segurados obrigatórios (empregados, empregados domésticos, contribuinte individual, trabalhador avulso, segurado especial e segurado especial urbano), segurados facultativos (maiores de 16 anos que não exerça atividade de vinculação obrigatória a qualquer regime previdenciário) e os dependentes dos segurados (cônjuge, companheiro, filho não emancipado menor de 21 anos, ou filho inválido de qualquer idade, pais, irmão não emancipado menor de 21 anos, ou irmão inválido).

O sistema previdenciário brasileiro deveria ser autossustentável, ou seja, deveria ser financiado a partir das contribuições de seus participantes, evitando-se uma dependência indevida de recursos estatais, o que poderia comprometer o sistema protetivo.

Infelizmente, a realidade do sistema brasileiro é diferente do que prevê a teoria, que não foi responsável na administração das reservas, e, frequentemente, concedia benefícios sem a previsão de custeio específico, olvidando-se que a contributividade é característica básica do sistema previdenciário.

4 CONCLUSÃO

O Brasil construiu sistema semelhante aos dos outros países, tendo a Constituição Federal de 1988 estabelecido um Estado de Bem-Estar Social em nosso território, transformando a proteção social brasileira em prioridade para o Estado.

Atualmente, no Brasil, a Seguridade Social é um seguro público, coletivo, solidário e imposto pela lei, que se divide em saúde, assistência social e previdência social.

Estudando-se a Previdência Social, verificou-se que ela é um componente da Seguridade, tendo por objetivo principal a composição de um fundo de reserva, feito por meio de contribuições periódicas (mensais), para o amparo dos segurados e seus dependentes quando estiverem diante de uma “necessidade social”.

A evolução da proteção social, desde as ações mais singelas até grandes intervenções estatais, ficou mais evidente no estudo do histórico da seguridade social no Brasil e no mundo.

Sabe-se que o Estado do Bem-Estar Social surgiu como um contraponto necessário ao crescimento do comunismo, pela conscientização dos dirigentes mundiais pela importância da proteção social.

De qualquer forma, a Previdência Social, aliada a saúde e assistência social, são classificados como direitos sociais pela Constituição, sendo usualmente enquadrados como direitos fundamentais de segunda geração, devido à natureza coletiva dos mesmos.

ABSTRACT

The Social Security's historical evolution in Brazil is marked by a continuous changes in its structure and organization, as well as the extension of the rights of so-called Social Security, inheritance of the Welfare State, the constitutional level. The presentation of this topic clearly and objectively is the main scope of this article.

Keywords: Social Security. History development. Panorama current.

¹Risco social é, via de regra, o evento futuro e incerto, cuja verificação independe da vontade do segurado, que, ocorrendo, pode atingir toda a sociedade, de forma reflexa (HOVERTH JUNIOR, Miguel. Direito previdenciário. 3 ed. São Paulo: Quartier Latin, 2003).

REFERÊNCIAS

ASSIS, Armando de Oliveira. Em busca de uma concepção moderna de risco social. **Revista de Direito Social**. São Paulo: Ed. Notadez, n. 14, 2008.

BALERA, Wagner. **Noções preliminares de Direito Previdenciário**. São Paulo: Quartier Latin, 2004.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação.**

CANUTO, Alessandra Mihailidou; FERNANDES, Maria Fernanda Otero. **O crescimento da Previdência Privada aberta face a crise da Previdência Social.** 2000. Disponível em: <www.mackenzie.br/jovenspesquisadores/2.2/2_2-09.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2012.

DURAND, Paul. **La política contemporanea de Seguridad Social.** Madrid: Centro de Publicaciones MTSS, 1991, p. 55.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. Previdência social: diagnósticos e propostas de reforma. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 265-292, jun. 2003.

HOVERTH JUNIOR, Miguel. **Direito previdenciário.** 3 ed. São Paulo: Quartier Latin, 2003.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário.** Tomo II. São Paulo: LTr, 1998. p. 110.

MOTA, Ana Elizabete. **Seguridade social brasileira: desenvolvimento histórico e tendências recentes.**

NAJBERG, Sheila; IKEDA, Marcelo. **A economia brasileira nos anos 90: Previdência no Brasil – desafios e limites.** 1999. Disponível em: <www.bndes.gov.br>. Acesso em: 20 jul. 2012.

REZENDE, Fernando. **Finanças públicas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YASBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo. **A política social brasileira no século XX: prevalência dos programas de transferência de renda.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito previdenciário.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000. p. 30.

A TERCEIRIZAÇÃO E A RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO PODER PÚBLICO

Inácio Ferreira Façanha Neto*

Josanne Cristina Ribeiro Ferreira Façanha*

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo confrontar o disposto na Lei de Licitações e Contratos Administrativos com o Enunciado 331 do Tribunal Superior do Trabalho, no que diz respeito à responsabilidade subsidiária do Poder Público quando da contratação de serviços de empresa terceirizada, face ao inadimplemento das verbas trabalhistas.

Palavras-chave: Lei 8.666/93. Enunciado 331 do TST. Responsabilidade subsidiária da Administração Pública.

1 INTRODUÇÃO

A Administração Pública sendo pessoa jurídica, com plena capacidade para adquirir direitos e contrair obrigações, pode celebrar contratos, mediante prévio processo licitatório.

Dúvida que sempre existiu no meio doutrinário e jurisprudencial gira em torno da responsabilidade subsidiária da Administração Pública quando do inadimplemento de verbas trabalhistas por parte de empresa por ela contratada.

Contrariamente ao que prevê a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 8.666/93), o Tribunal Superior do Trabalho editou o Enunciado 331, segundo o qual a Administração Pública é responsável subsidiária pelo pagamento de verbas trabalhistas, as quais não foram pagas pela empresa terceirizada.

Todavia, esse entendimento confronta não apenas o disposto na legislação específica, como também ao estabelecido na Constituição Federal, que prevê a responsabilidade do Estado quando este, diretamente, causar dano ou prejuízo a direito de terceiro.

* Especialista em Segurança Pública, Defesa Civil e Cidadania (UEMA), em Gestão Estratégica de Pessoas (Uniceuma) e em Gestão Empresarial (Unice). Graduado em Gestão de Segurança Empresarial e Patrimonial (UEMA). Administrador e professor do curso de Administração do Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF) e da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

* Doutoranda em Ciências Jurídicas e Sociais (UMSA). Mestre em Políticas Públicas (Universidade Federal do Maranhão). Especialista em Direito Civil e Processo Civil (Uniceuma) e em Direito Público (Universidade Gama Filho). Licenciada em Letras (FAMA). Advogada e professora do Curso de Direito da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e da Unidade de Ensino Dom Bosco (UNDB), e do curso de Administração do Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF).

Neste estudo, tratar-se-á das noções gerais do contrato administrativo, especificando-se as características do contrato de prestação de serviços firmado entre a Administração Pública e a empresa terceirizada.

Em seguida, será apresentado o entendimento do TST quanto à responsabilidade subsidiária do Estado em confronto com as lições dos especialistas em Direito Administrativo.

Ao final, serão demonstradas as controvérsias na interpretação do disposto na legislação específica e na Constituição Federal, a fim de defender a tese da inaplicabilidade da responsabilidade subsidiária do Poder Público.

2 CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E A RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2.1 Contratos administrativos: noções gerais

Entende-se por contrato um acordo livre de vontades, celebrado para criar, modificar ou extinguir direitos e obrigações de natureza patrimonial entre as partes contratantes. (CARVALHO FILHO, 2007).

A partir da evolução social e a conseqüente personificação do Estado, permitiu-se que este pudesse firmar acordos bilaterais, figurando como uma das partes do contrato, vez que sendo pessoa jurídica, pode assumir direitos e contrair obrigações.

Sempre que a Administração Pública é parte integrante de um acordo com terceiros, tem-se um contrato da Administração, determinação genérica a todo contrato do qual o Estado figura em um dos pólos da relação obrigacional.

Dentro desse gênero, existem os chamados contratos administrativos, que são aqueles celebrados pela Administração Pública e que são regulados pelas normas especiais de direito público, sendo-lhes aplicadas apenas subsidiariamente as regras de direito privado.

Acerca do tema, tem-se Carvalho Filho (2007, p. 162):

Neste ponto, é de toda a conveniência observar que nem o aspecto subjetivo nem o objetivo servem como elemento diferencial. Significa que só o fato de ser o Estado sujeito na relação contratual não serve, isoladamente, para caracterizar o contrato como administrativo. O mesmo se diga quanto ao objeto: é que não só os contratos administrativos como os contratos privados da Administração hão de ter, fatalmente, um objetivo que traduza interesse público. Assim, tais elementos têm que ser sempre conjugados com o regime jurídico, este sim o elemento marcante e diferencial dos contratos administrativos.

A Constituição Federal, em seu art. 22, inciso XXVII, disciplina os chamados contratos administrativos, estabelecendo regras sobre a competência para legislar:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XXVII – normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III;

Portanto, é competência privativa da União legislar a respeito das normas gerais de licitação e contratos da Administração Pública Direta, autárquica e fundacional, pertencentes à União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Além de sua previsão constitucional, os contratos administrativos são regidos pela Lei nº. 8.666/93, mais conhecida como Lei de Licitação e Contratos Administrativos, que dispõe em seu art. 1º:

Art. 1º. Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Semelhante ao que ocorre no Direito Privado, para serem firmados, os contratos administrativos devem preencher determinados requisitos, tais como o formalismo, a comutatividade, a bilateralidade e a boa-fé contratual.

Além dessas características gerais, podem ser citadas outras específicas como a necessidade de licitação prévia, a publicidade, a fixação de prazo determinado, prorrogabilidade, a presença das cláusulas exorbitantes e a finalidade pública.

Dentre as diversas espécies de contrato administrativo existentes em nosso ordenamento jurídico, tratar-se-á no decorrer desta pesquisa sobre os contratos de serviços ou de prestação de serviços.

Carvalho Filho (2007, p. 158, grifo do autor) fala dessa modalidade de contrato administrativo:

Tais contratos são normalmente conhecidos por ‘contratos de prestação de serviços’ e neles se realça a atividade material do contratado. É tipicamente o contrato onde a obrigação se traduz num *facere*. Algumas dessas atividades são mencionadas na lei, como as de conservação, reparação, conserto, transporte, operação, manutenção, demolição, seguro, locação de bens, e outras, todas consubstanciando típicas obrigações de fazer.

Verifica-se que, ao firmar um contrato de prestação de serviços, o Estado celebra um acordo com uma empresa terceirizada para a execução das atividades elencadas no art. 6º, inciso II, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Logo, o contrato de prestação de serviços firmado pelo Estado equivale a uma terceirização das atividades administrativas.

Questão controvertida na doutrina e jurisprudência gira em torno da responsabilidade da Administração Pública quando da celebração de contratos de prestação de serviços, principalmente a partir da edição do Enunciado 331 do Tribunal Superior do Trabalho. É o que se passa a demonstrar.

2.2 A responsabilidade subsidiária do Estado nos contratos de prestação de serviços

Estabelece o Enunciado 331 do TST:

Enunciado 331/TST – Contrato de prestação de serviços – Legalidade.

I – A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei 6.019, de 03.01.1974);

II – A contratação irregular de trabalhador, através de empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/88);

III – Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei 7.102, de 20.06.1983), de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e subordinação direta;

IV – O inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador implica na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também no título executivo judicial (art. 71 da Lei 8666, de 21.06.1993).

De acordo com esse enunciado, o Tribunal Superior do Trabalho não permite a terceirização em atividade fim da empresa, isto é, não admite a contratação de trabalhadores por empresa interposta, formando vínculo direto com a empresa tomadora de serviços. O mesmo sucede com relação à Administração Direta, Indireta, autárquica e fundacional.

Considerando-se o disposto no art. 37, inciso II, da Constituição Federal, que determina a prévia realização de concurso público pela Administração para a contratação de servidores/empregados público, não pode ser reconhecido vínculo empregatício entre os trabalhadores contratos para a prestação de serviços e o Estado.

Todavia, o Enunciado 331 do TST confronta diretamente ao disposto no art. 71, *caput* e § 1º da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, senão vejamos:

Art. 71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

§ 1º A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o registro de imóveis.

Embora o Tribunal Superior do Trabalho tenha pacificado o entendimento pela responsabilidade subsidiária do Estado com relação ao pagamento de verbas trabalhistas, à luz do Direito Administrativo, estas decisões vão contra o disposto no ordenamento jurídico pátrio, em virtude de uma análise equivocada do disposto na Constituição Federal.

Gasparini (2000, p. 814) explica o disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal:

O texto constitucional em apreço exige para a configuração da responsabilidade objetiva do Estado uma ação do ente público haja vista a utilização do verbo ‘causar’ (causarem). Isso significa que se há de ter por pressuposto uma atuação do agente público e que não haverá responsabilidade objetiva por atos omissivos.

Esse é o entendimento de Justen Filho (2007, p. 531):

Também fica expressamente ressalvada a inexistência de responsabilidade da Administração Pública por encargos e dívidas pessoais do contratante. A Administração Pública não se transforma em devedora solidária ou subsidiária perante credores do contratante. Mesmo quando as dívidas se originarem de operação necessária à execução do contrato, o contratado permanecerá como o único devedor perante terceiros. Qualquer litígio entre particular e terceiros resolve-se no estrito âmbito entre eles, sem acarretar sacrifício da posse da Administração Pública.

O fato de contratar com a Administração não afasta da empresa privada a incidência de normas jurídicas impositivas de encargos, sejam estes de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal ou comercial, no que se referir à execução do contrato público. Em todas estas relações de direito público ou privado, a contratada é a única e exclusiva titular dos respectivos encargos, que não se comunicam à Administração contratante, antes, durante ou depois da execução do contrato. (PEREIRA JÚNIOR, 2007).

3 CONCLUSÃO

É indiscutível a possibilidade de responsabilidade subsidiária do Poder Público, quando a empresa terceirizada torna-se inadimplente, tendo em vista a responsabilidade do Estado em vigiar a execução do contrato e em escolher a empresa mais adequada à prestação de serviços.

Entretanto, ao ente público é resguardada maior proteção, sendo estabelecidas regras específicas pela Constituição Federal, objetivando proteger o erário e a ocorrência de possíveis fraudes que venha lesar o patrimônio público.

Ressalta-se que, diante da competência privativa da União para legislar a respeito das licitações e contratos administrativos pelo Poder Público, a Lei 8.666/93, alterada posteriormente pela Lei nº. 8.883/94, está em consonância com o disposto na Constituição

Federal, à medida que exclui a Administração Pública Direta ou Indireta, autárquica e fundacional, de qualquer responsabilidade no que diz respeito aos encargos trabalhistas nos contratos de terceirização.

OUTSOURCING AND SUBSIDIARY RESPONSIBILITY OF PUBLIC ORDER

ABSTRACT

This research aims to confront the provisions of the Law n°. 8.666/93 with the Statement 331 of TST, regarding the liability of the Public Order when the hiring of outsourced business services, against the default of labor resources.

Keywords: Law 8.666/93. Statement 331 of TST. Liability of the Public Order.

REFERÊNCIAS

BRASÍLIA. Tribunal Superior do Trabalho. Disponível em: <www.tst.gov.br>. Acesso em: em 2 ago. 2008.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 16 ed. rev., ampl. e atualizada. Rio de Janeiro: Lúmen Júris Editora, 2007.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei das licitações e contratos administrativos**. São Paulo: Dialética, 2007.

PEREIRA JÚNIOR, José Torres. **Comentários à lei das licitações e contratações da Administração Pública**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

A DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: uma análise sobre a relação pedagógica**Corina Macedo de Carvalho Freire*****Diêgo Henrique Matos Pinheiro******RESUMO**

O crescimento profissional por parte dos professores é um desafio exigido pela sociedade, para que o mesmo não fique estagnado no tempo devendo assim interagir com as transformações o mundo e com o ambiente que o rodeia, tendo como objetivo avaliar a formação do professor, suas qualificações acadêmicas pedagógicas e interpessoais o estudo foi realizado através de observação no cotidiano e utilizando informações teóricas da pedagogia. A Análise sobre a docência no ensino superior tem mostrado a necessidade de estabelecer autonomia do professor tanto no campo da pesquisa e principalmente do ensino, uma vez que os mesmos são inseparáveis. De acordo com a análise das praticas pedagógicas dos docentes no espaço acadêmico. Pretende-se enfatizar a importância da pratica da pesquisa para o processo de ensino aprendizagem, pois por intermédio da pesquisa o docente focará uma postura autônoma e critica. Dentro do exercício da docência é exigido do docente algumas qualificações acadêmicas, pesquisas e titulações para que o mesmo possa ter uma melhor qualificação pedagógica e interpessoal visando atender a demanda existente na sociedade atual. Neste contexto, a didática assume um papel de grande relevância para uma educação de qualidade, portanto que a docência do ensino superior não pode ir contra a teoria- pratica necessitando assim de um aspecto mais amplo para a relação pedagógica.

Palavras-chave: Docência do ensino superior. Formação, Prática pedagógica.

1 INTRODUÇÃO

O cenário contemporâneo descortina transformações e mudanças em todas as esferas da sociedade. Diante da realidade cada vez mais instável, as instituições de Ensino Superior encontram vários desafios, alicerçados, essencialmente, nas alterações políticas, econômicas, sociais e culturais que levam a mudanças paradigmáticas de ordem pessoal e coletiva. A chamada sociedade da informação e do conhecimento exige uma resignificação da educação, à luz das novas configurações sociais, dos ambientes educativos, bem como, atentar para a complexidade do processo de educação, que assume a responsabilidade de

* Graduada em Pedagogia pela UVA e Especialista em Docência do Ensino Superior.

** Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA e Graduado em Administração pela Faculdade Pitágoras de São Luís, Especialista em Gestão Pública pela Universidade Cândido Mendes - UCAM e Docência do Ensino Superior pela Faculdade Santa Fé, MBA em Finanças pela Faculdade AIEC; Professor de Graduação e Pós Graduação do Instituto de Ensino Superior Franciscano – IESF e Coordenador do Laboratório de Práticas Empresariais “Negócios S/A” e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Empreendedorismo - GEPEM; Professor de Graduação da Faculdade DeVry de São Luís e Coordenador da Empresa Júnior Multidisciplinar “DeVry Jr.” e Professor EAD na Faculdade do Maranhão – FACAM.

educar ao longo da vida e, para tanto, necessita reinventar-se e se reconfigurar diante das novas necessidades que se apresentam no cotidiano no qual estamos inseridos.

Nesse sentido, pensar a docência no Ensino Superior remete à reflexão sobre o processo de formação para a docência universitária, considerando seus aspectos teóricos e práticos, buscando a compreensão de como nos tornamos docentes e de que repertório de saberes se faz necessário lançar mão para uma docência pertinente, que atenda aos desafios de uma formação pedagógica cada vez mais atualizada, científica, qualificada e que destaque o papel do professor universitário no processo de formação pessoal e profissional.

A partir do problema de investigação, qual o desafio da universidade na formação docente para a atuação no Ensino Superior neste novo século? Foi construído o presente texto que compreende nossas indagações, nossas preocupações e quiçá o apontamento de alguns caminhos, traçados a partir da imersão teórica e das vivências e dos saberes construídos no cotidiano enquanto docentes do Ensino Superior articulando pesquisa e ensino.

2 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO NA DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR

Ser docente nunca foi fácil e no presente contexto de desvalorização da profissão não é diferente. Sempre foi exigido dos docentes mudanças no sentido de trabalhar com seus discentes desempenhando com toda magnificência as competências técnicas desenvolvidas ao longo da sua carreira profissional, portanto não é fácil, pois o mercado de trabalho é muito concorrido e por esta razão há uma grande procura dos docentes por qualificação profissional, visando aperfeiçoar suas práticas pedagógicas e nesse meio o ponto crucial são os saberes pedagógicos que contribui para o crescimento do docente. Contudo nos anos 90 teve início várias discussões em relação à formação docente, saberes docentes e práticas, etc. Nóvoa (1997), Pimenta (2006) defenderam e expressaram seus pontos de vista, entre eles Tardif. Nesse contexto Tardif (2011, p. 49), afirma:

O docente raramente atua sozinho, Ele se encontra em interação com outras pessoas, a começar pelos alunos. A atividade docente não é exercida sobre um objeto, sobre um fenômeno a ser conhecido ou uma obra a ser produzida. Ela é realizada concretamente numa rede de interações com outras pessoas, num contexto onde o elemento humano é determinante e dominante e onde estão presentes símbolos, valores, sentimentos atitudes, que são possíveis de interpretação e decisão. (TARDIF, 2011, p. 49).

Portanto sabemos que muitos cursos de formações deixam a desejar, principalmente em relação ao tipo de currículo utilizado. E a cada novo curso de formação percebe-se ao final do mesmo, um docente angustiado e assustado por terem que enfrentar

uma sala de aula com todas as diversidades existentes, pois não tiveram a oportunidade de vivenciar e presenciar situações e exemplos no cotidiano.

Percebe-se nitidamente que as ações vividas outrora enquanto alunos refletem na ação docente de professores que não tiveram a oportunidade de dar um novo significado para os seus conceitos e assim permanecer na mesmice já que sua formação acadêmica não provocou mudanças nas posturas existentes e ele repassará para seus alunos a sua bagagem seja ela qual for, boa ou ruim, pois antes de ser professor somos humanos.

Me movo como educador porque primeiro me movo como gente. A formação profissional do professor deve abster-se da concepção de mero reprodutor do conhecimento e monitor de programas pré-estabelecidos, devendo estender-se as análises das práticas pedagógicas, didáticas e docentes tornando-se necessário o seu trabalho enquanto mediação nos processos constitutivos da cidadania dos alunos, sempre contextualizando a aprendizagem com a realidade social, tornando o saber uma prática contínua de experiências adquiridas ao longo da vivência cultural, socialmente acumulada com os conhecimentos e técnicas específicas. (FREIRE, 1996, p. 94).

3 A RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Como seres sociais que somos, precisamos do convívio com outras pessoas para construir a nossa identidade e interagir com o mundo ao nosso redor. Dentro do mundo acadêmico da universidade, não podemos desconhecer o valor da interação entre professores e alunos e as relações decorrentes deste convívio. É inegável a importância do professor no papel de ensino-aprendizagem, visto que o trabalho docente contribui, essencialmente, ao processo de humanização do aluno, enquanto ser pensante e social, fazendo ligação das realidades sociais com os saberes científicos, num contínuo processo de construção e transformação de suas identidades, enquanto integrantes indissociáveis de uma sociedade justa, solidária e politicamente correta, que busca o convívio salutar entre seus pares no sentido de harmonizar o constante processo civilizatório de toda a população.

Compreendemos que a sala de aula não pode apenas ser um lugar de difusão de conteúdos teóricos, mas também de obtenção de valores, de comportamentos, portanto, as relações constituídas entre professores e alunos tornam-se um determinante muito decisivo no processo pedagógico. Segundo Freire o ensinar exige querer bem aos educandos, ressalva que:

Não é certo, sobretudo do ponto de vista democrático, que serei tão melhor professor quanto mais severo, mais frio, mais distante e “cinzento” me ponha nas minhas relações com os alunos [...]. A afetividade não se acha excluída da cognoscibilidade.

O que não posso obviamente permitir é que minha afetividade interfira no cumprimento ético de meu dever de professor no exercício de minha autoridade. 'Não posso condicionar a avaliação do trabalho escolar de um aluno ao maior ou menor bem querer que tenha por ele'. (FREIRE, 1996, p. 159-160).

A relação professor-aluno pode tanto brotar resultados positivos quanto negativos, pois professor e aluno formam um par integrante complexo e dinâmico. As dificuldades acadêmicas não podem ser focalizadas apenas no aluno, é preciso investir tanto no aluno como no professor para que não se aloje um círculo vicioso: professor-problema, aluno-problema, pois diante de tudo o grande prejudicado com certeza é o aluno.

Na vida do professor, muitas vezes ouvimos as declarações: “é preciso apartar o lado emocional do lado profissional”, “temos que deixar nossos problemas pessoais em casa”. Será que é possível fazer essa divisão? É possível despedaçar tanto? Na nossa visão, essa separação não existe, o que pode ocorrer é o desenvolvimento da capacidade de manter-se equilibrado diante das confusões, pois os laços afetuosos entre professores e alunos, alunos e colegas, professores e colegas, têm sido um elemento de fortalecimento da aprendizagem.

O caminho do aluno sempre aponta a figura do professor como sendo a mais relevante e, portanto, mais que um profissional, um amigo, ou seja, alguém com quem possa ter um relacionamento onde a emoção esteja presente. Neste sentido, é essencial e urgente tratar da vida pessoal do professor para que ele possa lidar com o aluno deixando marcas positivas em sua vida.

Não se pode negar a complexidade que envolve o ser humano e no que se refere ao processo ensino-aprendizagem, as decorrências sociais, culturais, orgânicas, cognitivas e também emocionais e espirituais. Em se tratando dessa pluralidade, é indispensável a compreensão e tratamento do ser humano enquanto ser – pessoa - aluno- educador. Neste pensamento Perrenoud (1993) diz ser a profissão docente uma “profissão impossível”, na medida em que está sempre entre aquelas que trabalham com pessoas e assim sendo sujeita a conflitos, ambiguidades e defesas.

Na relação professor-aluno temos consciência atualmente de um descaso com a figura do professor, com a perda de autoridade e respeito, principalmente diante do mundo globalizado capitalista. Quanto aos alunos, geralmente nas instituições privadas de ensino, o professor é visto como seu funcionário. Ele paga e pode escolher, exigir e determinar o professor que ele quer. Em compensação vemos professores ansiosos e inseguros que com ignorância e presunção mantêm um afastamento do aluno, utilizando práticas pedagógicas tradicionais, se achando o dono do saber, desprezando a construção do relacionamento com o aluno, criando um clima de medo em sala de aula.

Cada professor tem suas experiências na formação acadêmica e constrói sua identidade vocacional e profissional na interação com os alunos através de uma prática reflexiva na convivência cotidiana. Nessa interação com os alunos é preciso atentar para as maneiras tomadas no exercício da “autoridade docente”. Em muitos casos percebe-se um abuso de poder, onde a avaliação é utilizada como um meio de punição e acerto de contas.

Na relação professor-aluno é preciso estabelecer um nível de conversação franca. Ser franca neste sentido não é simplesmente dizer o que pensa, jogando no outro todo o seu estresse e preconceitos, mas acima de tudo pensar no que diz. A sala de aula é um espaço de construção do conhecimento, mas sem negar a demonstração das emoções e valores, com clareza e respeito mútuo.

Cada nova matéria, cada novo professor, cada nova turma gera esperanças tanto no aluno quanto no professor. Quando ocorre uma frustração das esperanças surge o desinteresse, a impertinência, o desgaste emocional. Neste sentido a comunicação franca, juntamente com a liderança sábia do professor para conduzir as vivências, maneiras e esperanças, pode romper qualquer bloqueio. Tumultos podem surgir, é normal no convívio humano, mas como resolver os conflitos é que se torna relevante. Como professores e condutores na relação pedagógica é indispensável uma postura autocrítica para perceber que se um determinado tipo de conflito tem continuado ao longo do tempo na carreira docente, é indispensável tratar a real causa fugindo dos pretextos, pois, o primeiro passo para a transformação é o reconhecimento da necessidade de mudar e o segundo é a determinação de fazê-lo em respeito a si próprio e principalmente para com os alunos.

4 DOCÊNCIA ATRAVÉS DO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO

O estudo sobre o processo de construção de identidade profissional desenvolvido por Dubar (2005) tem fundamentos em Berger e Luckmann (1985). Para esses autores a identidade é um elemento-chave da realidade subjetiva e tal como toda realidade subjetiva acha-se em relação dialética com a sociedade. Sendo assim, a pesquisa aqui relatada assume esta perspectiva sociológica específica, segundo a qual, os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. A identidade é, portanto, um fenômeno que deriva da dialética entre um indivíduo (identidade para si – decorrente dos atos de pertencimento) e a sociedade (identidade para o outro – decorrente dos atos de atribuição). Estas duas dimensões caracterizam o que Dubar (2005) tipifica como processo biográfico e processo relacional.

A construção da identidade acontece na relação dialética entre os processos biográfico e relacional – o que é verificado pelo autor após análise de algumas trajetórias e percepção de marcas de continuidade inter e intragerações, marcadas por rupturas de diferentes naturezas, que implicam questionamentos das identidades anteriormente adquiridas ou construídas. Considerando, também, que é na experiência social que o ator constrói sua identidade (social e profissional), a orientação teórico-metodológica para pesquisas sobre identidade profissional indica que é preciso se inserir na história do ator, buscando encontrar os elementos simbólicos, relacionais e emocionais existentes no processo de construção de sua identidade. Trata-se de resgatar do e no sujeito imagens que fizeram parte de sua história (subjetivismo) e confrontar com os atributos dados pelos sistemas sociais relacionados ao exercício do papel profissional (objetivismo), conforme propõe Dubar (2005).

Em relação aos saberes docentes, neste trabalho é adotada a abordagem desenvolvida por Tardif et al. (1991) e por Tardif e Raymond (2000), que considera como principal característica dos saberes docentes a temporalidade expressa em dois fenômenos fontes desses saberes: a trajetória pré-profissional (proveniente da história de vida dos professores) e a trajetória profissional (no âmbito da carreira e socialização profissional docente). Tardif (2002) evoca Dubar (2004) e Dubet (1994) para fundamentar a genealogia dos saberes, portanto, remete ao processo de socialização e construção da identidade. Borges (2004, p. 32) também defende que os “[...] os professores constroem um saber (conhecimentos, competências, saber-fazer, saber-ser, etc), a partir de suas experiências profissionais e, também, pré-profissionais, em um longo processo de socialização”. No entanto, cabe destacar que as pesquisas sobre saberes enfocam os professores da Educação Básica e isto demonstra uma lacuna existente em relação a pesquisas que ponham em evidência os saberes e as especificidades da docência no ensino superior.

O campo da formação profissional (formação docente – licenciatura) é fortemente reconhecido como espaço de aquisição de saberes, nele são discutidas teorias, práticas e procedimentos. Em se tratando de professores que atuam no ensino superior, objeto desta análise, não se pode aplicar tal relação, porque a maioria, conforme já mencionado na introdução deste trabalho, é bacharel e não possui formação pedagógica, logo, nunca estudou teorias educacionais e, por isso, inviabiliza-se pensar no princípio da racionalidade técnica quando não existiu um campo que instrumentalizasse teoricamente o profissional. Esta situação justifica, mais uma vez, a problemática apresentada e por isso para respondê-la vale evocar os conceitos da Sociologia da Experiência.

Não se trata de negar a importância da formação didático-pedagógica ou reduzir seu status na socialização profissional de professores do ensino superior. O fato é que ela inexistente, por isso é pertinente pensar que os professores de ensino superior desenvolvam, progressivamente, saberes oriundos do próprio processo de trabalho e nele baseados e que “[...] são exatamente esses saberes que exigem tempo, prática, experiência, hábito, etc” (TARDIF; RAYMOND, 2000, p. 211). Mais uma pista metodológica emerge desta constatação, a de que é no conhecimento da história de vida do sujeito, de sua trajetória, quando ele narrar suas experiências, que encontraremos quais saberes possuem e como foram construídos no processo de socialização profissional. Isto porque a estrutura temporal da vida é extremamente complexa e coercitiva, ou seja, uma seqüência de experiências de vida não pode ser invertida. (BERGER; LUCKMAN, 1985).

O fato de não possuírem uma formação pedagógica inicial e considerando as questões acima apresentadas sobre construção de identidade, processo de socialização e as fontes de saberes a hipótese desta pesquisa: a de que os professores que atuam no ensino superior detêm saberes da experiência social que são frutos do processo de socialização e do desenvolvimento de uma disposição social específica para o trabalho em sala de aula, efetivando os processos de comunicação entre os pares e com os alunos, que o tornam legítimo no seu exercício profissional. O que significa que a pesquisa precisa levar em consideração a representação social dos atores – o que nos leva a perguntar: o que é ser professor e aluno? Quem são e o que fazem os professores e alunos na contemporaneidade? E especificamente no ensino superior? Saberes mobilizados por professores para seu exercício docente numa determinada época e contexto podem ser completamente distintos ao longo do tempo.

4.1 A universidade e os desafios da formação docente

As universidades, pontualmente, são locais privilegiados de produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico. Sendo assim, o compromisso social da universidade deve ser efetivo, visto que ela faz parte de um contexto global inclusivo que a determina e, que a torna um dos agentes para a manutenção e/ou para a transformação da sociedade. Dado a isso, a aprendizagem e o fazer reflexivo são inerentes ao processo de construção deste conhecimento, em que o ensinar tende a se fazer, de forma dialógica com as exigências empreendidas ao novo contexto e às novas exigências econômico/sociais, políticas e culturais.

Sob esse prisma, a função e o desafio do educador e do formador desta sociedade que se transforma aceleradamente, preconiza-se preparar este profissional do ensino superior, para uma prática docente reflexiva e com autonomia intelectual, assumindo seu protagonismo de intelectual transformador. Esse processo determinará as suas percepções, interpretações, ações, e as direcionará na condução do seu fazer pedagógico, permitindo-lhe enfrentar os novos paradigmas e desafios encontrados no cotidiano do trabalho docente com conhecimento científico, saberes, habilidade e criatividade.

Delors em sua obra *A educação para o século XXI: questões e perspectivas* (2005) oferece um leque de comentários sob vários pontos de vista, no que diz respeito às diferentes questões da educação atual, em que o desejo manifesto dos educadores, é de se mostrarem à altura dos desafios antigos e novos. Versando sob as questões das novas exigências que se desenham, para com este século (XXI), Blondel (2005, p. 187-188), afirma que as estruturas de emprego vem modificando-se, e assim, compreende que um novo modelo de organização deve ser configurado, apontando para a necessidade cada vez maior, de aptidões intelectuais ao indivíduo, em que a atividade produtiva passa a depender de conhecimentos:

[...] a escolaridade tende a prolongar-se, a formação contínua parece cada vez mais necessária. Portanto, um número crescente de indivíduos deverá ensinar [...] é evidente que o principal centro de recursos para a formação inicial e para a formação recorrentes desses educadores continuará sendo o ensino superior como lugar de atualização do conhecimento. (BLONDEL apud DELORS, 2005, p. 187-188).

Apesar de uma forte pressão da demanda social para que o setor da educação superior se desenvolva, “os relatórios de todas as organizações internacionais denunciam a crise do ensino superior: crise de financiamento, mas também crise de sentido” (BLONDEL apud DELORS, 2005, p. 188). Os problemas das políticas de ensino para as sociedades deste século sejam organizacionais e/ou financeiros, atribuídos ao ensino superior, acabam afetando diretamente o desempenho do profissional, no que diz respeito às contradições inerentes às missões e aos objetivos da profissão docente. Na dinâmica dos sistemas universitários, muitas questões difíceis e contraditórias surgem, indaga-se se a universidade deve orientar o aluno mais para a pesquisa ou mais para a indústria. Blondel (apud DELORS, 2005, p. 188) postula,

[...] que o problema de saber se os estabelecimentos devem perseguir vários objetivos ao mesmo tempo ou especializar-se. Mas o que seria de uma universidade que se consagrasse unicamente à formação de professores ou à formação de profissionais, sem estrutura de pesquisa?

O referido autor, focalizando a problemática, questiona ainda “será que podemos falar em universidade se levamos em conta que a originalidade de uma tal estrutura é

justamente a sinergia entre a pesquisa e o ensino?” (BLONDEL apud DELORS, 2005, p. 188). A lógica deste ensino conduz um pensar a formação dos professores de uma forma inovadora, cada vez mais imprescindível e necessária. Essa formação docente permanente e reflexiva permeia princípios que tem sofrido modificações, em função das novas exigências que o universo social/político/econômico globalizado empreende. Embora os professores possuam experiências significativas e trajetória de estudos em sua área de conhecimento específica, é comum nas diferentes instituições de ensino superior, o predomínio do “[...] despreparo e até um desconhecimento científico do que seja o processo de ensino e de aprendizagem, pelo qual passam a ser responsáveis a partir do instante em que ingressam na sala de aula”. (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002, p. 37).

5 CONCLUSÃO

Não há como esgotar um assunto de tão grande envergadura, mas é possível formular uma resposta ao desafio de repensar a relação pedagógica. A formação para a docência no ensino superior não pode contrariar a unidade teoria-prática, ou seja, é preciso uma qualificação para o exercício docente que ultrapasse o domínio do conhecimento específico na área, e se articule com o preparo pedagógico, para superar situações desafiadoras em sala de aula.

Consciente de que as universidades são produtos das relações humanas, faz-se necessário fortalecer o debate sobre as possibilidades de estabelecer uma política de formação continuada para os professores universitários. A universidade que visa à qualidade aponta para uma virtude dialética reconstrutiva dos conhecimentos a serviço do processo educativo que fundamentalmente deve se processar nas competências humanas e sua base alicerçada no patrimônio histórico, social, cultural e político estrutural do recinto universitário.

A formação do professor tem enfatizado mais os conhecimentos científicos e tecnológicos dando pouca ênfase às questões de relacionamento interpessoal. A relação professor-aluno é paradoxalmente a maior produtora de tensões como também de recompensas e gratificações. Qualquer prejuízo nessa relação desarticula a tranquilidade do professor no ensino e a receptividade do aluno na aprendizagem.

Há muito tempo ouve-se a afirmativa “Ensinar é uma arte”. Realmente é uma arte que precisa ser aperfeiçoada a cada dia através de uma postura crítica e reflexiva da práxis, pois a reflexão é um valioso instrumento de autodesenvolvimento e transformação.

TEACHING IN HIGHER EDUCATION: an analysis on the relationship pedagogical

ABSTRACT

The professional growth of the teachers is a challenge demanded by society, so that it does not become stagnant over time and should therefore eat transformations interact with the world and the environment around them, having to evaluate the teachers' academic qualifications pedagogical and interpersonal study was conducted through observation in daily life and using information theoretical pedagogy. Analysis on teaching in higher education has shown the need for teacher autonomy both in research and teaching especially since they are inseparable. According to the analysis of the pedagogical practices of teachers in academic space. It is intended to emphasize the importance of research to the practice of teaching and learning process, because through the research will focus on the teaching posture autonomous and critical. Within the practice of teaching is required of teaching some academic qualifications, research and qualifications so that it can have a better pedagogical and interpersonal skills to meet the existing demand in today's society. In this context, the teaching takes on a role of great importance to quality education so that teaching in higher education can not go against the theory - practice thus requiring a broader aspect to the pedagogical relationship.

Keywords: Teaching in higher education. Training. Pedagogical practice.

REFERÊNCIAS

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 26 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BLONDEL, Danièle. **O Ensino superior: missão, organização e financiamento**. Porto Alegre. Artmed, 2005.

BORGES, Cecília Maria Ferreira. **O professor da educação básica e seus saberes profissionais**. Araraquara: JM Editora, 2004.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. Stories of expirience and narratives inquiry. **Educacional Research**, v. 19, n. 5, p. 2-14, 1990.

CUNHA, Marciano de Almeida. **Abertura indiscriminada de cursos superiores de Administração: um aspecto da história da educação recente**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2005.

_____. **O processo de socialização profissional de professores do ensino superior atuantes no curso de Administração: trajetórias, saberes e identidades**. 2011, p. 225p. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns Esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Educação e Sociedade**, ano XIX, n. 62, abr. 1998.

_____. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados,1998.

DUBET, François. **Sociologia da experiência**. Instituto Piaget: Lisboa, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREUD, Sigmund. Algumas considerações sobre a psicologia do escolar. In: Edição Standart Brasileira das obras psicológicas de Sigmund Freud. Trad. de Themira de Oliveira e outros. Rio de Janeiro: Imago, s/d, XXIII, 1914. p.281- 288.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 34. edição. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológico: disposições e variações individuais.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

MAUCO, Georges. **Psicanálise e educação.** Lisboa: Moraes, 1967.

MORGADO, M.A. **Da sedução na relação pedagógica: professor-aluno no embate com afetos inconscientes.** 2. ed. São Paulo: Sumus, 2002.

PERRENOUD, Phillip. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas.** Lisboa: Dom Quixote, 1993.

_____. **Dez novas competências para ensinar.** Porto Alegre, RS: Artmed, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Lea das Graças Camargo. **Docência no ensino superior.** São Paulo: Cortez, 2002.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude; LAHAYE, Louise. Os professores face ao saber: esboço de uma problemática do saber docente. **Teoria e Educação: Porto Alegre**, n. 4, p.215-233, 1991.

TARDIF, Maurice; RAYMOND, Danielle. **Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério.** Educação & Sociedade, ano XXI, n. 73, p. 209-244, 2000.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FATOR SENSIBILIZADOR PARA OS ALUNOS E HABITANTES QUE MORAM PRÓXIMO AO RIACHO PONTE CAXIAS-MA, BRASIL

Daniele Souza dos Santos *

Deusinete Ribeiro Viana *

Filipe Bezerra Costa *

Vera Lúcia Lopes de Barros *

RESUMO

O objetivo do presente estudo foi sensibilizar sobre a importância de cuidar do meio ambiente, pois ele faz parte de nossa vida, e entender que tudo que utilizamos provem da natureza, e não podemos viver sem ela, e que o riacho do Ponte é indispensável como uma forma de vida para os habitantes desse bairro e do município de Caxias/MA. O trabalho foi realizado no período de estágio em que os alunos e habitantes tiveram um passeio excursivo as margens do riacho Ponte em que pode ser constatado que as sacolas, litros de água sanitária, esgotos, desmatamentos, construções de casas próximas ao riacho são as principais vias de destruição do riacho ponte. Esses resultados indicam Portanto, a necessidade de uma política pública (construção de casas em outra área para retirarem os invasores da área de preservação ambiental que serão ocupadas pelas mesmas). A própria população que se utiliza do riacho, para lavagem de roupas, regarem plantas, e para beber deve deixar de lançar plásticos e litros as margens do riacho e procurarem outros locais para fazerem suas necessidades fisiológicas.

Palavras-chave: Degradação. Sustentabilidade. Política pública.

1 INTRODUÇÃO

O estudo e a reflexão sobre as práticas sociais devem envolver uma articulação de planejamento de ocupações territoriais sem promover a degradação e deterioração permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, e que a educação ambiental é um dos fatores que pode solucionar boa parte dos problemas que são ocasionados no meio ambiente, ou seja, é por meio de um conhecimento interdisciplinar que podemos assimilar plenamente o equilíbrio dinâmico do ambiente, comtemplando as inter-relações do meio natural com o social. Partindo-se como referência, que a maior parte da população brasileira vive em cidades, isto nos remete a uma necessária reflexão sobre os desafios para mudar as formas de pensar e agir em torno da questão ambiental numa perspectiva contemporânea de Mundo. (JACOBI, 2003).

* Graduada em Biologia pela Universidade Estadual do Maranhão UEMA.

* Graduada em Biologia pela Universidade Estadual do Maranhão UEMA.

* Graduado em Biologia pela Universidade Estadual do Maranhão UEMA.

* Doutora pelo Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA.

Segundo Sabetai Calderoni (1998), e tendo como ponto de vista esse conhecimento, o lixo, é um resíduo que varia conforme a época e o lugar, e de fatores como jurídicos, econômicos, ambientais, sociais e tecnológicos. Como por exemplo, ao associar que o lixo é responsabilidade do poder público e resíduo ao setor industrial. O resíduo é um material que tem valor comercial, e lixo é um material descartado que não tem valor comercial. Podemos definir resíduo sólido no contexto cultural que é simplesmente um conjunto de produtos não aproveitados de resultados de atividades humanas - doméstica, comercial, industrial, de saúde entre outros tipos, ou aqueles proporcionados pela natureza, como folhas, terra etc.

D'Almeida et al. (2000) menciona que o aterro comum ou lixão é a forma mais inadequada de disposição dos resíduos sólidos, proporcionando uma descarga para o solo, sem a preocupação de se precaver dos sérios problemas pra os canais aquíferos que são encontrados subterraneamente, gerando problemas através dessa atividade tanto ao meio-ambiente quanto à saúde pública da população. Esta disposição é seriamente questionada, pois não há um controle algum do que está sendo depositado, não há uma separação dos resíduos sólidos urbanos, dos de saúde e dos industriais.

A proliferação de vetores, a geração de maus odores, e a poluição das águas superficiais e subterrâneas é ocasionam pela disposição dos diversos resíduos com a água da chuva gerando uma mistura líquida, é sem dúvida a pior disposição de resíduos sólidos. Contudo, com o intenso processo de urbanização mundial que vem ocorrendo de maneira cada vez mais acelerada, as cidades passaram a ser o foco das atenções do mundo contemporâneo. Em alguns poucos anos, mais da metade da população mundial vai viver em cidades, se não houver um planejamento socioambiental nas cidades para suportar tanta gente isto pode gerar impactos na saúde da população e uma má qualidade do aspecto físico social. Hoje, com os grandes tormentos da poluição, da violência e da pobreza, as cidades deixaram de assegurar uma boa qualidade de vida e tornaram-se ambientes insalubres. (GOUVEIA, 1920).

2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental inicialmente era considerada como um problema dos recursos ecológicos na prática principalmente da conscientização, para chamar atenção da má distribuição do acesso aos recursos naturais, assim como sua escassez, envolvendo os cidadãos em ações sociais ambientais. (CARVALHO, 2006).

Com a revolução agrícola tendo provocados vários impactos na natureza, principalmente com as derrubadas das florestas nativas. A partir daí começou destruição da fauna e da flora, os mais afetados foram o ar com as queimadas, o solo, o excesso de matéria orgânica e erosão. (DIAS, 2004).

A primeira Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente Humano, aconteceu em Estocolmo em 1972, gerando conhecimentos sobre a conscientização global, sobre as questões ambientais, existem várias problemáticas que apontem a uma inclusão da pauta ambiental nas agendas governamentais mundial. (DIAS, 2004).

Para o Brasil na década de 1970, contrariou toda tendência internacional de proteção ao meio ambiente, o regime militar sustentou principalmente o crescimento econômico, sem nenhuma problemática ambiental. Alguns megaprojetos foram consolidados dentre eles estão: a Usina Nuclear de Angra, no Estado do Rio de Janeiro, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a Transamazônica e o Projeto Carajás, na Amazônia. O Brasil foi apontado com várias críticas. Mas o governo Federal se manteve, relatando que críticas eram um forma de conspiração das outras nações, no qual impedia o crescimento do país. (BRASIL, 1999).

Em abril de 1981, foi promulgada a lei 6.902, estabeleceu algumas novas áreas de proteção ambiental, dentre elas estão as Estações Ecológicas destinadas para pesquisas e a Educação Ambiental. Em agosto de 1981, promulgou-se a primeira lei colocando a Educação Ambiental como um instrumento para solucionar as problemáticas ambientais. Uma das mais importantes lei do Brasil, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente. (BRASIL, 1981).

Com o surgimento e desenvolvimento da Educação Ambiental como método de ensino relacionado ao movimento ambientalista, sendo fruto de uma imensa problemática ambiental. A ecologia, como ciência global, trouxe preocupação ambientais, surgindo assim a necessidade de se educar no sentido de preservar o meio ambiente. (SANTOS, 2007).

No entanto, podemos perceber, através do que foi colocado, a Educação Ambiental é um caminho mais exato para mudar atitudes e, por consequência o mundo, permitindo ao aluno construir uma visão ampla da realidade no qual vive, estimulando sua sensibilidade ambiental e a cidadania. (GUEDES, 2006).

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 Área de estudo

O riacho ponte nasce na Área de proteção Ambiental (APA) Municipal do Inhamum, daí a impressão que tem a população quando se refere ao riacho do Ponte e riacho do Inhamum como se fosse dois riachos. Atualmente é chamado de Ponte a parte que banha o perímetro urbano (2 km) e Inhamum parte rural. A APA do Inhamum é considerada Patrimônio Municipal de Caxias, foi criada pela lei 1.46/2001 no dia 04 de julho de 2001. Está localizada entre as coordenadas de 04° 53' 30" de latitude S e 43° 24' 53" de longitude w, a margem esquerda da BR 316 (Figura 1).

O Riacho do Ponte está situado no município de Caxias/Ma, localizado a 361 km da capital São Luís no estado do Maranhão; com uma população de 155.129 mil habitantes segundo o estimado pelo IBGE (2011), sendo o quarto município mais populoso do estado. A sede municipal está a 67m acima do nível do mar, pertencendo à Zona Fisiográfica do Itapecuru, situada na mesorregião do Leste Maranhense, com área de 5.313,2 Km², limitado ao Norte pelos municípios de Aldeias Altas e Coelho Neto, ao Sul, pelos Municípios de São João do Sóter, Parnarama, Matões e Timon, a Leste pelo Estado do Piauí e a Oeste pelo município de Codó, com as seguintes posições geográficas determinadas por 04° 53' 30" de latitude S e 43° 24' 53" de longitude W. As principais atividades econômicas da população são agricultura, comércio e extrativismo vegetal. (SILVA, 2006).

A vegetação é complexa e diversificada devido à proximidade com a floresta Amazônica. O clima é do tipo subúmido seco, com temperatura anual em torno de 27° C, umidade relativa do ar entre 70% a 73%, precipitação pluviométrica entre 1600 a 2000mm, com duas estações bem definidas, uma chuvosa de dezembro a junho e uma seca de julho a novembro. Os solos predominantes são latossolos vermelho-amarelo, podzólico vermelho-amarelo, areias e solos aluviais. A Fitofisionomia predominante no município é a Floresta Estacional Semidecidual, tendo como predominância de babaçuais, em alguns trechos o babaçu deixa de existir e nesses trechos evidenciam-se cerrado e cerradão. (CONCEIÇÃO et al., 2010).

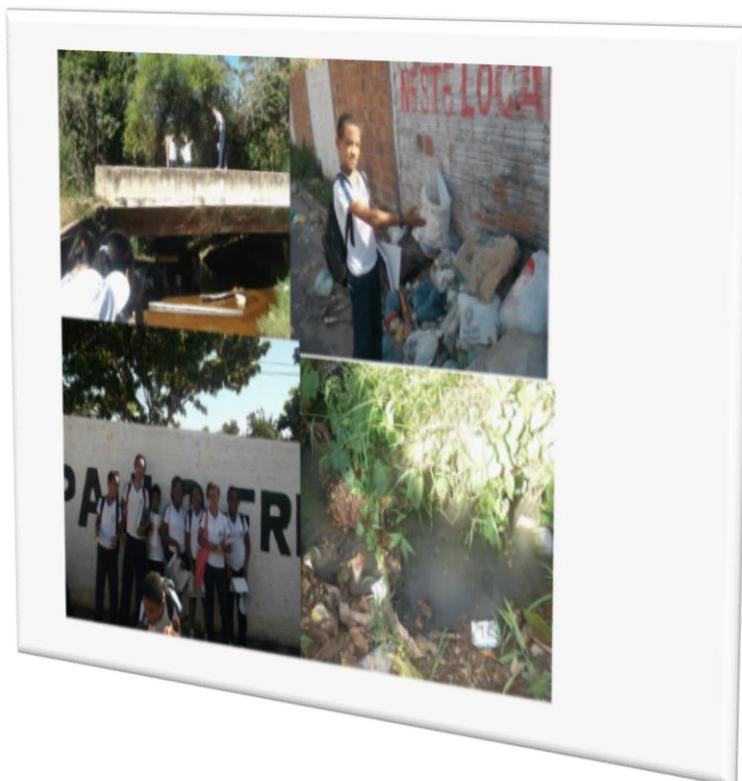
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Trabalho desenvolvido mostrou bons resultados, pois observaram que as sacolas, litros de água sanitária, são lançados pelos próprios lavadores de roupas dentro da água são contaminantes para o riacho, os esgotos das residências contaminam diretamente o riacho e o desmatamentos da mata ciliar vem contribuindo para fim deste manancial, construções de casas próximas ao riacho são as principais vias de destruição do riacho ponte, se nenhuma atitude for tomada, correremos o risco de perder essa fonte hídrica que abastece boa parte de nossa cidade. Os esgotos domésticos são os principais fatores que vem contribuindo primeiramente por matéria orgânica biodegradável, ou seja, microorganismos bactéria, vírus, etc. (BENETTI; BIDONE, 1995). Um exemplo principal sobre poluição por esgoto doméstico é a deterioração da qualidade das águas. (SCARAMUCCIIN et al., 1995).

Os principais contribuintes para o fim deste riacho são os acúmulos de lixo altamente altos, as preocupações são alarmantes pois esta fonte abastece boa parte de nossa cidade (Caxias-MA), dentre eles estão, sacos plásticos, garrafas de refrigerantes, fraldas descartáveis, garrafas sanitárias, roupas e dentre os outros fatores (Figura 3). Os alunos demonstraram nas imagens os lixos provenientes dos próprios moradores e bairros vizinhos que tem contribuindo de maneira negativa para fim deste bem tão precioso, principalmente da poluição de suas águas (Figura 2).

Os impactos nos sistemas hídricos se da principalmente pelo grande acúmulo de material sólido em galerias e dutos, impedindo o escoamento do esgoto das águas das chuvas. Em caso de má disposição do lixo, ele vai produzi um líquido altamente poluído o chorume que produz um cheiro exalante, o mesmo vai atingir os mananciais subterrâneos e superficiais. No qual contém uma concentração de material orgânico em uma escala de 300 a 100 vezes que o esgoto sanitário, além de microorganismos patogênicos e metais pesados. (BENETTI; BIDONE, 1995).

Figura 2 - Imagens dos alunos da Escola Paulo Freire, no passeio sobre as margens do Riacho Ponte



Fonte: Os Autores

Figura 3 - Imagens dos principais poluentes do Riacho Ponte, no qual vem contribuindo para fim deste manancial



Fonte: Os autores

6 CONCLUSÃO

Conforme pesquisa realizada observou no decorrer deste trabalho, o novo modelo de desenvolvimento propõe uma harmonização entre o desenvolvimento socioeconômico com a conservação do meio ambiente, dando ênfase à utilização racional dos recursos naturais.

Portanto, significa dizer que a materialização do novo estilo de desenvolvimento sustentável se encontra diretamente relacionado com a superação da pobreza, com a satisfação das necessidades básicas de alimentação, saúde e habitação, com uma nova matriz energética que privilegie fontes renováveis de energia e com um processo de inovação tecnológica cujos benefícios sejam compartilhados por toda a sociedade.

É importante deixar claro que o direito ao meio ambiente é um direito humano fundamental, direcionado ao desfrute de condições de vida adequada e a um ambiente saudável, ou seja, ecologicamente equilibrado. Daí decorre que o meio ambiente é considerado um bem de uso comum do povo, razão pela qual a responsabilidade pela sua preservação não é somente do Poder Público, mas também de toda a coletividade. Por isso, o que importa na defesa deste direito fundamental é a vinculação com o Estado sociedade civil, o que nos conduz a noção de solidariedade em torno do bem comum.

Finalizamos com o contexto sobre a preservação dos recursos naturais é fundamental para a melhoria da qualidade de vida das presentes e futuras gerações brasileiras. O primeiro passo é promover a conscientização ambiental da população, o que será uma grande tarefa a que devem se dedicar os ambientalistas e administradores de organismos ambientais, no sentido de orientar e divulgar os princípios que condicional à sustentabilidade ambiental dos diversos biomas e ecossistemas.

ABSTRACT

The aim of this study was to raise awareness about the importance of caring for the environment, because it is part of our life, and understand that everything we use comes from nature, and can not live without it, and the stream of the bridge is indispensable as a way of life for the inhabitants of this neighborhood and the city of Caxias / MA. The work was carried out from the stage where students and residents had a walk excursive the banks of the creek where the bridge can be seen that the bags, gallons of bleach, sewage, deforestation, construction of houses near the creek are major pathways of destruction of the creek Ponte. Those results indicate, therefore, the need for public policy (building homes in another area of the invaders to withdraw conservation area that will be occupied by the same). The very population that uses the stream to wash clothes, regarem plants, and drinking must stop and launch liter plastic sides of the creek and look for other places to do their physiological needs.

Keywords: Degradation. Sustainability. Public policy.

REFERÊNCIAS

- BENETTI, A.; BIDONE, F. O meio ambiente e os recursos hídricos. In: TUCCI, C. E. M. **Hidrologia: ciência e aplicação**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/ABRH, 1995.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **A implantação da educação ambiental no Brasil: meio ambiente e saúde**. Brasília, 1997.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Política Nacional do Meio Ambiente, 1981.
- CONCEIÇÃO, G. M.; RUGGIERI, A. C.; MAGALHÃES, E. R. Melastomataceae da Área de Proteção Ambiental Municipal do Inhamum, Caxias, Maranhão. **Rev. Biologia e Farmácia**, v. 4, n. 2, 2010.
- CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- CALDERONI, S. **Os bilhões perdidos no lixo**. 2. ed. São Paulo: Humanitas Editora, 1998.
- D'ALMEIDA, M. L. et al. (Coord.). **Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado**. ed. São Paulo: IPT/CEMPRE, 2000. 370p.
- DIAS, Genebaldo F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.
- GOUVEIA, NELSON. Saúde e meio ambiente nas cidades: os desafios da saúde ambiental. **Saúde Soc. [online]**, v. 8, n. 1, p. 49-61, 1999. ISSN 0104-1290. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v8n1/05.pdf>>. Acesso: 11 jun. 2013.
- GUEDES, José Carlos de Souza. **Educação ambiental nas escolas de ensino fundamental: estudo de caso**. Garanhuns: Ed. do Autor, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas populacionais do município de Caxias/Maranhão**. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencial/noticias>> Acessado em: 1 dez. 2012.
- JACOBI, P. Educação ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, mar. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>>. Acesso: 11 jun. 2013.
- SILVA, D. A. **Estudo de Ocorrência da Família Convolvulaceae para o Estado do Maranhão, Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso. 2006.
- SANTOS, Elaine Teresinha Azevedo dos. **Educação ambiental na escola: conscientização da necessidade de proteção da camada de ozônio**. 2007. Monografia (Pós-Graduação em Educação Ambiental) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2007.
- SCARAMUCCIIN, J. A.; GUERRA, S. M. G.; BORDONI, O. R. J. A poluição na Billings: uma análise econômica. **Revista Brasileira de Energia**, v. 4, n. 1, p. 1995. 2011.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL “ANTÔNIO EDSON”, CAXIAS/MA- 2013

Caio César de Sena Gonçalves*

Helaine Hellitt de Souza Moraes*

Samuel Santos Sousa*

Vera Lúcia Lopes de Barros*

RESUMO

Este artigo aborda a questão da educação ambiental e sua inter-relação com a questão de como está o ensino do tema, pautando-se nos princípios da sustentabilidade e nas práticas de educação ambiental. Partindo do ponto de vista pedagógico, aos projetos de ações educativas privilegiando sempre a consciência crítica e ao construtivismo, remetendo a educação ambiental como estratégia para desenvolvimento humano sustentável. Foi feita uma pesquisa socioambiental do professor que trabalha educação ambiental da instituição de ensino “Antonio Edson”, em Caxias – MA, através de um questionário e visitação ao local, bem como pesquisa bibliográfica. Através do diagnóstico e da pesquisa bibliografia foi feita uma discussão dos resultados obtidos e apresentadas as proposições teóricas, aprofundadas a um novo pensamento educativo.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Métodos. Ensino.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas nunca se debateu tão intensamente sobre o meio ambiente como hoje em dia, graças às catástrofes ambientais ocorridas no mundo. Na atualidade há necessidades da educação ambiental começar a ser aplicada desde ensino fundamental e se estender a cursos superiores como temas transversais. Diante desse pressuposto a educação ambiental nasceu com o objetivo de gerar uma consciência ecológica em cada ser humano, preocupada com o ensinar a oportunidade de um conhecimento que permitisse mudar o comportamento do indivíduo sobre a preservação da natureza.

No Capítulo 36 da Agenda 21, a EA (Educação Ambiental) é definida como o processo que busca:

* Pós-graduando do Curso Gestão Interdisciplinar do Meio Ambiente e Educação Ambiental do Instituto Ensino Superior Franciscano – IESF.

* Pós-graduanda do Curso Gestão Interdisciplinar do Meio Ambiente e Educação Ambiental do Instituto Ensino Superior Franciscano – IESF.

* Pós-graduando do Curso Gestão Interdisciplinar do Meio Ambiente e Educação Ambiental do Instituto Ensino Superior Franciscano – IESF.

* Doutora em Entomologia Médica pelo Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA). E-mail: veralopes.bio@gmail.com.

[...] desenvolver uma população que seja consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhes são associados. Uma população que tenha conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar, individual e coletivamente, na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção dos novos [...] (AGENDA 21, 2015).

O desenvolvimento sustentável deve estar também, aliado à educação ambiental, a família e a escola devem ser os iniciadores da educação para preservar o ambiente natural. A criança, desde cedo, deve aprender cuidar da natureza, no seio familiar e na escola é que se deve iniciar a conscientização do cuidado com o meio ambiente natural, proporcionando controle e de promoção ambiental para os diversos setores econômicos e sociais, como forma de disseminar metodologias e técnicas. É fundamental essa educação ambiental, pois a resposta promove sustentabilidade na saúde pública brasileira. (MUNHOZ, 2004).

No entanto, é desejável a criação, por nos educadores, de um ambiente educativo que propicie a oportunidade de conhecer, sensibilizar, experimentar; ou seja, vivenciar aspectos outros aos que predominam na atual realidade socioambiental. Isso poderá potencializar uma prática diferenciada que, pelo incentivo à ação cidadã em sua dimensão política, repercuta em novas práticas sociais voltadas para a sustentabilidade socioambiental. (LIPAI, 1994).

A Educação Ambiental será considerada na concepção dos conteúdos curriculares de todos os níveis de ensino, sem constituir disciplina específica, implicando desenvolvimento de hábitos e atitudes sadias de conservação ambiental e respeito à natureza, a partir do cotidiano da vida, da escola e da sociedade.

No ano de 1997, foram divulgados os novos Parâmetros Curriculares Nacionais – (PCNs) e foram desenvolvidos pelo MEC com o objetivo de fornecer orientação para os professores. A proposta é que eles sejam utilizados como “[...] instrumento de apoio às discussões pedagógicas na escola, na elaboração de projetos educativos, no planejamento de aulas e na reflexão sobre a prática educativa e na análise do material didático” (LOUREIRO, 2006).

Os PCNs enfatizam a interdisciplinaridade e o desenvolvimento da cidadania entre os educandos. Os PCNs estabelecem que alguns temas especiais devem ser discutidos pelo conjunto das disciplinas da escola, não constituindo-se em disciplinas específicas. São os chamados temas transversais definidos pelos PCN: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual e pluralidade cultural. (BRASIL, 1998).

Para Loureiro (2006, p. 83):

Apesar das críticas que recebeu pelo modo como pensou a transversalidade em educação (mantendo como os eixos principais as disciplinas de conteúdos formais – português, matemática, ciências e histórias e geografia) e pela baixa operacionalização da proposta, teve o mérito de inserir a temática ambiental não como disciplina e de abordá-la articulada às diversas áreas de conhecimento.

Remetendo-nos a um questionamento: Como utilizar a educação ambiental no processo de ensino-aprendizagem nas séries fundamentais?

Segundo Munhoz (2004), uma das formas de levar educação ambiental à comunidade é pela ação direta do professor na sala de aula e em atividades extracurriculares. Através de atividades como leitura, trabalhos escolares, pesquisas e debates, os alunos poderão entender os problemas que afetam a comunidade onde vivem; instados a refletir e criticar as ações de desrespeito à ecologia, a essa riqueza que é patrimônio do planeta, e, de todos os que nele se encontram.

E ainda menciona que os professores são a peça fundamental no processo de conscientização da sociedade dos problemas ambientais, pois, buscarão desenvolver em seus alunos hábitos e atitudes sadias de conservação ambiental e respeito à natureza transformando-os em cidadãos conscientes e comprometidos com o futuro do país. (MUNHOZ, 2004).

Os sujeitos envolvidos no processo são alunos, professores da escola. Embora envolva a sociedade “comunidade” como pontos importantes no processo, sendo que o trabalho limita-se apenas nesta etapa, apenas aos sujeitos acima citados.

Nas escolas, a educação ambiental deverá estar presente em todos os níveis de ensino, como tema transversal, sem constituir disciplina específica, como uma prática educativa integrada, envolvendo todos os professores, que deverão ser treinados para incluir o tema nos diversos assuntos tratados em sala de aula.

O trabalho aqui apresentado compõe-se de um estudo descritivo, explicativo, bibliográfico e aplicado. Descritivo porque visa descrever o ambiente físico e as ações ambientais apresentadas pela escola, explicativa porque busca uma relação de causa-efeito entre os problemas ambientais da instituição; bibliográfico tendo em vista a recorrência a diversas literaturas para a problematização do trabalho; e aplicada, pois é fundamentada na resolução de problema concreto, qual seja, a elaboração de uma para ser resolvido.

Este trabalho tem como principal objetivo geral identificar a importância da educação ambiental dentro do ambiente escolar e sua contribuição para a formação do cidadão ativo na sociedade. E os objetivos específicos: Verificar como o professor aborda o tema em

sala de aula; Identificar as ações de educação ambiental utilizados na escola estudada; Diagnosticar as dificuldades que o professor encontra na sua prática ambiental na escola.

2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental começa a ser discutidos em meio acadêmico nos anos 60, com surgimento do livro “Primavera Silenciosa” de Rachel Carson em 1962, sobre o qual abordava sobre os efeitos dos seres humanos ao ambiente em que denunciava os problemas causados pelo uso excessivo de pesticidas, inseticidas sintéticos, etc. No meio desses embates ambientais e acontecimentos das décadas de 1950 e 1960, diante de episódios como a contaminação do ar em Londres e Nova York, a diminuição da vida aquática em alguns dos Grandes Lagos norte americanos.

Ainda não se falava em educação ambiental, mas a área do conhecimento científico ajudou a perceber os problemas ambientais e com a expansão dos movimentos ambientalistas, no século XX, passaram a ser percebidos quase em todos os aspectos aos meios naturais associados ao interesse pela situação do ser humano, tanto no plano da comunidade como no das necessidades individuais de vida e subsistência, destacando-se a relação entre os ambientes.

Em 1965, conferencia de Educação da Universidade de Keele, Inglaterra, no universo da educação, o termo Educação Ambiental foi criado, com a recomendação de que deveria tornar-se parte essencial da educação de todos os cidadãos.

No meio dessas questões, realiza-se, em 1972, a Conferência de Estocolmo, a **Educação ambiental** se contextualiza adquirindo importância, relevância e vigência internacionais, inspirando em um interesse renovado na Educação Ambiental na década de 1970, tendo sido estabelecida uma série de princípios norteadores para um programa que se realizou em Belgrado, em 1975.

Em 1975, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em parceria com Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente (PNUMA), em resposta à recomendação 96 da Conferência de Estocolmo, cria o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), destinado a promover, nos país membros, a reflexão, a ação e a cooperação internacional nesse campo.

A UNESCO tem como papel, segundo Reigota (2009) é o organismo da ONU (Organização das Nações Unidas) responsável pela divulgação e realização dessa nova

perspectiva educativa e realiza seminários regionais em todos os continentes, procurando estabelecer os seus fundamentos filosóficos e pedagógicos.

A década de 1980 acaba se caracterizando para o Brasil, como a criação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), definida por meio da Lei nº 6.983/81, situa a Educação Ambiental como um dos princípios que garantem “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propiciando à vida, estabelece, ainda, que a Educação Ambiental deve ser oferecida em todos os níveis de ensino e em programas específicos direcionados para a comunidade”.

Com a Conferência Rio-92, no qual objetivo central seria preocupação dos problemas ambientais globais e nas questões do desenvolvimento sustentável. Nessa conferência, em relação à Educação Ambiental, destacam-se dois documentos produzidos. Educação ambiental, elaborado pelo fórum das ONGs, explicita-se o compromisso da sociedade civil para a construção de um modelo mais humano de desenvolvimento, outro foi o documento “a Carta brasileira de Educação Ambiental”, elaborado pela Coordenação de Educação Ambiental no Brasil e se estabelecem às recomendações para a capacitação de recursos humanos. A Conferência Rio-92 estabeleceu uma proposta de ação para os próximos anos, denominada Agenda 21, que é um documento que apresenta propostas ou recomendações de como alcançar o desenvolvimento sustentável.

Por isso, “[...] propõe uma harmonia entre a preservação do meio ambiente, as necessidades do desenvolvimento e a eliminação da pobreza”. (FAJARDO, 1998, p. 86). Em, 1993, Portaria 773/93 do MEC, institui, em caráter permanente, um Grupo de trabalho para Educação Ambiental (EA) com o objetivo de coordenar, apoiar, acompanhar, avaliar e orientar as ações, metas e estratégias para a implantação da EA nos sistemas de ensino em todos os níveis e modalidades concretizando as recomendações da Rio-92.

A Educação Ambiental para Loureiro (2006, p. 82):

Assim, a Educação Ambiental se constitui de modo precário como política pública em educação. Algo que se manifesta até hoje na ausência de programas e recursos financeiros que possam implementá-la como parte constitutiva das políticas sociais, particularmente a educacional, como uma política de Estado universal.

No ano de 2002, Rio+20 ou Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizado em Joanes burgo- África do sul, tratando de um encontro mais voltado para ação que a do Rio, portanto menos conceitual.

3 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS

Na educação escolar, em todos os níveis e modalidades de ensino, órgão gestor – especificamente Ministério da Educação (MEC) tem o dever de apoiar a comunidade escolar-professores, estudantes, direção, funcionários, pais e amigos – a se tornarem educadores e educadoras ambientais com uma leitura crítica da realidade, uma leitura da palavra-mundo conforme Freire.

No Brasil a implementação desta temática Homem X Meio Ambiente, se baseia em que o Homem não está no mundo, e sim com o mundo, podendo segundo diretrizes do MEC, ser desenvolvida diante de três modalidades básicas:

- a) Através de projetos;
- b) Disciplinas específicas;
- c) Inserção da temática ambiental nas disciplinas.

A lei nº 6.938, de 31.08.1981, no caso a Política Nacional de Meio Ambiente defini em seu artigo 2º, inciso X, a necessidade de abordar a “educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente”.

Mas como fazer tudo isso acontecer, uma proposta segundo Lipai (1994), seria encarnar na própria identidade da escola, ou seja, no Projeto Político Pedagógico (PPP) que tem como função dentro da escola de definir e registrar rumos, desejos, ações, objetivos metas e finalidades, se adequando a realidade do local da comunidade escolar, é possível se absorver os princípios como visão de totalidade questão ambiental, suas interações entre ambiente, cultura, e sociedade, assumindo um caráter crítico, político, interdisciplinar, contínuo e permanente.

Segundo Reigota (2009, p. 10):

Assim, a educação ambiental deve ser entendida como política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza.

A preocupação com o meio ambiente diante das necessidades de transformações frequente, cada vez mais, a sala de aula para superarmos as injustiças ambientais, a desigualdade social, a apropriação da natureza. Atualmente, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 65% das escolas do ensino fundamental inserem a temática ambiental em suas disciplinas de 1ª a 4ª série, sendo que 27% desenvolvem projetos específicos sobre o assunto (ANEXO A).

De acordo com as informações obtidas em entrevista (APÊNDICE A), demonstra que, 157, escolas, 227 (duzentos e vinte e sete) têm turmas de 1ª a 4ª série, diante do total, 102.408 (Cento e dois mil, quatrocentos e oito) inserem a temática ambiental nas disciplinas e 42.609 (Quarenta e dois mil, seiscentos e nove) desenvolvem projetos específicos sobre o meio ambiente, demonstrando que há um aumento no número de escola que desenvolve educação ambiental sendo constatada em todas as regiões.

No Centro-Oeste, está o maior percentual de escolas que incluíram o assunto em seus currículos: 73,2% dos estabelecimentos de ensino da região adotam essa política. Entre as unidades da Federação, o mais elevado índice (92,5%) foi verificado no Amazonas.

Quanto à realização de projetos específicos sobre o meio ambiente, o maior percentual está na Região Sul, onde 50,6% desenvolvem programas relacionados ao tema. São Paulo apresenta o maior índice entre os Estados: 65,9%.

Na temática do 5º a 8º série em que temos 55.419 (Cinquenta e cinco mil, quatrocentos e dezenove) estabelecimentos de ensino, das quais 72,8% das escolas abordam a temática Educação Ambiental, segundo os dados do INEP em que se destaca a Região Centro-oeste com percentual de 72,4% das escolas trabalhando este contexto no qual o estado de Goiás apresenta acima da média nacional com 79,6%. Outra Região de foco se concentra o nordeste com 69% das escolas abordando o tema, o estado do Piauí surpreende com os seus 90,8% nos indicadores (ANEXO B).

O que se pode observar nos dados do INEP é que educação ambiental poderá ser levada ao meio escolar com toda ação educativa que contribui para a formação de cidadãos conscientes da preservação do meio ambiente e apto a tomar decisões coletivas sobre questões ambientais necessárias para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável. Dotando a sua aplicação, que não só deveria restringir não o universo escolar ou sociedade, mas deve permear estes para facilitar o entendimento dessas questões e suas aplicações no dia a dia.

A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, institui a Política Nacional de Educação Ambiental, destaca-se o seguinte trecho: “Art.3º- Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito á educação Ambiental [...]”. (BRASIL, 1999).

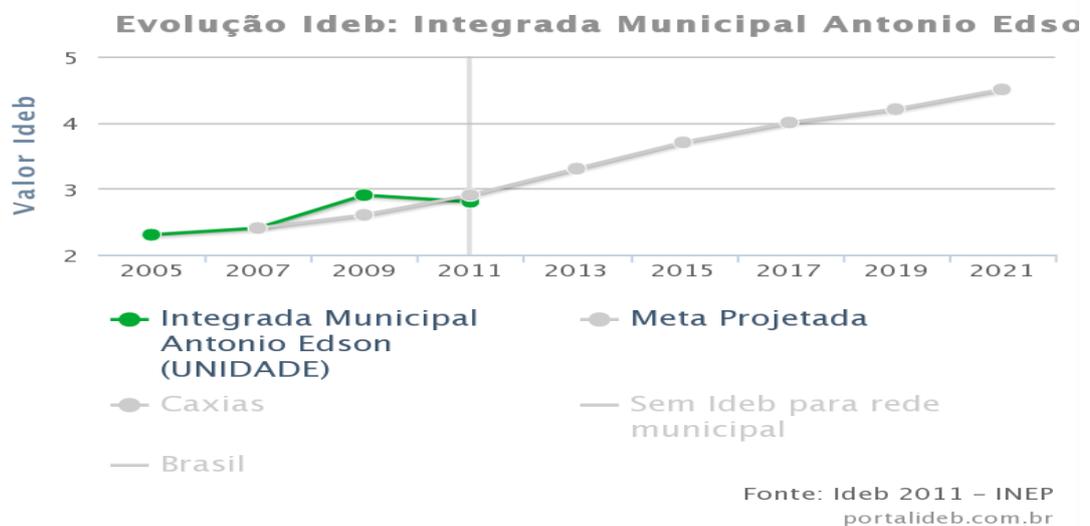
Percebendo-se que neste contexto a educação ambiental nos aparece em ascensão nas escolas com o objetivo de gerar uma consciência ecológica em cada um deve se preocupar em cultivar um conhecimento que permita alterar o comportamento envolvido à proteção da natureza. Esse modelo de desenvolvimento sustentável deve estar também, aliado com a educação ambiental, a família e a escola devem ser os iniciadores da educação para preservar o ambiente natural.

Educação foi instituído pela Portaria Interministerial n.º 17/2007 e integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral (Ministério da Educação).

O Programa Escola Aberta incentiva e apoia a abertura, nos finais de semana, de unidades escolares públicas localizadas em territórios de vulnerabilidade social. A estratégia potencializa a parceria entre escola e comunidade ao ocupar criativamente o espaço escolar aos sábados e/ou domingos com atividades educativas, culturais, esportivas, de formação inicial para o trabalho e geração de renda oferecida aos estudantes e à população do entorno. (Ministério da Educação).

Segundo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Inep/MEC e busca representar a qualidade da educação a partir da observação de dois aspectos: o fluxo (progressão ao longo dos anos) e o desenvolvimento dos alunos (aprendizado).

Figura 2 – IDEB da Escola



Fonte: Portal IDEB

O crescimento do IDEB indica tendência. O cumprimento da meta avalia se o ritmo de crescimento está dentro do esperado. O IDEB igual a 6 é a referência de um bom.

Percebendo que esta escola não atingiu a meta para 2011 e teve queda do IDEB em relação a 2009, o que pode indicar uma tendência de queda.

Tabela 1 - Números percentuais das taxas de aprovação por ano escolar na Escola Antônio Edson no Município de Caxias Maranhão, Brasil

| | 6º ano | 7º ano | 8º ano | 9º ano |
|-------------|--------|--------|--------|--------|
| 2011 | 61.4 | 43.9 | 72.7 | 69.2 |
| 2009 | 66.4 | 66.7 | 65.8 | 70.5 |
| 2007 | 50.4 | 62.0 | 50.0 | 61.3 |
| 2005 | 62.1 | 59.6 | 50.6 | 69.1 |

Fonte: Portal IDEB

Esse índice é calculado com base nas taxas de aprovação ao final dos anos escolares. Quanto mais próximo de 100%, melhor, pois isso indica que mais alunos estão avançando para o ano seguinte.

Observe como está a variação da taxa de aprovação entre as etapas. O desejado é uma uniformidade e proximidade a 100%. Esteja atento também às variações que ocorreram ao longo dos anos. Como exemplo temos 2011 6º ano, de cada 100 alunos, 41 foram reprovados.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Abordaremos a seguir os seguintes aspectos deste trabalho: a educação ambiental nas aulas, métodos, projetos de ações na escola, e as suas dificuldades quanto implantação nas aulas, de acordo com informações colhidas no Apêndice A.

Educação Ambiental na Escola: Aprendizagem, Disciplina X Interdisciplinar, Métodos.

A partir da década de 80, no Brasil, começou a surgir uma nova vertente transformadora da educação ambiental, devido a maior preocupação dos educadores, principalmente os envolvidos com instituições públicas de educação, aliados á movimentos sociais e ambientalistas com foco na transformação principalmente da sociedade e com repreensão ao capitalismo, perante essas condições começou-se a surgir novas práticas e teorias inseridas no escopo da educação ambiental. No que se refere especificamente às bases teóricas e metodológicas que conformam sua práxis (pensar e agir), tem no diálogo com as tradições a seguir os alicerces de seus posicionamentos e visão social de mundo. (LOUREIRO, 2004).

Observando-se que esse pensamento perpetua até os dias de hoje, em que o professor aborda a temática EA, através de estudos de conteúdos, apresentações de vídeos e documentários e tendo como culminância a inserção de projetos que tenham significados na vida prática dos alunos, abordando a nível local e global, sendo uma nova forma de integrar a comunidade escolar com projetos inteligentes, despertando a criatividade através de uma releitura socioespacial, como exemplo: Projeto de Reciclagem, que tem como objetivo de envolver a comunidade escolar e do entorno sobre possíveis soluções. Seguindo as próprias diretrizes do MEC, que ressalva que a temática: Educação Ambiental por ser desenvolvida diante de três modalidades básicas:

- a) Através de projetos;
- b) Disciplinas específicas;
- c) Inserção da temática ambiental nas disciplinas.

Ao se trabalhar EA, se torna missão complexa para seu entendimento quanto: natureza, sociedade, ser humano e principalmente educação, exigindo amplos conhecimentos entre áreas de ciências sócias ou naturais, estabelecendo pontes e saberes transdisciplinares que venham a somar á outros aspectos para o debate e as possibilidades de divulgação do conhecimento, essa transdisciplinares apresentada como alternativa entre os campos dos saberes e forma de cooperação entre várias disciplinas, pois isso não significa hierarquizar as áreas do conhecimento e integrar.

5.1 Educação Ambiental: ações, dificuldades e projetos

Os projetos de ações realçam o trabalho do grupo, e o compartilhamento de ideias se utilizando de estratégias pedagógicas como exemplo: Visitas em “quintais modelos” e/ou hortas comunitárias, compostagem viva, realização da oficina, entre outras, sabendo que EA não é um conhecimento isolado, deixando claro seu propósito de formar agentes capazes de compreender a sustentação da vida e engajar-se nos problemas socioambientais.

Garantindo o maior sucesso da ação educativa, orientando o entendimento crítico sobre o sentido do que se faz, por que se faz e para quê: sensibilizar, informar ou envolver sua importância quanto inserida no processo de ensino aprendizagem, eis suas metas:

- a) Desenvolver a sensibilidade e valorizar atitudes que possibilitem o manuseio dos recursos naturais com sustentabilidade e desenvolvimento social, de forma lúdica reconhecendo-se como parte integrante da natureza;

- b) Transformar discussões e conhecimento teórico, em mudanças e atitudes na prática e contribuindo para um ambiente sustentável;
- c) Possibilitar o intercâmbio entre escola, alunos e família;
- d) Resgatar a cultura do brincar livre nos quintais, como estratégia de garantia ao direito legal da criança ao meio ambiente ecologicamente favorável à sustentabilidade defendendo-o para presentes e futuras gerações;
- e) Sensibilizar a comunidade envolvida para serem, autores mobilizadores de sua própria história;
- f) Fazendo a leitura de seus principais objetivos podemos perceber que a importância deste com o processo ensino aprendizagem está principalmente, nas relações que se pode estabelecer entre família, escola e educandos e na valorização do conhecimento da cultura local segundo. (BRASIL, 2014).

No eixo problemático da Educação Ambiental, está nas práticas dialógicas ou iniciativas da própria escola, podendo ser destacadas como os próprios desafios da educação nacional, sendo o risco que a escola não faz certo ou não conhece ou não apoia a causa, levando o educador ambiental a repensar no currículo, levado aos motivos que conduziram a nossa configuração disciplinar considerando a realidade de cada escola e seus objetivos quanto a instituição.

6 CONCLUSÃO

Visto no contexto, a educação ambiental carrega consigo e repassa a visão de mundo sustentável, que acaba por diferenciar lá desenvolvendo capacidades de interpretação da realidade para a construção de vidas sustentáveis, sendo que esta concepção fica retida nas distorções provocada durante a vida escolar em torno das necessidades de práticas educativas mais abertas, para além dos espaços propriamente formais na ação escolar.

As metodologias utilizadas vêm sendo desenvolvidas, diminuindo a distancia entre teoria e prática capaz de contribuir no enfrentamento da crise ambiental que vivemos, fazendo do ambiente educativo espaços de participação, em a aprendizagem funciona como um processo de interação e construção vivenciais, de ação interventora da realidade.

As ações dos educadores ambientais devem propor e promover princípios educativos, ações educativas para o desenvolvimento da Educação Ambiental em seu caráter crítico, que possam expressar sua abordagem construtiva de novos saberes para a estimulação de conscientização com a intenção de mudar a realidade em um processo de sustentabilidade

socioambiental. Todo esse processo se realiza na escola e continua além dos muros, estando falando de uma abordagem transformadora de Educação Ambiental que não seja conteudística, centrada na transmissão de informações.

ABSTRACT

This article addresses the issue of environmental education and its interrelation with the question of how is the teaching of the subject, basing on the principles of sustainability and environmental education practices. Starting from the pedagogical point of view, the educational projects always giving priority to critical consciousness and constructivism, referring to environmental education as a strategy for sustainable human development. A search was made of the environmental education teacher working environmental education institution “Antonio Edson” in Caxias - MA, via a questionnaire and visitation to the site, as well as literature. Through diagnostic and research literature was made a discussion of the results obtained and presented the theoretical propositions, depth to a new educational thought.

Keywords: Environmental education. Methods. Education.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/c36a21.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental. Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. Lei nº 9 795, de 27 de abril de 1999. Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA). 3. ed. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

EDUCAÇÃO ambiental na escola: tá na lei. Disponível em: <<http://www.portalideb.com.br/escola/39552-unidade-integrada-municipal-antonio-edson/aprendizado>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

LOUREIRO, C. F. B. O que significa transformar em Educação Ambiental? In: ZAKRZEVSKI, S. B.; BARCELOS, V. (Org.). **Educação ambiental e compromisso social**. Erechim: Edi Fapes, 2004.

LOUREIRO. Carlos Frederico B. **Trajatória e fundamentos da educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MUNHOZ, Tânia. **Desenvolvimento sustentável e educação ambiental**. Disponível em: <www.mma.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2013.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2009.

APENDICE A – ENTREVISTA APLICADA AO EDUCADOR

Caro Educador: Eduardo de Almeida Cunha, estamos na fase de terminação da nossa pós-graduação e precisamos obter algumas informações abaixo listadas para compor nosso artigo final como exigência para a titulação. Pedimos sua contribuição!

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL “ANTÔNIO EDSON”, CAXIAS/MA- 2013

1) Você trabalha com Educação Ambiental em suas aulas? Por quê?

Sim. Por que a Educação Ambiental é um processo que visa formar pessoas conscientes, desenvolve a sensibilidade ao vivenciarmos o meio ambiente com os problemas que lhe dizem respeito a nível local e global. É uma forma de integrar a comunidade escolar com projetos inteligentes, despertando a criatividade através de uma releitura socioespacial.

2) Como prefere trabalhar com as atividades de Educação Ambiental: nas aulas da disciplina ou de maneira interdisciplinar. E os métodos? Justifique?

Fazendo um estudo dos conteúdos, apresentando vídeos e documentários e tendo como culminância projetos inteligentes e que tenham significados na vida prática dos alunos.

Dentre as ações realizadas com a implementação do projeto destacam-se:

1. Visitas em “quintais modelos” e/ou hortas comunitárias;
2. Construção de uma carta enigmática do percurso da escola ao quintal ambiental e/ou hortas comunitárias – buscando compreender a importância da presença de crianças participativas na cidade, pois é preciso ver a cidade como um espaço educador, com possibilidades de aprendizagens formais e informais. Sendo assim, Todo e qualquer lugar, espaço ou elemento urbano é potencialmente cultural, histórico e educativo.
3. Compostagem viva (abril de 2012): Conciliando separação e redução do lixo com produção de adubo orgânico em compostagem ;
4. Confeção da casa de sementes nas escolas com material reutilizável – Direcionara-se uma sala de aula (professores e crianças) para confeccionar uma “casinha” de papelão destinada ao armazenamento de sementes, arrecadadas para serem plantadas nos quintais das escolas e da comunidade;

5. Doação de materiais necessários à construção de canteiros e hortas verticais ;
6. Reunião formativa e informativa com pais e comunidade visando à propagação da temática: “Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente”;
7. Realização da oficina: Os sobreviventes da natureza;
8. Amostra: Pequena ação dos cocais.

3) Essas atividades são previstas no planejamento da escola ou de sua própria iniciativa? Justifique?

É uma iniciativa da história de minha vida. O trabalho com a educação ambiental no ambiente escolar não é uma prática recente. Iniciei este trabalho em 2006 no ensino fundamental II, com objetivos e metodologia diferenciada de projetos convencionais e por não trabalha-las exclusivamente no contexto da sala de aula, mas em atividades de campo e por vezes em dias não úteis, diziam-me que “não tinha nada a ver com meio ambiente”. Entretanto, compreendia que meu compromisso não se restringia apenas ao cumprimento da carga horária, mas a formação da consciência e percepção ecológica do educando, propiciando situações em que os mesmos se vissem como parte integrante da natureza.

Os resultados positivos do trabalho, influenciando ações ecologicamente corretas nos alunos e seus familiares foram reconhecidos pela comunidade e apoiado posteriormente a nível municipal.

4) E a escola desempenha algum projeto ou ação ou dia no que se refere à Educação Ambiental? Qual?

Não. Estamos articulando um para iniciarmos no final de agosto de 2013.

5) Como é a participação de seus alunos?

Boa. Ainda hoje os ex-alunos. Teve um que disse “que o projeto do quintal mudou a vida dela”.

6) Quais suas principais iniciativas ou projetos na parte de Educação Ambiental? Descreva-o e comente na sua importância quanto inserida no processo de ensino aprendizagem?

- a) Desenvolver a sensibilidade e valorizar atitudes que possibilitem o manuseio dos recursos naturais com sustentabilidade e desenvolvimento social, de forma lúdica reconhecendo-se como parte integrante da natureza;
- b) Transformar discussões e conhecimento teórico, em mudanças e atitudes na prática e contribuindo para um ambiente sustentável;
- c) Possibilitar o intercâmbio entre escola, alunos e família;
- d) Resgatar a cultura do brincar livre nos quintais, como estratégia de garantia ao direito legal da criança ao meio ambiente ecologicamente favorável à sustentabilidade defendendo-o para presentes e futuras gerações;
- e) Sensibilizar a comunidade envolvida para serem, autores mobilizadores de sua própria história;
- f) Fazendo a leitura de seus principais objetivos podemos perceber que a importância deste com o processo ensino aprendizagem está principalmente, nas relações que se pode estabelecer entre família, escola e educandos e na valorização do conhecimento da cultura local.

7) Você acredita que suas atividades de Educação Ambiental se constituem como atividades de aprendizagem? Por quê?

Já tive o privilégio de alunos chegaram pra mim felizes e dizer. Professor seu quintal caiu no vestibular! Ao se referir à compostagem inteligente (questão da UFMA). Outros em questões do enem da UEMA (8 jeitos de mudar o mundo).

8) Existem dificuldades em trabalhar as atividades de Educação Ambiental? Justifique?

Não. Além de fazer parte da história de minha vida, sinto prazer.

É um desafio como ativista autoral de assumir o que somos, de persisti no que amamos, mobilizando pequenas ações significativas e eficientes, pois as pessoas se mobilizam pelo convencimento, pela esperança vivida, percebida e concebida são antes de tudo atuantes e feliz pelo que faz.

**ANEXO A – DADOS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – ENSINO
FUNDAMENTAL DE 1ª A 4ª SÉRIE**

Tabela 1 - Como a Escola Trabalha a Educação Ambiental - 2003
Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série

| Unidade da Federação | Escolas 1ª a 4ª 2001 | Escolas 1ª a 4ª 2003 | Projetos 2001 | % 2001 | Projetos 2003 | % 2003 | Inserção da Temática Ambiental nas Disciplinas 2001 | % 2001 | Inserção da Temática Ambiental nas Disciplinas 2003 | % 2003 |
|----------------------|----------------------|----------------------|---------------|-------------|---------------|-------------|---|-------------|---|-------------|
| Brasil | 167.195 | 157.227 | 29.479 | 17,6 | 42.609 | 27,1 | 87.398 | 52,3 | 102.408 | 65,1 |
| Norte | 21.754 | 23.335 | 859 | 3,9 | 2.294 | 9,8 | 9.752 | 44,8 | 14.845 | 63,6 |
| Rondônia | 2.554 | 2.248 | 116 | 4,5 | 146 | 6,5 | 1.044 | 40,9 | 1.234 | 54,9 |
| Acre | 1.560 | 1.515 | 28 | 1,8 | 29 | 1,9 | 39 | 2,5 | 119 | 7,9 |
| Amazonas | 4.573 | 4.638 | 223 | 4,9 | 315 | 6,8 | 3.837 | 83,9 | 4.289 | 92,5 |
| Roraima | 615 | 637 | 36 | 5,9 | 68 | 10,7 | 89 | 14,5 | 238 | 37,4 |
| Pará | 12.168 | 11.693 | 374 | 3,1 | 1.326 | 11,3 | 4.436 | 36,5 | 7.192 | 61,5 |
| Amapá | 605 | 637 | 65 | 10,7 | 108 | 17,0 | 323 | 53,4 | 493 | 77,4 |
| Tocantins | 2.233 | 1.967 | 133 | 6,0 | 302 | 15,4 | 1.028 | 46,0 | 1.280 | 65,1 |
| Nordeste | 82.275 | 76.181 | 8.798 | 10,7 | 13.274 | 17,4 | 42.183 | 51,3 | 49.844 | 65,4 |
| Maranhão | 12.729 | 12.406 | 249 | 2,0 | 784 | 6,3 | 6.901 | 54,2 | 8.261 | 66,6 |
| Piauí | 7.346 | 6.920 | 177 | 2,4 | 432 | 6,2 | 2.571 | 35,0 | 6.289 | 90,9 |
| Ceará | 10.705 | 9.623 | 1.649 | 15,4 | 2.453 | 25,5 | 8.490 | 79,3 | 7.982 | 82,9 |
| R. G. do Norte | 3.827 | 3.570 | 562 | 14,7 | 1.129 | 31,6 | 2.250 | 58,8 | 2.104 | 58,9 |
| Paraíba | 6.587 | 6.171 | 194 | 2,9 | 563 | 9,1 | 3.512 | 53,3 | 4.518 | 73,2 |
| Pernambuco | 10.584 | 10.082 | 490 | 4,6 | 876 | 8,7 | 4.539 | 42,9 | 5.560 | 55,1 |
| Alagoas | 3.483 | 3.279 | 655 | 18,8 | 995 | 30,3 | 1.443 | 41,4 | 2.005 | 61,1 |
| Sergipe | 2.233 | 2.171 | 76 | 3,4 | 230 | 10,6 | 1.308 | 58,6 | 1.719 | 79,2 |
| Bahia | 24.781 | 21.959 | 4.746 | 19,2 | 5.812 | 26,5 | 11.169 | 45,1 | 11.406 | 51,9 |
| Sudeste | 33.404 | 32.746 | 12.037 | 36,0 | 16.344 | 49,9 | 18.186 | 54,4 | 21.058 | 64,3 |
| Minas Gerais | 12.570 | 12.039 | 2.853 | 22,7 | 4.528 | 37,6 | 6.724 | 53,5 | 8.196 | 68,1 |
| Espírito Santo | 3.157 | 2.987 | 697 | 22,1 | 858 | 28,7 | 2.479 | 78,5 | 2.553 | 85,5 |
| Rio de Janeiro | 7.388 | 7.288 | 2.885 | 39,0 | 4.079 | 56,0 | 4.043 | 54,7 | 4.687 | 64,3 |
| São Paulo | 10.289 | 10.432 | 5.602 | 54,4 | 6.879 | 65,9 | 4.940 | 48,0 | 5.622 | 53,9 |
| Sul | 18.970 | 17.319 | 6.405 | 33,8 | 8.758 | 50,6 | 11.335 | 59,8 | 11.067 | 63,9 |
| Paraná | 5.484 | 4.922 | 2.275 | 41,5 | 2.810 | 57,1 | 2.880 | 52,5 | 2.827 | 57,4 |
| Santa Catarina | 4.635 | 4.196 | 1.217 | 26,3 | 1.895 | 45,2 | 3.345 | 72,2 | 3.178 | 75,7 |
| R. G. do Sul | 8.851 | 8.201 | 2.913 | 32,9 | 4.053 | 49,4 | 5.110 | 57,7 | 5.062 | 61,7 |
| Centro-Oeste | 8.238 | 7.646 | 1.264 | 15,3 | 1.939 | 25,4 | 4.898 | 59,5 | 5.594 | 73,2 |
| M. G. do Sul | 1.087 | 1.081 | 141 | 13,0 | 263 | 24,3 | 390 | 35,9 | 790 | 73,1 |
| Mato Grosso | 2.634 | 2.381 | 188 | 7,1 | 408 | 17,1 | 1.166 | 44,3 | 1.666 | 70,0 |
| Goiás | 3.918 | 3.555 | 713 | 18,2 | 983 | 27,7 | 3.082 | 78,7 | 2.822 | 79,4 |
| Distrito Federal | 599 | 629 | 222 | 37,1 | 285 | 45,3 | 260 | 43,4 | 316 | 50,2 |

Fonte: MEC/INEP

**ANEXO B – DADOS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – ENSINO
FUNDAMENTAL DE 5ª A 8ª SÉRIE**

Tabela 2 - Como a Escola Trabalha a Educação Ambiental - 2003
Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série

| Unidade da Federação | Escolas 5ª a 8ª 2001 | Escolas 5ª a 8ª 2003 | Projetos 2001 | % 2001 | Projetos 2003 | % 2003 | Inserção da Temática Ambiental nas Disciplinas 2001 | % 2001 | Inserção da Temática Ambiental nas Disciplinas 2003 | % 2003 |
|----------------------|----------------------|----------------------|---------------|-------------|---------------|-------------|---|-------------|---|-------------|
| Brasil | 51.069 | 55.419 | 13.303 | 26,0 | 20.037 | 36,2 | 28.474 | 55,8 | 36.972 | 66,7 |
| Norte | 3.671 | 5.140 | 373 | 10,2 | 964 | 18,8 | 1.584 | 43,1 | 3.271 | 63,6 |
| Rondônia | 631 | 647 | 60 | 9,5 | 97 | 15,0 | 256 | 40,6 | 358 | 55,3 |
| Acre | 228 | 254 | 11 | 4,8 | 22 | 8,7 | 25 | 11,0 | 34 | 13,4 |
| Amazonas | 704 | 991 | 118 | 16,8 | 161 | 16,2 | 577 | 82,0 | 903 | 91,1 |
| Roraima | 162 | 184 | 24 | 14,8 | 40 | 21,7 | 31 | 19,1 | 82 | 44,6 |
| Pará | 1.819 | 2.197 | 109 | 6,0 | 338 | 15,4 | 603 | 33,2 | 1.322 | 60,2 |
| Amapá | 182 | 209 | 48 | 26,4 | 80 | 38,3 | 75 | 41,2 | 130 | 62,2 |
| Tocantins | 576 | 658 | 63 | 10,9 | 226 | 34,3 | 273 | 47,4 | 442 | 67,2 |
| Nordeste | 16.795 | 19.109 | 2.204 | 13,1 | 4.055 | 21,2 | 9.512 | 56,6 | 13.187 | 69,0 |
| Maranhão | 2.345 | 3.072 | 96 | 4,1 | 334 | 10,9 | 1.384 | 59,0 | 2.091 | 68,1 |
| Piauí | 1.325 | 1.546 | 57 | 4,3 | 109 | 7,1 | 604 | 45,6 | 1.403 | 90,8 |
| Ceará | 4.318 | 4.695 | 670 | 15,5 | 1.225 | 26,1 | 3.369 | 78,0 | 3.911 | 83,3 |
| R. G. do Norte | 957 | 1.073 | 173 | 18,1 | 340 | 31,7 | 555 | 58,0 | 645 | 60,1 |
| Paraíba | 944 | 1.073 | 55 | 5,8 | 136 | 12,7 | 538 | 57,0 | 849 | 79,1 |
| Pernambuco | 2.108 | 2.259 | 171 | 8,1 | 346 | 15,3 | 862 | 40,9 | 1.246 | 55,2 |
| Alagoas | 640 | 703 | 117 | 18,3 | 234 | 33,3 | 266 | 41,6 | 459 | 65,3 |
| Sergipe | 559 | 609 | 60 | 10,7 | 98 | 16,1 | 354 | 63,3 | 511 | 83,9 |
| Bahia | 3.599 | 4.079 | 805 | 22,4 | 1.233 | 30,2 | 1.580 | 43,9 | 2.072 | 50,8 |
| Sudeste | 16.214 | 17.049 | 6.392 | 39,4 | 8.947 | 52,5 | 9.154 | 56,5 | 11.052 | 64,8 |
| Minas Gerais | 4.658 | 4.918 | 1.135 | 24,4 | 1.994 | 40,5 | 2.737 | 58,8 | 3.486 | 70,9 |
| Espírito Santo | 978 | 994 | 330 | 33,7 | 373 | 37,5 | 708 | 72,4 | 806 | 81,1 |
| Rio de Janeiro | 3.510 | 3.661 | 1.372 | 39,1 | 2.013 | 55,0 | 1.967 | 56,0 | 2.403 | 65,6 |
| São Paulo | 7.068 | 7.476 | 3.555 | 50,3 | 4.567 | 61,1 | 3.742 | 52,9 | 4.357 | 58,3 |
| Sul | 9.473 | 9.546 | 3.479 | 36,7 | 4.803 | 50,3 | 5.491 | 58,0 | 6.148 | 64,4 |
| Paraná | 2.233 | 2.288 | 966 | 43,3 | 1.243 | 54,3 | 1.146 | 51,3 | 1.312 | 57,3 |
| Santa Catarina | 1.823 | 1.935 | 630 | 34,6 | 962 | 49,7 | 1.281 | 70,3 | 1.489 | 77,0 |
| R. G. do Sul | 5.417 | 5.323 | 1.883 | 34,8 | 2.598 | 48,8 | 3.064 | 56,6 | 3.347 | 62,9 |
| Centro-Oeste | 4.285 | 4.575 | 795 | 18,6 | 1.268 | 27,7 | 2.477 | 57,8 | 3.314 | 72,4 |
| M. G. do Sul | 821 | 849 | 111 | 13,5 | 200 | 23,6 | 283 | 34,5 | 618 | 72,8 |
| Mato Grosso | 1.245 | 1.360 | 139 | 11,2 | 283 | 20,8 | 567 | 45,5 | 908 | 66,8 |
| Goiás | 1.850 | 1.993 | 402 | 21,7 | 609 | 30,6 | 1.470 | 79,5 | 1.587 | 79,6 |
| Distrito Federal | 369 | 373 | 143 | 38,8 | 176 | 47,2 | 157 | 42,5 | 201 | 53,9 |

Fonte: MEC/INEP

TEMPOS DE CRISE E REFORMAS EDUCATIVAS NA AMÉRICA LATINA NO FINAL DO SÉCULO XX

Melchor Huamán Cosi*

RESUMO

A Globalização ampliou suas fronteiras de forma avassaladora no final do século XX. Todorov (1987) afirma que o descobrimento da América foi a sua maior expressão, surgindo novas formas de comportamento social. Os governos da região acreditaram na necessidade de reformas educativas que promovessem a qualidade e a formação do cidadão. Alguns promoveram reformas, mas os problemas sociais criados pela Globalização e o neoliberalismo converteram-se em obstáculos. A questão a responder na pesquisa é: como fazer da Educação mais efetiva, e as medidas a serem tomadas para superar os problemas sociais, permitindo uma sociedade mais justa e fraterna? A pesquisa é bibliográfica e qualitativa, com seus instrumentos de análise como: documentos oficiais, bibliografia específica e literatura que abordem autores e instituições que promovem mudanças na política educativa nos países da América Latina. Os resultados obtidos mostraram que as aplicações de políticas educativas, em alguns países, promoveram reformas na educação e conseguiram alterar o nível de influência da globalização exploradora.

Palavras-chaves: Globalização. Política educative. Reforma educative. América Latina.

1 INTRODUÇÃO

Numa análise do processo educativo mundial, percebe-se a existência de uma variedade de problemas na educação, principalmente nos países subdesenvolvidos, apesar dos esforços feitos para superá-los. O fato de não haver sido elaborada uma política educativa em longo prazo, a falta de continuidade e a pouca experiência das equipes ministeriais, e as medidas adotadas, não tiveram a consistência nem a força para implementar uma reforma educativa.

Considera-se a educação como ferramenta que pode criar uma nova visão de mundo com o objeto de transformar a sociedade, promotora da inclusão, a equidade e a igualdade social. Assim, mudanças são necessárias no que se refere à necessidade de revisar os objetivos, metodologias, definir os fundamentos pedagógico-administrativos, fortalecer a descentralização, bem como a reivindicação do professor.

Tratando especificamente do Peru, Alvarez (2000), no seu livro “Política y Descentralización Educativa”, propôs a aplicação de uma política descentralizada. Tal

* Possui graduação em Educação, especialidade em Letras pela Faculdade de Educação - Universidad Católica Santa María (1990), Arequipa - Peru; mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP (2000); doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP (2006); Pós-doutorando em Políticas Linguísticas pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Políticas Educativas e Educação Bilíngue Intercultural (EBI). Experiência docente na UNASP - SP (2001) no curso de pós graduação, Educação (latu sensu), professor substituto do curso de Letras, pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA/CESBAC - Centro de Estudos Superiores de Barra do Corda (2008-2011) e professor no IESF-MA desde 2011.

responsabilidade recaiu sobre o Ministério da Educação do Peru, este deveria deixar de ser o órgão reitor do processo educativo, para se transformar numa entidade coordenadora; ou seja, que cada região possa planejar, programar e executar seu próprio projeto educativo.

Na pesquisa, considera-se a análise da política de descentralização da educação conforme a proposta do Banco Mundial para América Latina. No Peru, essa política está se consolidando através dos centros educativos, estes devem assumir total autonomia evitando ser levados para “o canto” pela chamada “escola paralela”, representada pelos meios de comunicação, principalmente a televisão e a internet, pois seria muito grave que a sociedade percebesse que a escola não tem capacidade para tomar iniciativas. Nesse sentido, o governo peruano vem implementando medidas para que os municípios se responsabilizem pela educação. A municipalização educativa deveria significar, como avanço na procura da descentralização, o fortalecimento de uma instituição democrática básica, assim como, para melhorar a qualidade do serviço educativo através de uma nova forma de gestão educacional.

O objetivo da pesquisa sugere mostrar e analisar alguns exemplos do processo de reforma educativa desenvolvidos em países da América Latina no final do século XX, considerando os antecedentes históricos, o contexto em que se desenvolveu e, suas consequências.

2 METODOLOGIA

Será feita uma análise do contexto social mundial, para depois passar ao da América Latina, região onde o Peru se desenvolve. A informação requerida encontra-se na análise de documentos oficiais do governo peruano, dos documentos elaborados pelas organizações internacionais, assim como dos poucos estudos feitos no setor educacional do país e na imprensa.

Define-se o papel fundamental que cumpriram algumas instituições na tentativa de se buscar uma educação que pretenda diminuir as diferenças sociais e promover a equidade de acordo com as condições do país. A partir dessa análise, passamos a acompanhar as ações empreendidas pelo governo peruano, procurando compreender as propostas e medidas implementadas no campo educacional, destacando suas diferenças, e se as mesmas resultaram na construção de um novo modelo de ação social do Estado.

3 CONTEXTO HISTÓRICO DA GLOBALIZAÇÃO

A Globalização não se inicia em nossa era: tem antecedentes remotos e distintas manifestações históricas. Todorov (1987) e outros autores afirmam que o descobrimento da América pelos europeus equivale ao Renascimento, à Reforma Protestante ou ao descobrimento da Imprensa, na construção do pensamento ocidental moderno. O encontro entre América e Europa foi definido pelo mexicano Miguel León Portilla¹ “como o máximo processo de globalização do planeta”. O descobrimento do Novo Mundo comove e convulsiona a concepção do mundo já conhecido. A ampliação do espaço físico altera a concepção do tempo histórico. O encontro com o indígena questiona a própria identidade européia. A conquista e a colonização espanhola, as revoluções pela independência com a influência da revolução francesa, foram, nesse tempo, expressões de globalização. Nesse contexto, na visão de Ferrer (1998) América Latina foi a região que sofreu mais os impactos da globalização.

A vigência e a expansão da globalização se expressam em três dimensões complementares: a *econômica*, caracterizada pela concentração do capital em poderosas corporações transnacionais, o predomínio do capital especulativo sobre o capital produtivo, a livre circulação de bens e serviços, e a nova organização do trabalho e das denominadas indústrias da inteligência; a *cultural*, influenciada pelos efeitos do computador e os avanços insuspeitos da informática e comunicações; e a *geopolítica*, que expressa o novo balanço do poder político na esfera internacional, o enfraquecimento dos Estados nacionais e a renovação da clássica noção de “soberania nacional”. O econômico é determinante neste processo, ao extremo de que existem pessoas que consideram à globalização como “a parte econômica do processo de universalização e mundialização da vida”.

Devia se assumir esta globalização em bloco, sem possibilidade de selecionar suas partes. A partir desse posicionamento, a globalização poderia ser o resultado desejado do progresso científico e do liberalismo econômico; identificado, por tanto, com o progresso.

4 AÇÃO DO NEOLIBERALISMO

A tese mostrada pelos propulsores e reitores do modelo neoliberal como única saída da crise que assola os países da nossa região, explica que, a presença do Estado tem sido exagerada, e mínima a do mercado, tanto no plano interno nacional como das relações internacionais. Por isso, era necessário incrementar o papel da competência e da

competitividade, assim como reduzir o papel reservado às burocracias. Suas propostas atacam diretamente às anteriores convicções de que a eficiência econômica e a justiça social não são somente compatíveis, mas também seriam condições mutuamente necessárias. A partir da privatização e a desregulamentação, o mercado virou um dogma intocável.

Couriel (1998), faz críticas explícitas ao fundamentalismo neoliberal, afirma que nem a abertura comercial, nem as privatizações, nem o atual enfraquecimento do Estado em suas diferentes funções, nem a ênfase e a prioridade na eliminação dos déficits fiscais na política econômica dos países da região, são conseqüências inevitáveis ou fenômenos gerados pela globalização. Segundo ele, a abertura comercial é fruto dos interesses dominantes dos países desenvolvidos do norte, particularmente dos Estados Unidos, para colocar seus produtos e assim resolver seus déficits de balanço comercial. As privatizações estão associadas à procura de maior rentabilidade das grandes empresas transnacionais que penetram nos mercados, como dos serviços públicos.

5 UMA PROPOSTA RENOVADORA

Para algumas pessoas, América Latina tem condições para manobrar a situação, seus cidadãos não estariam condenados a ser espectadores passivos. O documento “Uma visão para o futuro da América Latina²”, produto do esforço coordenado de destacados líderes políticos e acadêmicos do continente, é a manifestação da tentativa de viabilizar medidas de consenso frente às claras deficiências das geradas pela aplicação do sistema neoliberal.

No documento, reconhece-se que “as sociedades latino-americanas, ancestralmente desiguais e com diferentes visões, hoje, de forma mais abrangente, estão mais do que antes”. Faz-se também uma clara distinção entre a economia de mercado e a necessidade de democratizar esse mercado, de um lado, e o neoliberalismo do outro. Admite-se, que em vários países da região adotou-se a versão mais extrema do neoliberalismo, na qual restringe fortemente o papel das políticas públicas e da regulação estatal. Postula-se um projeto de nação com sustento político afastado dos nacionalismos populistas, com um Estado forte e democratizado, capaz de promover a integração regional e de utilizar mecanismos de mercado para redefinir novas formas de soberania na relação dos países e nas regiões com os novos fenômenos da globalização.

Segundo o documento, nenhum país do mundo conseguiu gerar equilíbrios sociais sólidos com níveis de gasto público inferiores a 30% do PBI. Desta forma, o documento sugere valorizar tanto as políticas tributárias que combinem a tributação indireta com os

diretos e fortemente redistributivos; como valorizar as estratégias nacionais de desenvolvimento, em longo prazo, que fixem os parâmetros das privatizações e da criação e administração das entidades paraestatais. Destaca também, a necessidade de superar as desigualdades, para tanto, o Estado tem que assegurar um conjunto básico de direitos sociais que devem ter como prioridade às crianças e a educação.

Touraine (1998), falando sobre os problemas atuais da América Latina, coloca em pauta a seguinte problemática: como acelerar a liquidação do sistema político chamado nacional-popular, hoje degradado, ou seja, como acabar com a confusão de atores econômicos, políticos e sociais para realizar essa diferenciação de subsistemas que todos os analistas têm considerado como condição essencial de modernização?

Essas políticas devem nascer e se impor em cada país. A permanência do antigo modelo de intervenção política leva, por sua vez, à decomposição da economia e da democracia. Se os neopopulismos fracassaram, o neoliberalismo também conduz a graves perigos quando se reduz a uma pilotagem desde o exterior que ocasiona uma acentuada duplicidade social e a falta de governabilidade.

O objetivo principal da América Latina, explica Touraine (1998), deve ser orientado pelas decisões políticas fundamentadas na gestão das demandas sociais internas, para isso deveria se priorizar o político antes do econômico e social.

Muitas situações mostram que a causa da desigualdade social e a falta de desenvolvimento vão além das explicações tradicionais sobre exclusão política ou conflitos de classe. Relacionam-se também com a quantidade e qualidade da educação, com a estrutura familiar, com a dotação e bom uso dos recursos naturais e até com os fatores geográficos. A educação, particularmente, ganhou espaço e relevância, e é considerada como elemento-chave para o desenvolvimento dos países.

6 EDUCAÇÃO E AMÉRICA LATINA

O informe da Unesco redigido pela Comissão de Educação para o Século XXI (UNESCO, 1997), considera a educação como ferramenta e estratégia essencial para ajudar aos povos a se preparar contra os arremessos da globalização e a enfrentar as possíveis repercussões e, instrumento potencializador de mobilidade e transformações econômicas, sociais e culturais que deverão ser efetivados visando assumir, vitoriosamente, os processos de interdependência que caracterizarão o século XXI. De acordo com o Informe, o maior

acesso às oportunidades educacionais aos indivíduos e a coletividade, irá contribuir para que os mesmos compreendam melhor seu próprio mundo e a realidade dos outros indivíduos.

Especialistas reconhecidos concordam que o crescimento e a abertura econômica, apesar de ser indispensáveis, não são suficientes para enfrentar outros males, como a pobreza. A. Sen (UNESCO, 1997), nos informes anuais do PNUD sobre desenvolvimento humano, privilegia a alfabetização e a educação como fatores essenciais dentro do conceito do “capability”. Em outras palavras, a educação estaria dentro de um contexto mais amplo e qualificado, no qual o indivíduo teria melhor e maiores condições de vida, onde as capacidades culturais seriam importantes, principalmente para os setores pobres da população, do que os materiais, e seriam considerados como condição para se viver com dignidade.

Os avanços em educação na década de 90 foram previstos e discutidos através de compromissos da comunidade internacional, na Conferencia Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jontiem, na Tailândia, em março de 1990. Nessa conferência, afirmou-se que a emancipação da pessoa passa pela educação e que a mesma é considerada como a chave que permite estabelecer e consolidar a democracia e abrir via para o desenvolvimento sustentável da escala humana e de paz fundada sobre a tolerância e a justiça social. Um mundo em que a criatividade e os conhecimentos têm um papel cada vez mais importante, o direito à educação é simplesmente o direito de todas as pessoas de participarem plenamente na vida do mundo moderno.

Na América Latina, a década de 1990 foi frutífera em relação aos aportes internacionais e acordos políticos. Estes mostraram claramente o papel que a educação desempenhou no crescimento e no desenvolvimento socioeconômico dos países da região. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foi enfático ao dar à educação a decisiva importância para poder superar as brechas relacionadas com a equidade e produtividade:

O maior obstáculo para o crescimento futuro da América latina tem a ver com o abandono da educação, que limita o ritmo acumulativo dos fatores de produção e sua produtividade. Se na próxima década a força de trabalho alcançasse mais um ano de educação do que era esperado, o crescimento do produto aumentaria até chegar a taxas de 6,5% ao ano. Combinando melhores políticas econômicas com maior esforço educacional, o ingresso per-cápita em América Latina poderia ser 20% maior dentro de uma década e 50% mais alto dentro de duas décadas, o que não seria sem essas estratégias. (BID, 1997).

Em América Latina e Caribe, além de estar se convertendo numa verdadeira prioridade orçamentária, também esta se transformando numa prioridade na mente, na palavra e na ação dos dirigentes que cada vez investem uma dose de influência política e capacidade técnica no revigoramento dos sistemas educacionais e no melhoramento de seus níveis de desempenho. Cada vez mais, a educação está sendo percebida como principal catalisadora do desenvolvimento. (BID, 1999).

Nas declarações das distintas cúpulas dos chefes de Estado da Comunidade Ibero-americana de Nações, existem referências específicas sobre a necessidade de se dar um valor fundamental à educação. Nas Cumbres de Guadalajara (1991), Madrid (1992), Salvador da Bahia (1993), Cartagena de Índias (1994), San Carlos de Bariloche (1995), Santiago (1996), Ilha Margarita (1997) e Oporto (1998), fizeram explícitos reconhecimentos à educação como principal via para alcançar êxito na inserção internacional, e ao conhecimento como o grande capital do século XX para chegar ao desenvolvimento com equidade. A de San Carlos teve como tema “A educação como elemento essencial da política social e do desenvolvimento econômico”. Nesse encontro a educação foi considerada integral e integradora frente a uma realidade que está consolidando a globalização das atividades econômicas. Integração a nível regional e, simultaneamente, a recuperação dos espaços locais como âmbito de realização pessoal do ser humano e da sua comunidade.

A Cumbre das Américas II (Santiago do Chile, abril de 1996), gerou consenso com relação à importância de investir em educação: “reiteramos o compromisso de garantir para o ano de 2010, o acesso e permanência universal de 100% dos menores na educação primária, e pelo menos 74% dos jovens na secundária”, subscrita pelos 34 líderes presentes.

Apesar de ser importante, essa declaração corre o risco de ser vista como uma expressão de boas intenções, pois não existem compromissos concretos por parte dos Estados representados pelos governantes. No entanto, foram os organismos internacionais de financiamento que, ao final, assumiram esses compromissos. O BID anunciou a liberação de créditos para a educação: um bilhão de dólares anuais durante três anos. O Banco Mundial anunciou um aumento aproximado a 50% dos seus empréstimos em educação para América Latina. Evidentemente, esses empréstimos eram importantes, na medida em que foram orientados a solucionar problemas reais já identificados nas anteriores cúpulas, assim como dependeria da capacidade de negociação, de gestão e administração dos empréstimos por parte dos governos.

Nessas circunstâncias, concluímos que as reformas educativas constituem um particular desafio, tomando em consideração a enorme lista histórica dos intentos nacionais e regionais falidos, e os diversos fatores contextuais que a afetam.

7 PRINCIPAIS EXPRESSÕES DE REFORMA EDUCATIVA NA AMÉRICA LATINA

As novas políticas educativas têm alguns pontos de referência inéditos na região, o aumento quantitativo da escolaridade em todos os níveis do sistema educativo, e a

contradição desse aumento com os deficientes resultados da aprendizagem obtida. As mudanças da economia mundial e regional, no final da década de setenta e no início de oitenta, geraram exigências que afetaram a educação. A grande contradição visível em muitos países foi a coexistência de uma decidida política orientada à redução do gasto público, incluídos os da educação, mas apoiando ao aumento das matrículas escolares. Ressalta-se que o milagre de se obter educação de qualidade com menores custos não se deu na América Latina.

Ao finalizar o período de ajuste econômico, final dos anos oitenta e inícios dos noventa, surgiu uma questão central referente à educação: *que reformas começar para que as escolas da América Latina aumentem seus rendimentos com níveis semelhantes a de outras regiões do mundo associando a educação como componente essencial do desenvolvimento econômico?*

Essa e outras questões foram colocadas com a marcante influência da globalização sobre governantes e corpos técnicos que participaram na definição de políticas. A solução para essas perguntas foi trabalho de muitos debates e processos em que determinadas instituições e acontecimentos tiveram especial participação.

Quais são essas instituições e os fatos que mais influíram para a atual mudança educativa? O Conselho Latino-americano de Ciências Sociais³ (Clacso) reconhece que o novo ciclo educacional da região encontra sua expressão pública em três grandes fatos, a saber:

- a) A conferencia Mundial Educação Para Todos (Jontiem, 1990),
- b) A proposta Cepal/Unesco (1992), expressada no documento “Educação e Conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade”, e
- c) Os resultados da reunião de Ministros de Educação em Quito (abril de 1991).

Também deve ser considerada a influencia do Banco Mundial (BM) na geração de políticas públicas explicitadas nos empréstimos de cooperação internacional e a crescente influencia financeira do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

As reformas educacionais feitas em países como Argentina, Bolívia, Brasil, Guatemala, Honduras, México, Venezuela tiveram como objetivo melhorar a cobertura, qualidade, equidade do sistema e a preparação do magistério para encarar os constantes desafios educacionais. Essas reformas promoveram a descentralização (incluindo a escola) que oferece autonomia institucional, dotação de livros e bibliotecas para as aulas, capacitação continua de professores, propõem desenvolver uma cultura de paz e não a violência.

A partir da década de oitenta países como Costa Rica e Chile tomaram a vanguarda reformista. A primeira década com o tema da tecnologia aplicada à educação e, na segunda década, com a privatização e municipalização da educação.

Costa Rica tem seu "Plan EDU-2005", este tem como base central a capacitação dos professores, a mudança na programação e nos textos, a criação de mecanismos de avaliação do resultado escolar, bem como o acordo multipartidário para se beneficiar dos 6% do PIB. Segundo os analistas costarriquenses, o êxito promissor se encontra no trabalho conjunto entre políticos, governo e as instituições da sociedade civil.

Em 1981 inicia-se a reforma educacional no Chile, e em 1990 a educação passa a ser prioridade do governo, voltando a atenção para a qualidade e equidade. Para o ano 2000, a inversão educativa contaria com o 5,5 do PIB.

No caso do Peru, a última vez que se deu uma reforma na estrutura educativa no país foi na década de 70 (governo militar), que gerou mudanças educacionais na sociedade peruana. Em novembro de 1969 formou-se uma comissão de alto nível que teve a missão de preparar um amplo e profundo diagnóstico da problemática educacional do país. Em setembro de 1970 publicou-se o informe geral correspondente, mais conhecido como o "livro azul" da reforma da educação. Alguns meses depois publicaram também um projeto de lei que convidava às pessoas para que façam aportes e tentem enriquece-la antes de ser promulgada. No dia 21 de março de 1972 promulgou-se o D.L. 19326, e com ele inicia-se a reforma mais importante sobre o sistema educativo, nunca antes tinha ocorrido no Peru Republicano. Foi uma reforma que tratou a problemática educativa como uma questão política e econômico-social, na medida em que não era possível mudar a educação, caso não fossem alteradas substancialmente as bases econômicas da sociedade. Assim, foi entendido por Augusto Salazar Bondy, Emilio Barrantes, Walter Peñaloza e outros educadores e profissionais que assumiram a responsabilidade com dedicação, trabalhar em equipe e sem medir esforços.

Esta foi a única reforma educativa que se preocupou pela educação além das aulas e os centros educativos, pois, procurou articular o sistema educativo formal com a educação informal. Um aporte muito valioso foi a institucionalização do nível de educação inicial para crianças de 0 a 6 anos, a nuclearização comunal e a oportunidade que se dava ao docente para elaborar a programação curricular de acordo com a realidade local e o centro educativo. No entanto, uma reforma com esses alcances não poderia se efetivar sem a presença dos detratores. Os setores conservadores a julgaram perigosa por promover a conscientização. O sistema implantado logrou sobreviver até a elaboração da constituição de 1979.

Nas últimas décadas, a educação peruana veio sofrendo uma grande e constante deformação, em primeiro lugar, pela falta de propostas; segundo, pelo crescimento populacional e; terceiro, pela crise econômica que afunda cada dia mais as diferenças entre educação pública e privada, afetando a milhões de alunos.

Como tentativa de solução para essa situação problemática o governo do Presidente Fujimori apresentou uma Nova Estrutura de Reforma Educativa chamada "Educação Intermédia", que começou a ser aplicada em 1998. No entanto, especialistas nessa área manifestaram que qualquer tentativa de reforma deveria contar com o consenso e aporte dos protagonistas da vida educativa do país, o que foi colocado pouco tempo antes de começar a se aplicar o plano piloto, no entanto não foi considerado pelo governo.

Não houve uma política educativa específica e contínua, e isto pode ser evidenciado nos nove ministros que passaram pelo Ministério da Educação, cada um com diferentes propostas de reformas, que acabou deixando passar o tempo sem se fazer nada.

8 CONCLUSÃO

A pesquisa permitiu verificar e entender o processo de desenvolvimento das reformas educativas que foram propostas através da história, seu redirecionamento e sua posterior aplicação na região da América Latina. Para obter resultados, os interessados enfrentaram o problema de ordem mundial, a Globalização, que apesar de significar uma alternativa de desenvolvimento, também significou a absorção pelo sistema.

Ideologicamente esperava-se que a globalização seria geral, que beneficia-se aos países pobres, principalmente os da África e os da América Latina, mas seu comportamento particularizante atingiu todas essas sociedades, embora signifique uma fase muito importante, no sentido de nós inserirmos no mundo atualizado através da tecnologia que veio com ela.

Considera-se à educação como a ferramenta e estratégia essencial para enfrentar a globalização. O maior acesso às oportunidades educacionais irá contribuir com a compreensão do mundo próprio, dará acesso ao conhecimento e melhores condições de vida.

Organizaram-se instituições internacionais que promoveram a educação na procura de preservar as características sociais, culturais e de valores de todas as sociedades, principalmente das que foram absorvidas pela globalização. Temos assim: o Projeto Principal de Educação, a Conferência de Jontiem, a Declaração de Quito, que serviram e fortaleceram as reformas que se implementaram nos países da América Latina.

O Peru, nesse contexto internacional, procurou estabelecer uma mudança no sistema educativo. Apesar de que na década de setenta já tinha ocorrido uma reforma muito importante para o país e para a região, pois a mesma foi elaborada com a participação da sociedade peruana e com recursos próprios, baseada nas necessidades internas que vivia o país. A volta no governo da classe política na década de oitenta não deu continuidade à reforma feita pelo governo militar, apesar de que o país precisava mudar o rumo do sistema educativo.

A oportunidade apresentou-se com o governo do ex-presidente Alberto Fujimori, que permaneceu no poder durante dez anos; neste governo o Peru voltou a ter créditos perante os órgãos financeiros, e haveria condições para promover uma nova reforma educativa. Mas, infelizmente, seu governo viveu uma crise institucional caracterizada pelo excessivo centralismo, pela corrupção, e o desejo de querer permanecer no poder, o que incomodou à classe política e a sociedade.

A apresentação da Nova Estrutura do Sistema Educativo Peruano em 1997, trouxe algumas mudanças que não foram aceitos pela comunidade peruana, principalmente pelo magistério nacional, pois não foram consultados antes de se preparar essa nova proposta que não contou com o consenso e a participação da sociedade e dos envolvidos na área.

Conclui-se que a importância de priorizar a educação como fundamento de desenvolvimento social permitirá alcançar o desenvolvimento econômico de qualquer sociedade, mas não precisamos nós submeter e sacrificar a nossa identidade para logo ser absorvidos por correntes externas. Faz-se urgente a elaboração de políticas educativas de Estado, para que sejam seguidas pelos governos de turno.

ABSTRACT

Globalization has expanded its borders overwhelmingly in the late twentieth century. Todorov (1987) states that the discovery of America was its greatest expression, emerging new forms of social behavior. Governments in the region believed in the need for educational reforms that promote the quality and training of citizens. Some have promoted reform, but social problems created by globalization and neoliberalism have become obstacles. The question to be answered in the research is: how to make the most effective education, and the measures to be taken to overcome the social problems, allowing for a more just and fraternal society? The research is qualitative and literature, with its analytical tools such as official documents, specific bibliography and literature addressing authors and institutions that promote changes in education policy in Latin America. The results showed that the application of educational policies in some countries, promoted reforms in education and managed to change the level of influence of exploitative globalization.

Keywords: Globalization. Educational policy. Education reform. Latin America.

¹ “De palabra y obra en el Nuevo Mundo”, trabalho apresentado na Expo-92 de Sevilla.

² Esse documento é fruto das iniciativas produzidas desde finais da década de 80. Destacam-se contribuições de economistas como Fernando Fajnzylber, com sua tese sobre a transformação produtiva com equidade. De intelectuais como Amartya Sen e Partha Dasgupta, sobre as capacidades e os funcionamentos humanos, e os

trabalhos do PNUD sobre desenvolvimento humano sustentável. Foi elaborado no final de 1997, com a participação de vários líderes da região, fizeram encontros, logo foi discutido e difundido em vários países da região.

³ O Conselho Latino-americano de Ciências Sórias (Clasco) é um organismo regional fundado em 1969 que reúne as instituições dedicadas à investigação sobre a sociedade da região. O papel da educação nessas sociedades tem sido uma das grandes preocupações centrais do Clasco, através de sua comissão especializada “Desenvolvimento e Educação”. A reunião de junho de 1993, em que o documento fazia referência desses três fatos, foi convocada por Clasco, PIIIE, CIDE e Reduc, na localidade chilena de Punta de Tralca.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Priorities and Strategies for education: a World Bank sector review.** Washington, 1995.

BID. **América Latina tras una década de Reformas. Informe del Progreso Económico y Social en América Latina.** Washington, 1997.

_____. **América Latina frente a la Desigualdad. Informe del Progreso Económico y Social en América Latina 1998/1999. América Latina frente a la Desigualdad.** Whashington, 1999.

COURIEL, A. Globalización y Democracia en América Latina. **Revista de la Cepal**, Cepal, cincuenta años. Reflexiones sobre América Latina y el Caribe, Cepal, Santiago de Chile, 1998.

FERRER, A. América Latina y la Globalización. **Revista de la Cepal**, Cepal, cincuenta años. Reflexiones sobre América Latina y el Caribe, Cepal, Santiago de Chile, 1998.

GALLEGOS, J. **Política y descentralización educativa: análisis propuestas.** 1. ed. Lima: San Marcos, 2000.

TODOROV, I. La Conquete de l’Amerique. La question de l’autre. Paris, Ed. Seuil, 1982. Reseñado por Crovetto, P. L., en Mundo 2, México DF, 1987.

TOURAINÉ, A. Contra el Desorden Mundial. **Diario El País**, Madrid, 5 set.1998.

PORTILLA, M. **De Palabra y Obra em el Nuevo Mundo.** Expo 92 de Sevilla. Fuente: Diario el País, Madrid, 2 jul., p.31, 1992.

UNESCO. **La Educación Encierra un Tesoro.** Informe de la Unesco de la Comisión Internacional sobre la Educación para el siglo XXI, precidida por Jacques Delors, Madrid, Santillana-Unesco, 1997.

DA CRISE NEOLIBERAL AO NOVO DESENVOLVIMENTISMO:

uma análise comparativa

Diêgo Henrique Matos Pinheiro*

RESUMO

Neste artigo buscam-se correlacionar as políticas de desenvolvimento brasileiras e explicar o nascimento de um programa de desenvolvimento parecido com o que outrora foi chamado de Nacional-Desenvolvimentismo e que no início da década de 2000 nasce com o nome de Novo Desenvolvimentismo. Existem hipóteses de que o Novo Desenvolvimentismo nasceu com o novo século e que este é uma reedição do Desenvolvimentismo Clássico, conforme concebido nos anos 30. Com este trabalho, procura-se elaborar uma análise comparativa entre as estratégias de desenvolvimento brasileiras, iniciando a abordagem no programa nacional-desenvolvimentista, passando pelas estratégias globalistas do estado neoliberal dos anos 90, e comparando essas políticas/estratégias com o modelo Novo Desenvolvimentista dos anos 2000, buscando evidenciar se o Novo Desenvolvimentismo é uma política econômica de vanguarda ou um desenvolvimento dos programas políticos/macroeconômicos já institucionalizados no Brasil.

Palavras - chave: Estado. Desenvolvimento. Novo desenvolvimentismo.

1 INTRODUÇÃO

Castelo (2007) diz que “[...] o novo desenvolvimentismo surgiu no século XXI após o neoliberalismo experimentar sinais de esgotamento, e logo se apresentou como uma terceira via, tanto ao projeto liberal quanto do socialismo”. O Novo Desenvolvimentismo visto por muitos como esboço do Desenvolvimentismo, embora repaginado, traz à tona algumas discussões teóricas e políticas baseadas na crítica cepalina, e dos problemas do desenvolvimento econômico latino americano, importantes para a retomada das discussões contextuais do Brasil.

As estratégias políticas e macroeconômicas novo-desenvolvimentistas são, em suma, baseadas na teoria *keynesiana* e fazem parte de um esboço teórico muito rico e que vem de encontro a um projeto institucionalizado no início dos anos 2000, com a decadência neoliberal, e que dura até os dias de hoje como estratégia de desenvolvimento econômico do atual governo, porém este modelo de desenvolvimento econômico esboça críticas por não ter alcançado os resultados esperados, conforme explica Castelo (2007):

* Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA e Graduado em Administração pela Faculdade Pitágoras de São Luís, Especialista em Gestão Pública pela Universidade Cândido Mendes - UCAM e Docência do Ensino Superior pela Faculdade Santa Fé, MBA em Finanças pela Faculdade AIEC; Professor de Graduação e Pós Graduação do Instituto de Ensino Superior Franciscano – IESF e Coordenador do Laboratório de Práticas Empresariais “Negócios S/A” e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Empreendedorismo - GEPEM; Professor de Graduação da Faculdade DeVry de São Luís e Coordenador da Empresa Júnior Multidisciplinar “DeVry Jr.” e Professor EAD na Faculdade do Maranhão - FACAM.

O modelo de desenvolvimento preconizado pelos desenvolvimentistas, baseado fundamentalmente na industrialização, não alcançou, todavia, os resultados esperados em termos, por exemplo, da autonomia nacional e da modernização dos setores econômicos e sociais mais atrasados da região.

Vale lembrar que o Brasil vivenciou na década de 90 um período neoliberal, institucionalizado no Consenso de Washington, que apresentava divergências com as estratégias *keynesianas* de desenvolvimento implementadas na década de 30 e que tiveram períodos de desenvolvimento acima da média, até perderem efeito. Esta fase neoliberal deixou sérias sequelas à economia brasileira, segundo Castelo (2007) a política neoliberal foi uma fase em que “[...] o debate sobre desenvolvimento econômico e social saiu de cena para dar lugar à agenda política neoconservadora sobre liberalização dos mercados, estabilidade dos preços e privatização dos bens públicos”. Com a chegada do novo século, e a mudança no governo brasileiro, era aguardada uma virada à esquerda, mas o que desabrochou foi o Novo Desenvolvimentismo, apontado por uns como sendo diferente do programa Nacional-Desenvolvimentista e da Ortodoxia Neoliberal, mas com inspiração nas questões defendidas por Keynes.

Alguns autores afirmam que desde a implantação das primeiras hipóteses Neo Desenvolvimentistas, o Brasil vem apresentando melhoras no que tange questões como o desenvolvimento socioeconômico, alguns dados mostram que a pobreza diminuiu e o país elevou suas taxas de crescimento. Levando em consideração os autores que defendem essa política de estado, é possível acreditar que as políticas macroeconômicas do novo estado desenvolvimentista brasileiro estão cumprindo o seu papel na consolidação de uma estratégia nacional para se alcançar o desenvolvimento e superar os limites estruturais da dependência brasileira, no entanto, citando Sicsú et al., Castelo rebate:

O nacional-desenvolvimentismo deve passar por uma revisão das suas políticas do desenvolvimento econômico e social. A realidade mudou, e muito, desde os anos 1940/50, período áureo daquela tradição. O termo desenvolvimentismo foi uma expressão marcante daquele passado não tão remoto, mas que, com as transformações sociais ocorridas nestas últimas três décadas, tornou-se antiquado, anacrônico. Logo, é preciso abandoná-lo, não somente no sentido terminológico, mas dar-lhe um novo sentido conceitual, adequado as novas configurações do capitalismo contemporâneo. Para novos tempos, uma nova teoria; para novos desafios, um novo projeto nacional. Daí o termo novo desenvolvimentista . (SICSÚ et al. apud CASTELO, 2005).

O Novo Desenvolvimentismo é uma política de desenvolvimento, enraizada na atenção ao crescimento econômico e na distribuição de renda, por outro lado, tem-se o problema da efemeridade deste modelo, visto que seu modelo de inspiração esgotou-se rapidamente, levando a inquietação de observância crítica a essa política socioeconômica e as

questões levantadas de que esta é de fato funcional para que a economia brasileira consiga atingir altos patamares de desenvolvimento.

Uma das questões defendidas pelos dois governos do Presidente Lula e pelo atual governo, é a intenção de dinamizar a economia estimulando o consumo de massa, visto que, o governo priorizou estimular políticas econômicas no sentido de atacar as fragilidades que por ventura venham a prejudicar o perfeito encadeamento do ciclo virtuoso do consumo. As políticas de transferência de renda e inclusão social fazem parte das medidas macroeconômicas desses governos, essas medidas são fundamentais para estimular o consumo de massa e constitui-se como uma importante alavanca para o desenvolvimento econômico, conforme citado no Plano Plurianual do primeiro governo Lula:

As políticas sociais viabilizam o consumo popular ao aumentar o poder aquisitivo das famílias e reduzir a pressão da oferta de mão de obra sobre o mercado de trabalho, favorecendo a transmissão dos aumentos de produtividade aos salários. Por exemplo: a) a reforma agrária e o fomento à agricultura familiar retêm mão de obra no campo e criam renda; b) a exigência de frequência escolar para acesso à política de transferência mantém a criança na escola, reduz o trabalho infantil e melhora a renda familiar; c) a universalização da assistência aos idosos viabiliza seu descanso e libera vagas no mercado de trabalho, além de elevar a renda da família; d) o microcrédito dá suporte ao auto-emprego e a postos de trabalho em microempresas, criando emprego e renda; e) os programas de acesso à moradia, infraestrutura e serviços sociais, como saneamento, transporte coletivo, educação e saúde são clássicos geradores de postos de trabalho, além de ampliar a renda, ao reduzir gastos como aluguel, remédio e escola; f) os programas de transferência de renda, a elevação do salário mínimo e o seguro-desemprego operam em favor do modelo de consumo de massa, ao ampliar os rendimentos da família pobre e ao disponibilizar recursos para o aumento dos gastos. (BRASIL, 2003, p. 19).

Mesmo com este plano traçado de desenvolvimento econômico interno, o Brasil mantinha a preocupação de fortalecer além do mercado interno com o consumo de massa, o mercado externo, diminuindo sua vulnerabilidade, o programa governista do primeiro governo Lula, tinha por objetivo provocar a expansão do consumo, assim como a expansão dos investimentos e das exportações, tendo esta como a principal estratégia do governo, pois, uma vez que estando o desenvolvimento social amarrado ao desenvolvimento econômico e este organicamente vinculado ao dimensionamento das exportações, definia-se a meta do plano: manter o atual dinamismo das exportações do setor agropecuário e, “[...] por meio das economias de escala e ganhos de produtividade, possibilitados pelo aumento do investimento e ampliação do mercado interno, aumentar e diversificar as exportações de manufaturados” (BRASIL, 2003, p. 24). Contudo, o motor do desenvolvimento econômico e social brasileiro, é motivado pela ampliação na pauta de exportações e o estímulo ao consumo de massa.

A estratégia Neo Desenvolvimentista surge como uma alternativa aos males do capitalismo, pois se constitui um Estado forte capaz de regular a economia, o que, na

estratégia neoliberal é deixado de lado. Para tanto, de acordo com Sicsú, Paula e Michel (2005), é necessário, não somente buscar formas inteligentes de ação estatal, como também proporcionar condições para que o Estado possa desempenhar sua ação de forma mais eficaz.

De acordo com Sicsú, Paula e Michel (2005), na concepção novo desenvolvimentista, o Estado deve ser forte para permitir ao governo a implementação de políticas macroeconômicas defensivas ou expansionistas. Políticas de caráter defensivo são, por exemplo, aquelas que reduzem a sensibilidade do país a crises cambiais; e políticas expansionistas dizem respeito às medidas de promoção do pleno emprego, principalmente em um cenário recessivo. É parte dessa programática, também, as políticas industriais e de comércio exterior, utilizadas de modo estratégico para estimular a competitividade da indústria e melhorar a inserção do país no comércio internacional. O Estado deve, ademais, possuir um sistema tributário progressivo, para reduzir as desigualdades de renda e de riqueza.

Portanto, existem diversas questões teóricas e éticas que impedem a aceitação das incumbências impostas sobre as definições das contribuições deste projeto político-governamental baseado nas estratégias *keynesianas*, chamado Novo Desenvolvimentismo, e se este é de fato um novo programa ou uma renovação do velho desenvolvimentismo, mantendo firmes as discussões políticas e críticas baseadas na teoria marxista da dependência, sendo assim, segue mais do que nunca vigente o desafio de casar a análise teórica com a prática, visando uma intervenção organizada da própria realidade brasileira.

Contudo, esse debate crítico sobre o desenvolvimento econômico brasileiro, não ficará embasada apenas em uma mera análise dados, mas sim contribuir fortemente para que a questão do desenvolvimento capitalista brasileiro seja mais amplamente discutida e analisada.

2 NOVO DESENVOLVIMENTISMO: comparativo com o Desenvolvimentismo e do Neoliberalismo

Segundo Bresser-Pereira (2010), existem muitas distinções entre o antigo e o novo desenvolvimentismo, o autor identifica como uma das principais distinções entre os dois modelos, o fato de o Estado desempenhar papéis completamente distintos, no antigo desenvolvimentismo “[...] o Estado deveria desempenhar um papel de destaque na obtenção da poupança forçada, além de investir não apenas em setores monopolistas, mas também em setores caracterizados por grandes economias de escala”, já no novo desenvolvimentismo, “o Estado pode e deve promover a poupança forçada e investir em certos setores estratégicos,

mas o setor privado nacional agora tem recursos e capacidade gerencial para fornecer uma parcela significativa do investimento necessário”.

Castelo (2012) compara as políticas do antigo e do novo desenvolvimentismo e afirma que “o pior é constatar que essas ilusões, derrotadas no passado no campo político-militar, voltam ao presente sob uma escola do pensamento econômico que retoma o antigo desenvolvimentismo com o prefixo “novo” (neo) sem algumas mediações históricas necessárias”. Castelo (2012) critica o novo desenvolvimentismo esclarecendo que “[...] a velha tragédia ganha, desta maneira, contornos de uma farsa contemporânea [...]”.

Bom, com as colocações dos autores referenciados, fica claro que existem debates teóricos sobre a verdadeira face do novo desenvolvimentismo, cabe discernir se a política novo desenvolvimentista é uma reedição do programa nacional-desenvolvimentista ou se ela se diferencia como uma estratégia política nova e independente.

Bresser-Pereira (2010), analisa comparativamente as políticas macroeconômicas do antigo e do novo desenvolvimentismo:

Quadro 1: “Do antigo ao novo desenvolvimentismo – Políticas macroeconômicas”

| COMPARAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS | |
|---|--|
| Antigo Desenvolvimentismo | Novo Desenvolvimentismo |
| 1 Industrialização baseada na substituição de importações. | 1 Crescimento baseado na exportação combinado com um mercado interno forte. |
| 2 O Estado tem um papel central na obtenção de poupança forçada e na realização de investimentos. | 2 O Estado deve criar oportunidades de investimento e reduzir as desigualdades econômicas. |
| 3 A política industrial é central | 3 A política industrial é subsidiária. |
| 4 Atitude mista em relação aos déficits orçamentários. | 4 Rejeição aos déficits fiscais. |
| 5 Relativa complacência com a inflação. | 5 Sem complacência com a inflação. |

Fonte: Bresser-Pereira, 2010

Bresser-Pereira (2010) defende que a ortodoxia convencional, ou neoliberalismo não é uma estratégia morta, afirma que ela se encontra ainda dominante na definição das políticas macroeconômicas, o autor coloca em questão a hipótese de que o novo desenvolvimentismo é uma política nacional e o neoliberalismo uma estratégia importada dos países desenvolvidos. Bresser-Pereira (2010) diz que a ideologia neoliberal é uma estratégia de globalização econômica e que defende, principalmente os interesses dos países desenvolvidos. Segundo Bresser-Pereira (2010), o neoliberalismo, defendido como ortodoxia

convencional é uma ideologia que pretende fortalecer o mercado enfraquecendo a atuação do Estado, trazendo de volta o conceito de *laissez faire*, do estado mínimo que está preocupado unicamente com a segurança interna e externa, deixando o mercado com o controle dos investimentos em infraestrutura, saúde e educação, por exemplo, enquanto o novo desenvolvimentismo prega um modelo de desenvolvimento onde o Estado e o Mercado são fortes, sendo o Estado, responsável pelas intervenções econômicas defendidas pelos *keynesianos*.

Bresser-Pereira (2010) estabelece uma relação comparativa entre as políticas macroeconômicas neoliberais e novo desenvolvimentistas:

Quadro 2: “Do antigo ao novo desenvolvimentismo – Neoliberalismo e Novo Desenvolvimento”

| COMPARAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS | |
|---|---|
| Neoliberalismo | Novo Desenvolvimentismo |
| 1 Superávit primário é o padrão fiscal central | 1 O déficit orçamentário e a poupança pública são os padrões fiscais centrais. |
| 2 O Banco Central tem uma única meta obrigatória: a inflação. | 2 O Banco Central tem três metas obrigatórias: inflação, taxa de câmbio e emprego. |
| 3 O Banco Central usa um único instrumento: a taxa de juros de curto prazo. | 3 O Banco Central pode também comprar reservas ou impor controles sobre o ingresso de capitais para administrar a taxa de câmbio. |
| 4 A taxa de juros de curto prazo é endógena e deve ser alta. | 4 A taxa de juros de curto prazo é exógena e pode ser moderada. |
| 5 A taxa de câmbio é flutuante e endógena. | 5 A taxa de câmbio é flutuante, mas administrada. |

Fonte: Bresser-Pereira, 2010

De acordo com Castelo (2012), o novo desenvolvimentismo é o novo período do desenvolvimento capitalista do Brasil, ele assegura que “[...] o governo Lula [...], então mantinha intacta a herança dos governos Fernando Henrique Cardoso – FHC, do tripé defendido pelo Consenso de Washington (superávit primário, metas inflacionárias e câmbio flutuante)”. Para justificar seu ponto de vista, Castelo (2012) diz que mesmo concordando e divergindo em algumas hipóteses, Bresser Pereira e João Sicsú, dentre outros autores, “[...] foram um dos primeiros a defender o novo desenvolvimentismo como um projeto político de superação do neoliberalismo, embora reconheçam a existência de similaridades entre as políticas econômicas neoliberais e neodesenvolvimentista [...]”.

Baseando-se nessas afirmativas, a questão que fica é, vale afirmar que o Novo Desenvolvimentismo, de fato existe, ou é apenas uma “evolução” do Neoliberalismo defendido no Consenso de Washington e instituído, principalmente, no Governo FHC, ou é uma política estrategista contemporânea e de vanguarda?

Baseando-se nas afirmativas defendidas pelos autores, Castelo (2007), diz que o novo desenvolvimentismo:

Trata-se de um novo modelo completo de política econômica, incluindo-se medidas fiscais, cambiais e monetários no melhor estilo keynesiano e desenvolvimentista. Mas não só: uma série de medidas, além das políticas econômicas tradicionais, são prescritas, tais como a constituição de um sistema avançado de educação básica e de inovação tecnológica, mecanismos endógenos e privados de financiamento do investimento produtivo e, por último, mas não menos importante, a segurança jurídica dos contratos e da propriedade privada (SANTOS, 2007).

De acordo com Sicsú et al. (apud CASTELO, 2007), os novos desenvolvimentistas defendem a existência de um estado forte, entendendo que este é indispensável para a sustentação de uma economia de mercado forte, neste sentido, o estado não é produtor direto de bens e serviços, ele atua como órgão regulador das atividades econômicas.

3 CONCLUSÃO

Este artigo propõe um estudo analítico/comparativo das políticas macroeconômicas de desenvolvimento brasileiras, dando enfoque na análise conjuntural da estratégia de desenvolvimento Novo Desenvolvimentista, e busca entender o contexto em que este programa se encontra no Brasil e de que forma ele é visto como uma política de desenvolvimento econômico concreta.

No trabalho, faz-se uma análise temporal do desenvolvimento econômico brasileiro e um rico comparativo entre as políticas/estratégias concebidas para desenvolver a economia brasileira a partir do Desenvolvimentismo clássico. Posterior a esse estudo comparativo, é possível entender as questões que levam a definição desses modelos de desenvolvimento econômico e será possível avaliar se existe um estado novo desenvolvimentista no Brasil e se essa política Neo Desenvolvimentista com novas perspectivas e modelos ou se é apenas uma estratégia repaginada contando com dualidades Neoliberais e Desenvolvimentistas.

ABSTRACT

In this paper we seek to correlate the Brazilian development policies and explain the birth of a development program similar to what was once called a national developmentalism and the early 2000s was born under the name of New Developmentalism . There are chances that the New Developmentalism born with the new century and this is a reissue of Developmentalism Classic, as conceived in the 30s. Through this work, we seek to develop a comparative analysis of the strategies of Brazilian development, starting in the approach national development program, through the strategic globalist neoliberal state - 90s, and comparing these policies / strategies with the new developmental model of the 2000s , seeking to prove that the New Developmentalism is an economic or political vanguard of political development programs / macroeconomic already institutionalized in Brazil .

Keywords: State. Development. New developmentalism.

REFERÊNCIAS

BOITO JÚNIOR, Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Disponível em: <<http://www.eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

BRASIL. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano plurianual 2004-2007**: mensagem presidencial. Brasília: MPOG, 2003. Disponível em: <[http://www.sigplan.gov.br/arquivos/portallppa/41_\(menspresanexo\).pdf](http://www.sigplan.gov.br/arquivos/portallppa/41_(menspresanexo).pdf)>. Acesso em: 9 nov. 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina**. FGV-SP (Texto para Discussão n. 274, nov. 2010). Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=4642>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo. **Folha de São Paulo**, 19 set. 2004. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/articles/2004/412.Novo-Desenvolvimentismo.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

CASTELO, Rodrigo. **Crescimento econômico com equidade social**: o modelo novo-desenvolvimentista de intervenção sobre a “questão social”. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA, 3. UFMA, 2007. Disponível em:<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoC/66698f323a89d7b4b942Rodrigo%20Castelo%20Branco%20Santos.pdf>> Acesso em: 8 nov. 2013.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, 2012. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/sssoc/n112/02.pdf > Acesso em: 2 nov. 2013.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, Editora Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 3. ed. 1991.

GONÇALVES, Reinaldo. **Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas**. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/texto_nacional_desenvolvimentismo_as_avessas_14_09_11_pdf.pdf> Acesso em: 11 nov. 2013.

GONÇALVES, Reinaldo; **Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282012000400003&script=sci_arttext> Acesso em: 4 nov. 2013.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1982.

PINHO, Carlos. **A criação do novo estado desenvolvimentista no Brasil**: relato de uma dissertação de mestrado. Disponível em: <www.alacipjoen.org/wp-content/uploads/.../Relato_Carlos-Pinho.pdf>. Acesso em: 30 out. 2013.

ROCHA, Mirella. **O mito do desenvolvimento socioeconômico do Brasil no século XXI**: análise a partir dos Planos Governamentais da Era Lula. Apresentado na modalidade Comunicação Oral na CODE-IPEA/2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/download/2934/3281>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico 1883-1950. Introdução de Rubens Vaz da Costa; Tradução de Maria Silva Possas. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

SICSÚ, João; DE PAULA, Luiz Fernando; MICHEL, Renaut. Por que novo desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 4, p. 507-524, dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v27n4/a01v27n4.pdf>>. Acesso em: 10 nov. de 2013.

SICSÚ, João, VIDOTTO, Carlos (Org.). **Economia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Elsevier: 2008.

SICSÚ, J.; PAULA, L. F. de; MICHEL, R. (Org.). **Novo desenvolvimentismo**: um projeto nacional de crescimento com equidade social. Barueri/Rio de Janeiro: Manole/ Fundação Konrad Adenauer, 2005.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira da (Org.). **Avaliação de políticas públicas**: teoria e prática. São Paulo: Veras Editora, 2001.

EMPREENDEDORISMO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO:

análise sobre os empreendimentos de base tecnológica

Diêgo Henrique Matos Pinheiro*

Roseane Diniz De Sousa*

RESUMO

Este estudo aborda a importância do empreendedorismo, e de que forma este vem quebrando paradigmas existentes, principalmente, a concepção de empresa, conforme conhecemos, conduzindo a discussão até se chegar ao empreendedorismo no presente século, que seria o impacto das inovações na concepção de novos empreendimentos, principalmente os ligados à tecnologia. A partir destes apontamentos, fica clara a importância do desenvolvimento científico e concepção de inovações tecnológicas para o crescimento do empreendedorismo. Aliando o empreendedorismo, com a tecnologia e a inovação, será possível elencar os benefícios que a concepção de novas ideias traz à elaboração de produtos e/ou serviços colocados no mercado, fazendo assim, uma análise do ciclo de vida dos produtos de base tecnológica, que permita compreender a agilidade que a era da informação propõe. Por fim, consideramos os novos modelos de negócios, como um exemplo de que, o empreendedorismo, atinge na inovação competências para o sucesso, principalmente o *boom* promovido pela difusão da internet e o surgimento dos novos modelos de negócios chamados de *startup's*, pois, tipos de organização que contam com uma alta capacidade inovadora e são fontes para se movimentar toda uma economia.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Tecnologia. Inovação. Novos modelos de negócios.

1 INTRODUÇÃO

A partir do conhecimento da importância do empreendedorismo para a humanidade, podemos dizer que, este, revoluciona o estilo de vida das pessoas, o que tem dado a ele um destaque essencial para que se torne tema de muitos estudos.

Em outros artigos o leitor verá detalhes do perfil empreendedor, uma análise histórica mais aprofundada de como se constituiu o empreendedorismo, tipos de empreendedores e até mesmo desenvolvimento de novos negócios, entre tantos outros destaques que o assunto pode abordar. Aqui, o ponto relevante é outro, veremos que nas últimas décadas, o empreendedorismo tem sido muito discutido, entretanto, é importante

* Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA e Graduado em Administração pela Faculdade Pitágoras de São Luís, Especialista em Gestão Pública pela Universidade Cândido Mendes -- UCAM e Docência do Ensino Superior pela Faculdade Santa Fé, MBA em Finanças pela Faculdade AIEC; Professor de Graduação e Pós Graduação do Instituto de Ensino Superior Franciscano – IESF e Coordenador do Laboratório de Práticas Empresariais “Negócios S/A” e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Empreendedorismo - GEPEM; Professor de Graduação da Faculdade DeVry de São Luís e Coordenador da Empresa Júnior Multidisciplinar “DeVry Jr.” e Professor EAD na Faculdade do Maranhão - FACAM.

* Graduanda do 3º período do Curso de Administração do Instituto de Ensino Superior Franciscano – IESF e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Empreendedorismo - GEPEM.

saber qual seria o ponto ideal para discutir o empreendedorismo em um mundo em constante processo de evolução.

O empreendedorismo quando vem acompanhado da tecnologia e inovação, precisa ser compreendido em um conjunto, diríamos, que só se tem um, quando se atinge o outro e assim sucessivamente, formando assim a ideia empreendedora.

Conceituaremos o empreendedorismo ao longo do tempo; buscaremos compreender qual a relação do empreendedorismo com a tecnologia e a inovação; conheceremos os produtos de base tecnológica e a importância de analisar seus ciclos de vida; o que a era da informação pode atribuir aos novos negócios; chegando ao principal objetivo deste estudo, que trata análise sobre o empreendedorismo de base tecnológica, sem esquecer de citar as tendências mundiais que movimentaram a concepção de novos negócios.

Antes de iniciarmos essa leitura, seria bom primeiramente, responder-se a si mesmo essa seguinte pergunta "o que é empreendedorismo?" e só após, viajar pelos contextos históricos que o empreendedorismo faz, até se tirar as próprias conclusões. O importante é perceber que o empreendedorismo é uma forma de comportamento, que gera oportunidades para se e para os outros (em prol da sociedade), é isso que faz do empreendedorismo um importante tema a ser trabalhado.

2 O QUE É EMPREENDEDORISMO?

Aqui definimos, após uma revisão teórica, o que é empreendedorismo e como este vem modificando o dia a dia das pessoas através das inovações exigidas pelo seu desenvolvimento, em seguida faz-se uma abordagem de como tecnologia, inovação e empreendedorismo estão sinergicamente ligados, posteriormente é construída uma análise sobre o ciclo de vida dos produtos, com enfoque nos produtos de base tecnológica, demonstrando a efemeridade destes e a importância do empreendedorismo para a permanência de produtos deste segmento, no mercado. Conclui-se abordando o novo modelo de empreendimentos, concebido graças ao desenvolvimento da internet, o que possibilitou que a concepção de empresa pudesse ser modificada após o surgimento das primeiras empresas *pontocom*, posteriormente conhecidas como *startup's*.

O termo empreendedorismo vem a cada dia ganhando mais destaque. Novos negócios trazem dinamismo para a economia, garantindo emprego e renda para a população. O termo empreendedor é muito discutido, devido aos vários conceitos atribuídos a ele ao longo do tempo.

Desde a Idade Média se tem pessoas consideradas empreendedoras, no caso, o clérigo. Por volta do séc. XVII, o empreendedor era aquele que assumia risco, quem definiu essa característica foi o economista Richard Cantillon. Depois, no fim séc. XVIII foram tiradas conclusões entre o investidor de capital e o empreendedor, diferenciando essas duas práticas, pode-se conceituar que, empreendedor era aquele que aumentava a produtividade. Já no final do século XIX e no início do século XX, o empreendedorismo passou a ser visto por perspectiva econômica. (DORNELAS, 2008).

De acordo com Nakagawa (2014) ao abordar os fundamentos do empreendedorismo, diz que: por volta de 1940/50 Schumpeter defendia que o empreendedor era aquele que inovava, enquanto Peter Drucker, defendia a ideia de que "nem toda pessoa que abre um negócio é empreendedora, mais sim aquela que pensa diferente e inova," essa visão de Drucker, é a mais abordada até a atualidade.

O diretor administrativo da Tecnovates, Eloni Salvi, sendo entrevistado pelo Gestão S/A (2012), conceituando o empreendedorismo, ele dá a importância do empreendedorismo para as empresas [empreendedorismo corporativo] que só foi utilizado a partir do século passado, num estudo feito pela ONU, para descobrir o que levava as pessoas a ter sucesso nos negócios, depois disso foram sendo estudadas as características empreendedoras. Empreender passa a ser uma atitude proativa de pessoas que buscam atender as necessidades e atingir o desenvolvimento. O empreendedor não é só aquele que monta seu próprio negócio, ele passa a ser buscado pelas empresas [Intraempreendedores] para que possa melhorar o processo de trabalho.

Podemos dizer que, a motivação para abrir um negócio tem mudado, enquanto antes, era o desemprego que movia o empreendedorismo, hoje a cada Três pessoas que abrem um empreendimento no Brasil, duas identificam uma oportunidade.

Na visão de André Neto et al. (2013), “[...] são muitas as explicações para esse boom do empreendedorismo, que por sinal é um fenômeno mundial. Uma das explicações é o aparecimento de milhares de prósperos negócios a partir da internet”.

O empreendedorismo ganha destaque em razão da tecnologia e a rapidez que ela se propaga, a era da internet, demonstra que as boas ideias acompanhadas de competência na execução, são ingredientes essenciais para a criação de novos negócios. O ambiente atual é propício ao surgimento de um número cada vez maior de empreendedores, motivados, principalmente pelos programas e leis que enfatizam seu estímulo.

2.1 O Empreendedorismo aliado a Tecnologia e Inovação

A inovação é uma decorrência do empreendedorismo, é uma solução pensada para obter sucesso nos negócios. A tecnologia é o que leva ao processo de inovar, ou seja, a inovação depende da tecnologia.

Cotec (1994 apud DEITOS, 2002), “[...] Não se deve confundir inovação com geração de tecnologia. A inovação supõe o lançamento no mercado de produtos, processos e serviços que incorporam as vantagens e descobertas tecnológicas”. E a tecnologia é entendida como sendo o conjunto de conhecimentos que permite conceber, produzir e distribuir bens e serviços.

Um produto para ser inovador, ele precisa dispor de tecnologia e ter aceitação no mercado, assim favorecerá o empreendedorismo, pois a tecnologia é um grande fator para que as empresas consigam se destacar no mercado e garantir um ciclo de vida mais extenso, sendo que, para sobreviver, as empresas precisam estar sempre inovando e assim, atender as necessidades mercadológicas.

O empreendedorismo deve estar aliado a tecnologia e a inovação, uma das características do perfil empreendedor está ligada a capacidade de enxergar oportunidades no mercado. Entretanto, é necessário estar sempre evoluindo junto ao mercado mundial, seguindo as novas tendências tecnológicas, e inspirando-se em boas ideias, ao criar seu empreendimento.

“As empresas encontram na aplicação da tecnologia, ou seja, na inovação, uma forma de vantagens competitivas para atuar neste mercado mundial”. (CONFERENCIA COTEC, 1994 apud, DEITOS, 2002, p. 49). Vantagem competitiva é a vantagem que a organização tem em relação aos seus concorrentes. O diferencial que a organização traz, atribui valor ao produto/serviço, sendo notado pelo cliente que busca por qualidade e novidades. As inovações permitem que as empresas conheçam novos mercados, aumentem seus lucros, adquiram conhecimentos e possam agregar valor à sua marca.

A tecnologia tornou-se essencial para otimizar o processo de trabalho, sendo indispensáveis nos dias atuais, onde busca-se alcançar mais lucro em menor tempo possível. Os benefícios que a inovação transmite, não se limitam apenas as empresas, como também no nível de emprego e renda.

2.2 Ciclo de Vida e Maturidade de produtos de base tecnológica

Os produtos em geral apresentam um padrão de desenvolvimento, muito parecido com o ciclo de vida humano (nasce, cresce, evolui e morre). Já o ciclo de vida dos produtos é verificado como: Desenvolvimento, Introdução, Crescimento, Maturidade, Saturação e Declínio.

O primeiro passo no ciclo de vida dos produtos, é a fase da concepção e/ou ideia do produto, e posteriormente, desenvolve-las com custos de investimento e estudos de viabilidade do produto. O segundo passo do ciclo de vida é a fase de introdução do produto no mercado, suas vendas irão crescer lentamente, possivelmente não se terá lucros devido aos investimentos feitos na primeira fase e custos adicionais ao se colocar o produto no mercado. A terceira fase é a do crescimento, onde as vendas se aceleram, a demanda aumenta e se tem crescente lucro. A quarta fase é a da maturidade, período de baixo crescimento nas vendas, precisa se fazer novos investimentos para se defender o produto da pressão da concorrência, diminuindo assim o lucro. A última fase, é o declínio do produto, quando as vendas e os lucros começam a cair.

Esse conhecimento é necessário para sinalizar a demanda do produto no mercado, ajudando também na hora de traçar estratégias, tornando a visão do empreendedor mais ágil, para identificar as necessidades do mercado e utilizar das ferramentas da inovação. O ciclo de vida dos produtos torna possível acompanhar os novos produtos desde a geração da ideia até a retirada do mercado e destino final. A inovação em produtos relaciona-se diretamente com a gestão do ciclo de vida de produtos, que por sua vez se relaciona com os outros tipos de inovação.

Ao longo dos séculos, muitos produtos tecnológicos foram sendo criados para atender as necessidades humanas, dentre estas invenções, pode-se falar dos computadores, que foram criando ciclos de vida bem amplos, sendo suas formas sempre aperfeiçoadas, mostrando o quanto é competitivo o mercado de tecnologias. Um exemplo são os *notebooks*, com o passar do tempo surgem novos programas, a qualidade dos materiais de curta duração, fazendo com que os consumidores venham a trocar seus computadores portáteis regularmente.

Pela orientação dada pela Tecmundo (2015):

Se for analisar apenas a questão do hardware e software, pode-se dizer que um notebook (de configuração básica) tem vida útil aceitável de até dois anos. Porém, essa regra não se aplica a todos os modelos do mercado, mas em parte os consumidores percebem essa diferença no desempenho e veem a necessidade da troca.

Torna-se difícil dizer ao certo, qual o tempo de vida de cada produto de base tecnológica, pois, esse varia muito em relação ao grau de inovação do produto, e também a fatores que proporcionam essa mudança de fase, como a concorrência por exemplo. O empreendedor deve estar preparado para a dinâmica e agilidade que a era da informação propõe.

2.3 A era da Informação: novos modelos de negócios

A era da informação foi responsável pelos os avanços tecnológicos que conhecemos, pois, trouxe novos modelos de negócios, que por sua vez trouxeram novas perspectivas econômicas. O Observatório Virtual de Transferência de Tecnologia (OVTT) diz que:

A criação de empresas de base tecnológica (EBT) se posiciona como uma das principais rotas de transferência de tecnologia para a comercialização de resultados de investigação. Estas são organizações que baseiam a sua atividade empresarial na inovação tecnológica orientada ao mercado, dedicando-se à comercialização e rentabilidade de produtos e serviços inovadores gerados a partir de um uso intensivo do conhecimento científico e tecnológico [...]

Dentre os meios de se criar empresas de base tecnológicas, o Observatório virtual de transferência de tecnologia (OVTT), cita o caso das *Startup*, pois, são empresas que baseiam a sua atividade no domínio intensivo do conhecimento científico e tecnológico, e contam com uma alta capacidade inovadora. O empreendedorismo que envolve ideias inovadoras é sustentado por comunidades que alavancam essas ideias, como no caso das aceleradora de empresas, que já se tornou forte tendência no mundo.

Castells e Hall (apud CHENG et al., 1994):

[...] modelos bem sucedidos de apoio a esses tipos de empreendedorismo como Vale do Silício, nos estados Unidos mostram que a criação de um ‘ambiente inovador’, representado por ‘[...] estruturas sociais, institucionais, organizacionais, econômicas e territórios’, facilita a proliferação de novas empresas de base tecnológica (EBT’s).

Alguns modelos brasileiros de apoio ao empreendedorismo inovador são: Associação Brasileira de *Startups* (ABStartups), Associação Campinas *Startups* (ACS), San Pedro Valley, entre outras, esses grupos são grandes centros de inovação e movem o crescimento regional. Nesse ambiente, deve-se destacar as instituições que fomentam a criação das empresas de base tecnológicas (EBT’s): as universidades, os centros de pesquisa, os centros de empreendedorismo, as incubadoras de empresas e os parques tecnológicos, estas apoiam desde a pesquisa básica até o lançamento de produtos e negócios inovadores.

De acordo com Periard (2011):

Entre os anos de 1996 e 2001, é que o termo *startup* começou a ser utilizado para denominar um grupo de pessoas trabalhando na implementação de uma ideia diferenciada que poderia gerar um bom dinheiro [...]. Embora algumas definições possam variar em alguns aspectos específicos, o conceito que predomina é mesmo o de uma empresa em implementação, com pouca ou nenhuma experiência de mercado, voltada para a geração de ideias inovadoras com um futuro muito promissor.

As *startups* são organizações que buscam por novos modelos de negócios. Assim, pode ser entendida como um bom exemplo de empreendedorismo, pois, está voltada para ideias inovadoras. Como citado por Pacheco (2015):

Uma startup é uma empresa diferente de uma empresa tradicional porque ela utiliza, geralmente, tecnologia e modelos de negocio diferenciados, que fazem com que ela cresça numa velocidade muito acima de uma velocidade normal de mercado. Enquanto uma empresa tradicional cresce 10%, 20% ao ano, uma startup tem um crescimento de mais de 200% ao ano. Isso porque ela usa modelos inovadores para vender e comercializar esse produto.

As *startups* são uma nova forma de fazer negócio no mundo. Pra ser uma *startup* precisa ser uma ideia inovadora, replicável e escalável, ou seja, fazer dinheiro e passível de grande ampliação, em condições de extrema incerteza. Esses novos modelos de negócios tem forte potencial de crescimento devido a sua ideia inovadora, porém, como novas ideias trazem dúvidas e incertezas, são muitos os desafios que as empresas enfrentam até alcançar seu sucesso, por isso, são necessários os conhecimentos e experiências que os ecossistemas locais podem atribuir a elas. Por tanto a importância do apoio da comunidade e governo nesse processo de desenvolvimento.

3 CONCLUSÃO

O empreendedorismo evoluiu seu conceito com o passar do tempo, para melhor definir uma atividade capaz de reproduzir uma série de características de bom comportamento humano, mudar as perspectiva de vida das pessoas e ainda contribui com a sociedade através da geração de emprego, renda, receita tributaria, etc.

O empreendedorismo apesar de ser uma forma muito antiga de atividade, pode-se dizer que nunca fica antiga devido a inovação que ela proporciona ao próprio termo.

Tentando conceituar o empreendedorismo, chegamos ao ponto de vista de que, empreendedorismo é a capacidade de contribuir com a sociedade através de atividades geradoras de oportunidades. Com a elevação da competitividade, elas se deparam com um elemento essencial de sua atuação, que seria, a inovação, e esta se vê empregada a uma tecnologia.

Com a prática empreendedora, o indivíduo é capaz de mudar a realidade de um produto, serviço ou processo através da tecnologia, e assim, atingindo a inovação, sendo esta, uma decorrência do empreendedorismo, capaz de fazer com que se atinja o sucesso e a empresa permaneça por mais tempo no mercado, já que este é muito competitivo e muda rapidamente devido as necessidades humanas.

A tecnologia otimiza o trabalho, minimizando o tempo de atividade, proporcionando eficiência às organizações. Mas esse fator indispensável para a inovação, precisa estar em constante evolução, para isso, é necessário que o empreendedor evolua junto com o mercado mundial, tenha uma visão atenta as necessidades dos consumidores e busca incessante por oportunidades. Um bom processo para se ter essa visão, é acompanhar o ciclo de vida dos produtos de base tecnológica, pois, esses, são motivo de constante inovação.

A criação de empresas de base tecnológica torna-se fundamental para fomentar novas tecnologias e expandi-las no mercado, pois, elas detém conhecimentos científicos e tecnológicos, contando com a capacidade de inovação. Estas apoiam desde a pesquisa até o lançamento do produto. Esse meio de propagação das empresas de base tecnológica, atingiu forte tendência, como é o caso das *startups*, que prolifera novos empreendimentos.

Considerando as mudanças rápidas e a flexibilidade que a era da informação proporcionou, os empreendimentos de base tecnológicas, são um tipo de empreendedorismo que traz vantagens competitivas para as empresas, que evolui bem rápido e movimenta todo um ecossistema local. Portanto, os novos modelos inovadores de negócios são de grande importância para a sociedade, visto que, eles criam oportunidades.

ABSTRACT

This study addresses the importance of entrepreneurship, and how this is breaking existing paradigms, especially the design firm, as we know, leading the discussion to get to entrepreneurship in this world, what would be the impact of innovations in the design of new developments, especially those related to technology. From these notes, it is clear the importance of scientific development and design of technological innovations for the growth of entrepreneurship. Combining entrepreneurship with technology and innovation, it will be possible to list the benefits that the conception of new ideas brings the preparation of products and / or services on the market, thus, an analysis of the life of technology based products cycle, in order to understand the agility that the information age offers. Finally, we consider new business models, as an example of that, entrepreneurship, reaches innovation skills for success, especially the boom promoted by the diffusion of the Internet and the emergence of new business models called startup's therefore types organization that have a high innovative capacity and are sources to move an entire economy.

Keywords: Entrepreneurship. Technology. Innovation. New business models.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ NETO, A.; ALMEIDA, A.; SOUZA, C. P.; ANDREASSI, T. **Empreendedorismo e desenvolvimento de novos negócios**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ARAÚJO, Fabrícia. O ciclo de vida do produto: os produtos já nascem com data prevista para serem retirados do mercado. Out. 2014. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/o-ciclo-de-vida-do-produto/81718/>>. Acesso: 26 abr. 2015.

CHENG, Lin Chich; DRUMMOND, Pedro; MATTOS, Philemon. **A integração do trinômio tecnologia, produto e mercado na pré-incubação de uma empresa de base tecnológica**. [S. l.: s. n.].

DEITOS, Maria Lucia de Souza. **A gestão da tecnologia nas pequenas e médias empresas: fatores limitantes e formas de superação**. 2002.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

GESTÃO S/A. **Empreendedorismo e inovação**. Entrevista com o Dir. Adm. Tecnovates Eloni Salvi. [S. l.: s. n.].

NAKAGAWA, Marcelo. Curso Fiap X: Fundamentos do empreendedorismo. 2014. Disponível em: <<http://www.fiap.com.br/fiapx/cursos/fundamentos-do-empreendedorismo/eu-sou-empreendedor>>. Acesso em: 18 mar. 15.

OBSERVATÓRIO VIRTUAL DE TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA. Empresas de base tecnológicas. Disponível em: <<http://pt.ovtt.org/empresa-de-base-tecnologica>>. Acesso: 7 abr. 15.

MIETH, Ângela Costa de Souza; SILVA, Beatriz Aparecida da; SCHUSTER, Camila Helena. DIETRICH, Gilmar Jacó. RODRIGUES, Marcos Rogério. [S. l.: s. n.].

PACHECO, Ana Carolina. Startups: modelo de negócio em alta no Brasil expande mercado para profissionais de TI. [S. l.: s. n.].

PERIARD, G. O que é startup? 2011. Disponível em: <<http://www.sobreadministracao.com/o-que-e-uma-startup/>>. Acesso: 8 abr. 2015.

TECMUNDO. Ciclo de vida: como saber quando devemos comprar novos produtos eletrônicos? Disponível em: <<http://www.tecmundo.com.br/consumidor/7141-ciclo-de-vida-como-saber-quando-devemos-comprar-novos-produtos-eletronicos-htm>>. Acesso: 9 abr. 2015.

DIAGNÓSTICO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO BAIRRO CANGALHEIRO NO ANO DE 2013 EM CAXIAS-MA

Ivonicé Costa Veloso*

Katiane dos Santos Lobo*

Maria Marta Cavalcante de Oliveira*

Vera Lúcia Lopes Barros*

RESUMO

O trabalho teve como objetivo verificar a presença de resíduos sólidos no bairro Cangalheiro em Caxias-MA, bem como analisar os impactos geoambientais, provocados pelos diversos processos de uso e ocupação do bairro. As coletas de dados foram realizadas durante os meses de junho e julho do ano de 2013. Para a verificação da presença de resíduos sólidos no bairro foram realizadas visitas e registradas imagens fotográficas de despejos de esgotos e lixos ao longo das ruas do referido bairro, assim como também foi realizada a aplicação de questionários fechados aos moradores, com perguntas relacionadas ao destino do lixo domiciliar e ao nível de conhecimento dos populares sobre meio ambiente e sua preservação. Preliminarmente detectou-se a existência de sistema de esgotos canalizados sendo lançados diretamente no rio Itapecuru e até mesmo esgotos domésticos correndo a céu aberto, considerada a agressão mais comum, se constituindo a maior carga poluidora, resultado da aglomeração urbana. Observou-se em vários pontos às margens do Itapecuru, grandes quantidades de lixo, sendo assim, deve-se haver uma maior conscientização por parte dos próprios moradores para a preservação do rio.

Palavras-chave: Resíduos sólidos. Impactos geoambientais. Poluição.

1 INTRODUÇÃO

A humanidade vive um momento histórico marcado por problemas que variam desde a disseminação de doenças infectocontagiosas até a degradação ininterrupta dos recursos naturais. Os fatores geradores de tais problemas são muito variados, englobando problemas que vão desde aspectos relacionados à economia de uma nação até as questões éticas, morais e culturais que permeiam a sociedade.

O ser humano está experimentando mudanças bruscas em seus valores culturais e sérias alterações no seu ambiente natural, o que vem comprometendo a qualidade de vida. (DIAS, 1994).

Atualmente a degradação ambiental está fortemente ligada a fatores de uso e ocupação do solo, uma vez que as formas de ocupação e manejo ocasionam o tipo e o grau de

* Discente do curso de Especialização em Gestão Interdisciplinar do Meio Ambiente do IESF.

* Discente do curso de Especialização em Gestão Interdisciplinar do Meio Ambiente do IESF.

* Discente do curso de Especialização em Gestão Interdisciplinar do Meio Ambiente do IESF.

* Doutora em Entomologia Médica pelo Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA.

impacto, o qual atinge de maneira diferente o ambiente, seja o solo, o ar ou a água. (NOGUEIRA DE SOUZA, 2003).

A urbanização é um fenômeno que gera grande preocupação, em diferentes instâncias, isso acontece tanto com as autoridades políticas como científicas internacionais, na medida em que o crescimento populacional desordenado, principalmente esse concentrado nas áreas urbanas, traz implicações de várias ordens – sociais, econômicas e ambientais – especialmente em relação à qualidade de vida das pessoas, saúde, educação, violência urbana, e impactos ao meio ambiente, isto é, qualidade ambiental. (ROCHA, 1999).

A destinação do lixo no Brasil está sob a responsabilidade da gestão local (o município). E constitui um sistema do circuito de produção, circulação e consumo de bens, do qual a geração de resíduos de todo tipo fazem parte. Deve-se propor estudos nesse campo e dar início à avaliação crítica sobre práticas de indivíduos, grupos e setores, incluindo aí, o poder público. Olhar para o lixo significa refletir sobre as práticas de consumo, eu envolvem o consumismo e o consumo consciente. (GIANSANTI, 2009).

O destino final dos resíduos produzidos nos sistemas de tratamento de água e esgotos é uma preocupação mundial. Embora a maioria dos países desenvolvidos já tenha adequado seus sistemas para gerenciar os resíduos produzidos no processo de tratamento, atualmente, um grande número de estações de tratamento de água ainda lança esse material diretamente nos cursos d'água, principalmente nos países em desenvolvimento. Esta atividade acarreta impactos ambientais significativos que têm levado os órgãos ambientais a exigirem das operadoras a implantação de alternativas de disposição desse resíduo. (ANDREOLI, 2001).

A crescente consciência sobre os riscos à saúde pública e ao meio ambiente, provocados por resíduos sólidos gerados nos serviços de saúde (RSSS), deve-se, principalmente, as suas frações infectantes. Surpreendentemente, no Brasil, há mais de 30 mil unidades de saúde produzindo esses resíduos, e na maioria das cidades, a questão do manuseio e da disposição final não está resolvida, e acrescenta-se que algumas unidades de saúde desconhecem a quantidade e a composição dos resíduos que produzem. (FERREIRA, 1995).

Embora não existam dúvidas sobre a importância da atividade de limpeza urbana para o meio ambiente e para a saúde da comunidade, esta percepção não se tem traduzido em ações efetivas que possibilitem mudanças qualitativas na situação negativa em que se encontram, de forma geral, os sistemas de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos em toda a América Latina, inclusive no Brasil. (FERREIRA; ANJOS, 2011).

Em alguns municípios e grandes centros urbanos brasileiros, a dúvida sobre a periculosidade dos RSSS levam à implementação de sistemas diferenciados específicos, desde as usinas de incineração até a utilização das técnicas de disposição final de resíduos infectantes no solo. (SILVA et al., 2002).

Os efeitos adversos dos resíduos sólidos municipais no meio ambiente, na saúde coletiva e na saúde do indivíduo são reconhecidos por diversos autores (LEITE; LOPES, 2000; MAGLIO, 2000), que apontam as deficiências nos sistemas de coleta e disposição final e a ausência de uma política de proteção à saúde do trabalhador, como os principais fatores geradores desses efeitos.

A discussão das questões ambientais vem ocorrendo, no Brasil, de forma paralela ao desenvolvimento da saúde coletiva, sem a necessária articulação que possibilite experiências interdisciplinares como a complexidade da busca de soluções exige.

A recuperação de materiais a partir do lixo é uma atividade milenar. Desde os tempos antigos os destituídos sociais vêm sobrevivendo graças a recuperação das sobras da sociedade, sendo, contudo, retratados como marginais e vagabundos. Ou seja, aos indivíduos que trabalham com o lixo sempre foi imputada uma imagem social extremamente negativa. (PORTO, 1998).

Após evitar consumir coisas desnecessárias e reaproveitar outras, é hora de se pensar em reciclar. Muitos materiais podem ser reciclados, e cada um por uma técnica diferente. A reciclagem permite uma diminuição da exploração dos recursos naturais e, muitas vezes, é um processo mais barato do que a produção de um material a partir da matéria prima bruta. (OLIVEIRA, 2012).

Ao longo dos tempos, a humanidade intensificou o processo de urbanização e o desenvolvimento industrial, sem se preocupar, entretanto, com o uso racional dos recursos naturais. A indiferença em relação ao tipo de material consumido gerou a “era do descartável”, o que resultou em um dos maiores problemas da atualidade. O gerenciamento do lixo é visto como uma importante questão ambiental a ser solucionada, na medida em que sua má operação traz constantes riscos à saúde pública e ao meio ambiente. Somam-se a isso a falta de processos de tratamento e a falta de critérios na escolha de locais adequados para a disposição final dos resíduos gerados

De acordo com o censo de 1996 do IBGE, 76% dos resíduos sólidos urbanos gerados eram descartados a céu aberto, 13% dos resíduos eram colocados em aterros controlados, 10%, em aterros sanitários, 0,9% em usinas de reciclagem e compostagem e 0,1% eram incinerados. De lá para cá, infelizmente, o quadro é ainda pior, demonstrando a gravidade da situação. (ANDREOLI, 2001).

Com o aumento do crescimento demográfico do bairro Cangalheiro, observa-se também um aumento na produção de resíduos sólidos em consequência do desenvolvimento econômico não sustentável. E a partir daí, surgem questionamentos em torno do problema, que é o destino final dos resíduos sólidos, onde se busca alternativas sustentáveis a fim de evitar terríveis impactos ambientais.

O lixo é deixado de forma desordenada nas ruas, em bairros, nos esgotos, e isso é prejudicial à saúde, podendo acarretar doenças como a dengue que é um dos principais problemas de saúde pública do mundo. Além de contaminar o solo e as águas do Rio Itapecuru, rio que banha a cidade de Caxias.

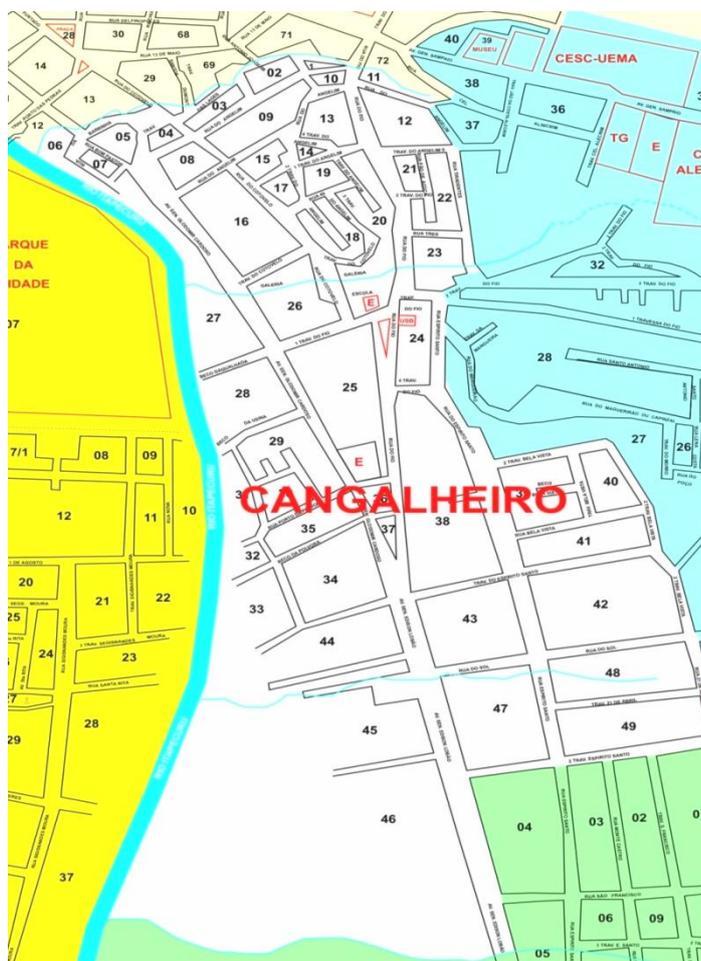
Com tantos acontecimentos, faz-se necessário, uma pesquisa que parte da problemática sobre os motivos do bairro Cangalheiro apresentar problemas relacionados à presença de resíduos sólidos. O trabalho teve como objetivo verificar a presença de resíduos sólidos no bairro Cangalheiro em Caxias-MA, bem como analisar os impactos geoambientais, provocados pelos diversos processos de uso e ocupação do bairro.

2 METODOLOGIA

2.1 Área de estudo

O bairro Cangalheiro está localizado na zona Sul do município de Caxias-MA, à margem direita do Rio Itapecuru. Limita-se ao norte com os Três Corações, ao sul com a Volta redonda, a leste com o Morro do Alecrim e a oeste com o Rio Itapecuru (Figura 01).

Figura 01 - Localização do bairro Cangalheiro no município de Caxias, Maranhão.



2.2 Visitas ao bairro e aplicação dos questionários

As coletas de dados ocorreram durante os meses de junho e julho do ano de 2013, no bairro Cangalheiro, na cidade de Caxias – MA. Para a verificação da presença de resíduos sólidos no bairro foram realizadas visitas ao bairro e registradas imagens fotográficas de despejos de esgotos e lixos ao longo das ruas do referido bairro, assim como também foi realizada a aplicação de questionários fechados aos moradores, com perguntas relacionadas ao destino do lixo domiciliar e ao nível de conhecimento que os populares possuem sobre meio ambiente e sua preservação (APÊNDICE A).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No presente trabalho, preliminarmente analisando o bairro Cangalheiro na cidade de Caxias-MA, detectou-se a existência de sistema de esgotos canalizados sendo lançados

diretamente no rio Itapecuru (Figura 02), e até mesmo esgotos domésticos correndo a céu aberto (Figura 03), considerada a agressão mais comum, se constituindo a maior carga poluidora, resultado da aglomeração urbana.

Figura 02 - Sistema de esgotos canalizados sendo lançados diretamente no rio Itapecuru



Fonte: Os autores

Figura 03 - Esgotos domésticos correndo a céu aberto no bairro Cangalheiro



Fonte: Os autores

Também foi possível identificarmos, tanto nas imediações do bairro quanto no leito do rio, aglomerações de lixo não somente jogados por moradores, mas proveniente de outras localidades, como sacos e sacolas presos na vegetação ciliar, ocasionada pela enchente no período chuvoso (Figura 04).

Figura 04 - Lixos aglomerados nas imediações do bairro e no leito do rio Itapecuru



Fonte: Os autores

3.1 Avaliação dos questionários

Foram aplicadas 31 perguntas aos moradores residentes no bairro Cangalheiro. Quando perguntados quanto tempo moram no bairro, 61,30% responderam que residem a mais de 10 anos no mesmo, seguido de 38,70% que disseram morar no bairro a mais de cinco anos.

A grande maioria dos moradores, ou seja, 93,55% afirmaram que o bairro possui coleta de lixo regularmente e somente 6,45% disseram que não.

Na pergunta “Qual o destino final dado ao lixo de sua residência?”, 87,10% dos entrevistados disseram que ser coletado e 12,90% disseram ser jogado a céu aberto.

Quando perguntados se já presenciaram lixo sendo jogado às margens do rio Itapecuru, 54,84% disseram que não e 45,16% disseram que sim.

A grande maioria dos moradores, correspondendo a 93,55%, disseram que o rio Itapecuru possui alguma importância para o seu bairro e para a sua cidade.

Quando perguntados se o lixo jogado no rio pode causar algum dano à saúde da comunidade, 96,78% afirmaram que sim e apenas 3,22% disseram que não.

Na pergunta “Você sabe para onde vai o esgoto produzido na sua residência?”, 87,10% dos entrevistados responderam que sim e 12,90% disseram que não sabem.

Quando perguntados se o crescimento econômico está acima da preservação ambiental, 93,55% disseram que sim e somente 6,45% citaram o não.

Em relação à participação de campanhas educativas direcionadas para a preservação do meio ambiente, 100% dos entrevistados disseram que nunca participaram.

Na pergunta “Você acha que os maiores responsáveis pela poluição do bairro e do rio são os próprios moradores?”, 77,42% dos entrevistados responderam que sim e 22,58% disseram que não (Tabela 01).

Tabela 01 - Respostas dos entrevistados sobre os aspectos gerais do bairro Cangalheiro

| PERGUNTAS | N | % |
|--|----------|----------|
| Quanto tempo mora no bairro Cangalheiro? | | |
| menos de 5 anos | 0 | - |
| mais de 5 anos | 12 | 38,70 |
| mais de 10 anos | 19 | 61,30 |
| O bairro Cangalheiro possui coleta de lixo regularmente? | | |
| SIM | 29 | 93,55 |
| NÃO | 2 | 6,45 |
| Qual o destino final dado ao lixo de sua residência? | | |
| Coletado | 27 | 87,10 |
| Incinerado | 0 | - |
| jogado a céu aberto | 4 | 12,90 |
| Você já presenciou lixo sendo jogado às margens do rio Itapecuru? | | |
| SIM | 14 | 45,16 |
| NÃO | 17 | 54,84 |
| Você acha que o rio Itapecuru possui alguma importância para o seu bairro e para a sua cidade? | | |
| SIM | 29 | 93,55 |
| NÃO | 2 | 6,45 |
| O lixo jogado no rio pode causar algum dano à saúde da comunidade? | | |
| SIM | 30 | 96,78 |
| NÃO | 1 | 3,22 |
| Você sabe para onde vai o esgoto produzido na sua residência? | | |
| SIM | 27 | 87,10 |
| NÃO | 4 | 12,90 |
| Você acha que o crescimento econômico está acima da preservação ambiental? | | |
| SIM | 29 | 93,55 |
| NÃO | 2 | 6,45 |
| Você já participou de alguma campanha educativa direcionada para a preservação do meio ambiente? | | |
| SIM | 0 | - |
| NÃO | 31 | 100 |
| Você acha que os maiores responsáveis pela poluição do bairro e do rio são os próprios moradores? | | |
| SIM | 24 | 77,42 |
| NÃO | 7 | 22,58 |

n = número de entrevistados

Pelos resultados apresentados verifica-se que há possibilidade de agravos à saúde humana e ambiental, associados ao despejo de esgotos e lixos a céu aberto. A observação dos resultados indica ainda o assoreamento e a poluição dos rios, além de provocar alagamentos

no período chuvoso e contribuir para o aparecimento de insetos causadores de doenças infecciosas.

Segundo Ferreira e Anjos (2011), os problemas decorrentes dos resíduos sólidos municipais continuam presentes e sem um equacionamento adequado. O lançamento indiscriminado dos resíduos no meio ambiente mantém-se como prática comum. Muitos dos vazadouros são à beira de cursos d'água (ou nos próprios), podendo provocar fortes impactos ambientais nos mesmos, rompendo o equilíbrio do ecossistema.

A presença dos resíduos sólidos municipais nas áreas urbanas é muito significativa, gerando problemas de ordem estética, de saúde pública, pelo acesso a vetores e animais domésticos, obstruindo rios, canais e redes de drenagem urbana, provocando inundações e potencializando epidemias de dengue e de leptospirose, entre outras. (FERREIRA; ANJOS, 2011).

De acordo com Johnston (1995), aos países em desenvolvimento não resta alternativa, senão a de uma mudança comportamental em relação aos resíduos, com redução na sua geração, utilização de tecnologias que estejam dentro das suas capacidades técnicas e de recursos, para gradativamente irem adquirindo maior controle sobre os efeitos ambientais e na saúde, provocados pelos seus próprios resíduos.

As medidas de prevenção e controle dos efeitos na saúde coletiva e na saúde ocupacional, dos resíduos sólidos municipais, dependem de informações e dados epidemiológicos em que sejam estabelecidos os nexos causais. O apoio a pesquisas dentro deste enfoque é prioritário. (DOLL, 1992).

O desenvolvimento de capacitação técnica, tendo em vista as questões ambientais e de saúde, dos profissionais envolvidos nos sistemas gerenciais de resíduos, poderá, a médio e longo prazo, introduzir estas variáveis nos projetos e planos. (MENDES, 1988).

A educação e conscientização da população em geral, sobre os efeitos ambientais e na saúde, da disposição inadequada dos seus resíduos e de suas responsabilidades enquanto cidadãos exigirão um esforço muito grande, mas são básicos para uma mudança comportamental que irá repercutir diretamente no gerenciamento dos resíduos.

4 CONCLUSÃO

Existem vários agentes responsáveis pela poluição do rio Itapecuru, um deles é a própria população da cidade, dentre essa população, os próprios ribeirinhos; e o bairro Cangalheiro está situado às margens do rio, não possuindo um saneamento básico adequado

com sistemas coletores de esgoto, sendo estes conduzidos diretamente para o rio. Observou-se em vários pontos às margens do Itapecuru, grandes quantidades de lixo, porém, os ribeirinhos não são os principais agentes poluidores, mas são os que mais sofrem com a poluição do rio, sendo assim, deve-se haver uma maior conscientização por parte dos próprios moradores para a preservação do rio.

ABSTRACT

The study aimed to verify the presence of solid waste in the neighborhood undertaker in Caxias, MA, as well as analyze the geo-environmental impacts, caused by the various processes of use and occupation of the district. Data collection occurred during the months of June and July 2013. To verify the presence of solid waste in the district were visited and recorded images of sewers and garbage dumps along the streets of this neighborhood, as well as the application was made of closed questionnaires to residents with questions related to the fate of household waste and the level of knowledge about popular environment and its preservation. Preliminarily detected the existence of piped sewerage system being released directly into the river Itapecuru and even domestic sewage running in the open, considered the most common assault, constituting the largest pollutant load as a result of urban agglomeration. Observed at various points on the shores of Itapecuru, large amounts of waste, so should be a greater awareness by residents themselves to the preservation of the river.

Keywords: Solid waste. Geo-environmental impacts. Pollution.

REFERÊNCIAS

ANDREOLI, C. V. **Resíduos sólidos do saneamento: processamento, reciclagem e disposição final**. Rio de Janeiro: RiMa, ABES, 2001. 282 p.: il. Projeto PROSAB.

DIAS, G. F. **Populações marginais em ecossistemas urbanos**. Brasília: IBAMA, 1994.

DIAS, S. M. **Lixo e cidadania: os impactos da política de resíduos sólidos de Belo Horizonte no mundo do trabalho do catador da ASMARE**. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

DOLL, R. 1992. Health and the environment in the 1990s. **American Journal of Public Health**, v. 82, p. 933-940.

FERREIRA, J. A. Resíduos sólidos e lixo hospitalar: uma discussão ética. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 11, p. 314-320, 1995.

FERREIRA, J.; ANJOS, L. A. Aspectos de saúde coletiva e ocupacional associados à gestão dos resíduos sólidos municipais. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 689-696, maio/jun. 2001.

GIANSANTI, R. **Série professor em ação: atividades para aulas de geografia**. 1. ed. São Paulo: Nova Espiral, 2009.

JOHNSTON, B. R. Human rights and the environment. **Human Ecology**, v. 23, p. 111-123, 1995.

LEITE, V. D.& LOPES, W. S., 2000. Avaliação dos Aspectos Sociais, Econômicos e Ambientais Causados pelo Lixão da Cidade de Campina Grande. In: IX Simpósio Luso-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, **Anais**, CD-ROM IV. Porto Seguro: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental.

MAGLIO, I. C., 2000. Gestão Ambiental dos Resíduos Sólidos – O Papel dos Municípios. In: 9o Simpósio Luso-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, **Anais**, CD-ROM VI. Porto Seguro: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2000.

MENDES, R. O Impacto dos efeitos da ocupação sobre a saúde dos trabalhadores. **Revista de Saúde Pública**, v. 22, p. 311-326, 1998.

NOGUEIRA DE SOUZA, G. B. Degradação ambiental e ocupação do solo na várzea do rio Ouricuri, Capanema (PA) In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 10., 2003, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <www.cibergeo.br>. Acesso em: 5 jun. 2012.

OLIVEIRA, C. **Lixo, reciclagem, reaproveitamento e clima: oficina do eixo temático erradicação da miséria**. Rede Mobilizadores. Fiocruz, Fundação Banco do Brasil e Eletronuclear, 2012.

PORTO, M. F. S. Saúde, ambiente e desenvolvimento: Reflexões sobre a experiência da COPASAD – Conferência Panamericana de Saúde e Ambiente no Contexto de Desenvolvimento Sustentável. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 3, p. 33-46, 1998.

ROCHA, J. C. S. **Função ambiental da cidade: direito ao meio ambiente urbano e cologicamente equilibrado**. São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira, 1999.

SILVA, A. C. N.; BERNARDES, R. S.; MORAES, L. R. S.; REIS J. D. P. Critérios adotados para seleção de indicadores de contaminação ambiental relacionados aos resíduos sólidos de serviços de saúde: uma proposta de avaliação. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 5, p. 1401-1409, set./out. 2002.

**APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MORADORES DO BAIRRO
CANGALHEIRO**

- 1) Quanto tempo mora no bairro Cangalheiro?
 - a) menos de 5 anos
 - b) mais de 5 anos
 - c) mais de 10 anos

- 2) O bairro Cangalheiro possui coleta de lixo regularmente?
 - a) SIM
 - b) NÃO

- 3) Qual o destino final dado ao lixo de sua residência?
 - a) coletado
 - b) incinerado
 - c) jogado a céu aberto

- 4) Você já presenciou lixo sendo jogado às margens do rio Itapecuru?
 - a) SIM
 - b) NÃO

- 5) Você acha que o rio Itapecuru possui alguma importância para o seu bairro e para a sua cidade?
 - a) SIM
 - b) NÃO

- 6) O lixo jogado no rio pode causar algum dano à saúde da comunidade?
 - a) SIM
 - b) NÃO

- 7) Você sabe para onde vai o esgoto produzido na sua residência?
 - a) SIM
 - b) NÃO

- 8) Você acha que o crescimento econômico está acima da preservação ambiental?
 - a) SIM
 - b) NÃO

- 9) Você já participou de alguma campanha educativa direcionada para a preservação do meio ambiente?
 - a) SIM
 - b) NÃO

- 10) Você acha que os maiores responsáveis pela poluição do bairro e do rio são os próprios moradores?
 - a) SIM
 - b) NÃO

OCUPAÇÃO DO ESPAÇO E OS MOVIMENTOS DE MASSA NAS ENCOSTAS DO MORRO DO ALECRIM EM CAXIAS-MA, NOS ÚLTIMOS SEIS ANOS

Claubert Lima Torres*

Vera Lucia Lopes de Barros*

RESUMO

Este artigo aborda a questão dos movimentos de massa nas encostas urbanas. Comenta-se sobre a problemática ambiental e sua importância na conscientização da sociedade para melhorar a relação com o meio ambiente e assim atender as necessidades da população presente sem comprometer as gerações futuras. Foi feito o diagnóstico ambiental da área que compreende o Morro do Alecrim, situado na periferia do Centro da cidade de Caxias-MA, através de levantamento bibliográfico, e visitas no local. Através do diagnóstico ambiental foi elaborada uma um Plano de Gestão de Encostas para o local apontando rumos a serem seguidos pelo poder público e pela sociedade em geral para evitar assim a ocorrência de eventos catastróficos.

Palavras-chave: Movimentos de massas. Meio ambiente. Encostas urbanas.

1 INTRODUÇÃO

A humanidade vive um momento histórico marcado por problemas que variam desde a disseminação de doenças infectocontagiosas até a degradação ininterrupta dos recursos naturais. Os fatores geradores de tais problemas são muito variados, englobando problemas que vão desde aspectos relacionados à economia de uma nação até as questões éticas, morais e culturais que permeiam a sociedade.

De acordo com Dias (1994), o ser humano está experimentando mudanças bruscas em seus valores culturais e sérias alterações no seu ambiente natural, o que vem comprometendo a qualidade de vida da população.

Atualmente a degradação ambiental está fortemente ligada a fatores de uso e ocupação do solo, uma vez que as formas de ocupação e manejo ocasionam o tipo e o grau de impacto, o qual atinge de maneira diferente o ambiente, seja o solo, o ar ou a água. (NOGUEIRA DE SOUZA, 2003).

Com tantos acontecimentos, fazem-se necessários, uma pesquisa que parte da problemática das encostas do morro do Alecrim, que é formada pelos bairros (Volta Redonda,

* Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão-UEMA.

* Doutora em Entomologia Médica pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - IMPA

Cangalheiro, Vila Lobão, e Centro) que apresentam problemas relacionados a movimentos de massa durante o período chuvoso, tendo em vista que ocorre mais no período chuvoso.

Segundo os autores Palu Júnior e Longo (2010) a demanda populacional surgida das ocupações de invasões, não podem pagar por uma área em bairros de uma boa infraestrutura, e começam a se instalar em áreas de risco, surgindo assim os bairros compostos pela população mais carente, migrantes na sua grande maioria da zona rural, passando a construir casas em áreas que não poderiam ser ocupadas, principalmente, ao longo das margens dos rios, ou seja, em áreas alagadas ou inundáveis periodicamente, impulsionando o surgimento da periferia, assim como, os processos de movimentos de massa.

A sede do município de Caxias está localizada nas coordenadas geográficas de - 3°25' 52", latitude sul e - 43°10'32", longitude oeste, fato esse que o coloca na Zona Tropical. localiza-se a aproximadamente 350 km da capital São Luis, Segundo dados do IBGE (2010), a sua população é de aproximadamente 155.000 habitantes, dos quais mais de 70% estão situados na área urbana do município.

O município ocupa uma área de relevos planos suavemente ondulados, e possui totais pluviométricos acima de 1.300 mm, anuais chuvas concentradas no mês de Abril, conforme Plano Diretor de Caxias-MA.

Nesse sentido o trabalho aborda a ocorrência de movimentos de massa nas encostas do Morro do Alecrim em Caxias-MA, através do reconhecimento do meio físico, que se estabelece e expande, de forma a considerar as suas limitações à ocupação humana. Além disso, procura avaliar dentro de uma escala temporal, como a desordenada ocupação humana pode ser capaz de potencializar as limitações naturais, restringindo a ocupação e aumentando a ocorrência de movimentos de massa.

A urbanização que vem se processando no município, aliada as condições climáticas e geomorfológicas contribuem para que em anos chuvosos, ocorram movimentos de massas nas encostas do morro. Vale ressaltar a visão de Selby (1993) em que os eventos catastróficos ocorrem com grandes dimensões principalmente devido a densidade demográfica e o poder aquisitivo da população local.

Em função dos problemas relacionados à degradação ambiental, tendo como principal objetivo compreender as causas e consequências dos movimentos de massa, que tanto têm afligido a população do Município. Foi analisada a urbanização visto que a mesma tem influenciado na ocorrência de movimentos de massa, através de um histórico de seu planejamento urbano, do crescimento populacional e da legislação do espaço urbano, bem como da ocupação do solo e sua relação com a incidência dos movimentos de massa.

Conforme Guerra (2007) define uma caracterização de seu quadro físico e, portanto, o clima, a cobertura vegetal, a geologia e o relevo são, para tal, analisados.

Assim as encostas do morro do Alecrim, se tornaram objeto de estudo partindo da hipótese de afirmar que o modelo de Selby (1993), também se aplica nessa região tendo em vista que a população que ocupa essa área é em sua maioria, de baixo poder aquisitivo, e estão ao longo das encostas. Dessa forma se tornando uma cidade que de acordo com (GONÇALVES, 1998). No entanto, é um exemplo de cidade onde o equilíbrio com a natureza foi rompido, o que pode ser observado pela incidência de movimentos de massa.

2 REVISÃO DE LITERATURA: CONSIDERAÇÕES SOBRE AMBIENTE URBANO

Nas cidades, de acordo com Lima (2001) os problemas ambientais derivam, em sua maioria, da falta de utilização de critérios apropriados para a utilização do meio físico. Geralmente não se considera no planejamento urbano, a capacidade de suporte do ambiente físico. Ao transformar a natureza, sem considerar a capacidade de suporte do ambiente, por meio da construção de estradas, casas e indústrias, por exemplo, a população urbana sofre com a diminuição da qualidade ambiental, o que pode interferir na qualidade de vida dos cidadãos.

O ser humano, ao transformar o meio ambiente a fim de torná-lo adequado às suas necessidades de conforme Toynbee (1974, p. 42) gera uma infinidade de problemas de caráter ambiental, que acabam repercutindo de modo negativo na qualidade de vida das populações. Desse modo, o planejamento ambiental urbano pode ser visto como uma forma de se prever atividades que possam acarretar danos ao meio ambiente.

De acordo com Lanna (1995, p. 18) o Planejamento Ambiental Urbano consiste em:

Um processo organizado de obtenção de informações, reflexão sobre os problemas e potencialidades de uma região, definição de metas e objetivos, definição de estratégias de ação, definição de projetos, atividades e ações, bem como definição do sistema de monitoramento e avaliação que irá retroalimentar o processo. Este processo visa organizar a atividade sócio-econômica no espaço, respeitando suas funções ecológicas, de forma a promover o desenvolvimento sustentável.

Portanto, o planejamento ambiental envolve uma gama de atividades que visam contribuir para a minimização dos processos de degradação ambiental, associado ao conceito de desenvolvimento sustentável.

Nessa direção, o planejamento ambiental urbano fundamenta-se na interação e integração dos sistemas que compõem o ambiente. Seu papel consiste em estabelecer as

relações entre os sistemas ecológicos e os processos da sociedade, das necessidades socioculturais e atividades e interesses econômicos, com o intuito de manter a máxima integridade possível dos seus elementos componentes. (SANTOS, 2004).

3 OCUPAÇÃO SOBRE ENCOSTAS EM ÁREAS URBANAS

As encostas são originárias de áreas terrosas, rochosas ou mistas quanto a esses aspectos, mesmo que tenham sofrido ações antrópicas, tais como cortes ou desmatamentos, dentre outras, as mesmas mantêm uma superfície natural inclinada presente nos flancos de morros, colinas e serras. (GUERRA; GUERRA, 1997).

Para Pedagogia (1998)

A busca da apropriação máxima dos precários espaços disponíveis pelas populações (lotes, espaços em favelas) leva à modificação da geometria das encostas, através de técnicas precárias, frequentemente manuais, de utilização propiciada pela grande espessura do regolito e suas coberturas, em especial nas regiões tropicais.

A dinâmica de processos naturais atuantes sobre as encostas é regida por eventos de erosão, transporte e deposição de material e, bem como por movimentos gravitacionais e de transporte de massa. Assim, no processo de retirada de material, seja pela ação gravitacional ou através de agentes do transporte de massa, se tem em ambos os casos, a atuação de fatores desencadeadores do processo de modelagem das encostas.

É também nas regiões tropicais que os processos erosivos e os movimentos de massa constituem-se nos principais reflexos da dinâmica dos processos físicos superficiais que, quando perturbados pelas ações impetradas pela apropriação do solo, intensificam sua atuação sobre as encostas.

Para Farah (2003), são diversas as demandas e imposições que levam às alterações em encostas urbanas, destacando-se entre elas:

- a) Retirada da cobertura vegetal natural;
- b) Movimentação de solo e consequentes alterações geométricas das encostas, causando exposição de solos profundos ou mesmo alterações nas condições de compactação a partir da realização de aterros com solos de características diferenciadas dos originais;
- c) Alterações do regime de escoamento e infiltração das águas pluviais, com possível aumento do fluxo concentrada de águas da chuva;
- d) Introdução de fontes de águas superficiais e sub-superficiais derivadas de redes de água e esgotos com vazamentos e fossas negras e sépticas;

- e) Despejo de materiais que causam sobrecarga sobre as encostas, como lixo e/ou entulho que, principalmente quando de período chuvoso, tornam-se encharcados e susceptíveis a movimentos por gravidade.

Nas cidades de médio e grande porte a desestabilização das encostas reflete a ocupação desordenada dessas superfícies nas periferias urbanas. Os processos de desestabilização iniciam-se com a retirada a cobertura vegetal, seguindo-se da realização de cortes de taludes para construção de casas, prédios ou mesmo abertura de vias de acesso que, com a ampliação e intensificação da ocupação, levam ao desencadeamento de processos de deposição final de lixo e águas servidas nas encostas. (FERNANDES; AMARAL, 1996).

No caso de centros urbanos que possuam áreas de fortes declives, espessos mantos de intemperismo e que estejam em processo de desmatamento, além de um regime de chuvas com altos índices pluviométricos concentrados em determinada estação do anos problemas de instabilidade são agravados, criando áreas potenciais a processos de degradação dos solos. (CUNHA; GUERRA, 1996).

4 METODOLOGIA

Nessa etapa será abordado a caracterização da área de estudo e os métodos empregados no trabalho para elaboração do diagnóstico ambiental.

4.1 Caracterização da área de estudo

A cidade de Caxias-MA, está situado na Zona Topical, e apresenta um clima tropical semi úmido, e uma das principais características desse tipo de clima justamente apresentar temperaturas Megatérmica, e um índice pluviométrico considerado como médio, tendo em vista que a media pluviométrica é de 1.292 mm, mas o detalhe é que a maior parte dessas precipitações ocorrem entre o verão e o outono.

Quanto ao relevo caracteriza basicamente por apresentar-se ligeiramente plano com algumas ondulações, destacando as ocorrências dos pontos mais elevados como o morro do Alecrim que é a área objeto de estudo, e outros morros como o da Barata, e Morro São Francisco. Ambos os morros estão sofrendo com alterações promovidas pelo homem.

Assim unindo as características climáticas, e de relevo junto com as características da vegetação, que por ser urbana é praticamente inexistente, pois a vegetação cede lugar a

construções, pois cada espaço é disputado a todo custo. Pelo fato do Morro do Alecrim esta situado próximo ao centro da cidade.

Os bairros que compõem o Morro do Alecrim, na encosta Leste (Vila Lobão e Castelo Branco); Encosta Oeste (Cangalheiro, e Centro); Encosta Norte (Centro); Encosta Sul (Volta Redonda). E no na área central estão localizados os bairros (Vila Alecrim e Morro do Alecrim). Assim apontando ao morro um alto grau de importância, tendo em vista ser uma referencias a vários bairros.

4.2 Metodologia de trabalho

A metodologia deste trabalho de pesquisa foi é baseado no modelo adotado por Cerri (1992). O método apresenta uma praticidade por possibilitar a avaliação dos riscos de movimentos de massas em encostas a partir das observações “*in locus*” de indicadores de instabilidade. Vale Ressaltar que algumas adaptações do método adotado foram necessárias em virtude das peculiaridades da área de estudo.

Assim o trabalho será realizado em três etapas, sendo a primeira através de um levantamento bibliográfico, a segunda etapa constitui o momento das visitas em campo para identificação das áreas que possuem o maior risco de movimento de massas, bem como as áreas que sofreram esse fenômeno nos últimos seis anos, além de levantamento de imagens. Na terceira etapa constitui uma abordagem sobre o planejamento e gestão das encostas urbanas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Abordaremos a seguir os seguintes aspectos desse trabalho: o diagnóstico ambiental da área e o Plano de Gestão das Encostas Urbanas.

5.1 Diagnóstico ambiental

O Morro do Alecrim, se destaca no cenário nacional como uma das áreas que aconteceu a Balaiada, fato esse que ocorreu ainda no século XIX, nesse período já era habitado pela população de baixo poder aquisitivo, sendo o bairro Cangalheiro o mais antigo da encosta do morro, e todos os outros bairros que formam a encosta são frutos de ocupações

e loteamentos ocorridos no século XX, onde a Volta Redonda é um loteamento da década de 70, a Vila Lobão da década de 80 e Vila Alecrim década de 90.

As ocupações se deram de forma desordenada, e as edificações todas de forma precária, assim as encostas se tornaram área de alta vulnerabilidade, pois expõem a população ao constante risco de deslizamento de terra. Esse tipo de risco se tornou notório principalmente nos anos de 2008, e 2009, quando o período chuvoso se estendeu mais que o normal, provocando assim muitos movimentos de massas em vários sentidos, sendo de forma mais grave os que ocorreram na encosta do bairro Cangalheiro em 2009.

As ocupações estão sempre ligadas a retirada da cobertura vegetal, deixando assim as áreas expostas aos agentes externos, facilitando assim a ocorrência de movimentos de massas de grandes proporções, sendo que os casos mais graves encontrados estão justamente relacionados a presença de lixo nas encostas, cortes no relevo para a construção de casas e retirada da cobertura vegetal.

Um dos grandes problemas encontrado na área está relacionado à presença do lixo nas encostas, conforme pode ser observado nas Imagens 1 e Imagem 2 do Apêndice, pois o lançamento do lixo em áreas de encostas constitui-se em fator desencadeador de processos erosivos ou movimentos de massa devido à gênese de cursos preferenciais para a água ou mesmo ao acúmulo da mesma ao longo da encosta.

Outro fator que gera problemas são as execuções de cortes em encostas para abertura de sistema viário ou para construção de residências, conforme pode ser observado nas Imagem 2e Imagem 3 e Imagem 4 do Apêndice, pois muitas vezes apresenta, inclinação e altura excessivas, incompatíveis com a resistência do material, o que possibilita a ocorrência de escorregamento.

Vale destacar que a retirada da cobertura vegetal, conforme as Imagem 1, Imagem 2, e Imagem 3 do Apêndice, é um dos fatores que mais influenciam nos eventos de movimento de massa, deixando a área instável suscetível a corrida de lama, e a surgimento de voçorocas.

5.2 Plano de Gestão das Encostas Urbanas

Os problemas ambientais gerados nas encostas urbanas, esta condicionado a variáveis locais referentes ao meio natural, em especial ao solo, relevo, cobertura vegetal, intensidade e pluviosidade do local, mas essas não são as únicas condicionantes para

ocorrência de movimentos de massas pois o fator social como as edificações, condições sanitárias e sistema viário podem ser também determinantes.

A área do morro do alecrim mescla essas características, tendo em vista que a cidade de Caxias por apresentar um período chuvoso de aproximadamente seis meses e em alguns anos se prolonga, gera assim a possibilidade dos movimentos, as encostas por serem ocupadas em sua maior parte pela população de baixa renda e aglomerada em casebres suscetíveis aos riscos geomorfológicos.

Os problemas que aparecem sempre que há uma maior intensidade das chuvas é possível de ser remediado, pois a construção de “Murros de Gabião” nas vertentes com declividade superior a 45° e que já foram cortadas para construção de casas ou ruas. E para uma maior eficiência as vertentes devem contar com um sistema de captação de águas pluviais, para evitar alagamentos em seu entorno evitando assim a saturação do solo.

No que diz respeito a ocupação do espaço com uma aplicação mais eficiente do Código de Postura do Município de Caxias, e o seguimento do Plano Diretor do Município de Caxias, será evitado a expansão ainda maior nas encostas do morro do Alecrim e consequentemente aplicaria assim também aos outros morros da cidade.

Outro grande problema encontrado no local que pode ser resolvido a curto prazo é o lixo lançado nas encostas, isso porque a coleta do lixo ocorre com frequência, e o lixo lançado nas encostas poderia ser evitado, mas para que isso ocorra é necessário uma conscientização da população que pode ser feita através de audiência pública, oficinas mostrando as vantagens de não jogar lixo no local.

Com isso é possível diminuir os impactos causados pelos movimentos de massa nas encostas do Morro do Alecrim, acontecendo às parcerias entre o Estado com obras de infraestrutura, conscientização e fiscalização do local, e a Comunidade através de conservação, e colaboração com as atividades propostas nos planos de melhorias.

6 CONCLUSÃO

Os problemas ambientais há muito tempo vem sendo colocada em pautas nas mais variadas ocasiões, e quando envolvem vidas humanas ela ganha ainda mais interesse, ocupando um lugar de destaque não só no meio acadêmico como nas mídias, políticas, e no meio social.

Os movimentos de massa que ocorrem em no Morro do Alecrim não estão entres os que viram notícias nacionais, mas chama atenção para que haja planejamento de gestão das

encostas urbanas, não só nas vertentes que contemplam os bairros mais elitizados, mas também contemplando os bairros mais pobres, e desse planejamento venha a contemplar não só o Morro do Alecrim, dentre outros morros que vem surgindo na cidade.

Os trabalhos que ocorreram nas áreas de estudo foram propostos para buscar as melhorias nas condições socioambientais do local, e para que isso ocorra será apresentado este trabalho ao Estado, e a Sociedade, para que cada um possa contribuir com a sua parte e assim gerar um ambiente mais saudável.

ABSTRACT

This paper addresses the issue of mass movements in urban slopes. It commented on environmental issues and their importance in society's understanding to improve the relationship with the environment and thus meet the needs of the present population without compromising future generations. He was diagnosed environmental area that comprises the Rosemary Hill, on the outskirts of the city center Caxias, MA, through literature review and site visits. Through the environmental assessment was drawn up a Plan of Management for the site slopes pointing directions to be followed by public power and the society at large so as to prevent the occurrence of catastrophic events.

Keywords: Mass movements. Environment. Urban slopes.

REFERÊNCIAS

- CERRI, L.E.S. Identificação, análise e cartografia de riscos geológicos associados a escorregamentos. In: **CONFERÊNCIA BRASILEIRA SOBRE ESTABILIDADES DE ENCOSTAS-COBRAE**, 1, 1992, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: ABGE. v. 3. p. 605-617.
- CAXIAS. Diário Oficial do Município de Caxias. **Plano Diretor de Caxias**. Atos do Poder Executivo Municipal, 2006.
- CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. **Degradação ambiental. Geomorfologia e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- FARAH, F. 2003. **Habitação e encostas**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas.
- FERNANDES, N. F.; AMARAL, C. P. do. Movimentos de massa: uma abordagem geológico-geomorfológico. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. **Geomorfologia e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 123-194.
- GONÇALVES, L. F. H. **Avaliação e diagnóstico da distribuição espacial e temporal dos movimentos de massa com a expansão da área urbana em Petrópolis - RJ**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro.
- GUERRA, A. J. T. **Geomorfologia urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

- _____. Processos erosivos nas encostas. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Org.). **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2007.
- GUERRA, A. J. T.; GUERRA, A. J. T. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.
- LANNA, A. E. L. **Gerenciamento de bacia hidrográfica: aspectos conceituais e metodológicos**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1995.
- NOGUEIRA DE SOUZA, G. B. Degradação ambiental e ocupação do solo na várzea do rio Ouricuri, Capanema (PA) In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 2003, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <www.cibergeo.br> Acesso em: 27/ abril. 2013.
- PALU JÚNIOR, A.; LONGO, O. C. Análise dos movimentos de massa em área urbana: o caso do bairro Dom Giocondo. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, Niteroi, 2010.
- PELLOGIA, A. **O homem e o ambiente geológico**. São Paulo: Xamã Editora, 1998.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- SELBY, M. J. **Controls on the stability and Inclination of Hillslopes Formed on Hard Rocks**. Earth Surface Processes and Landforms, 1993.
- TOYNBEE, A. **A sociedade do futuro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

APÊNDICE A – IMAGENS DO CAMPO DE ESTUDO

Imagem 1. Rua Nossa Senhora de Fátima, Divisa dos Bairro Volta Redonda, Vila Alecrim e Vila Lobão. Area onde a população joga lixo na encosta do morro, e retirada da cobertura vegetal, com corte no relevodeixando a inclinação de 90°



Imagem 2 - Rua 21 de Abril, Bairro Cangalheiro, área com solo descoberto, e lixo na encosta



Imagem 3 - Travessa Bela Vista, Bairro Cangalheiro, área que há intenso movimento de massa no período chuvoso



Imagem 4 - Travessa Bela Vista Entre os Bairro Vila Alecrim e Cangalheiro, área de intenso movimento de massas



PROCESSO LOGÍSTICO DO GRUPO BHG: estudo de caso do Solare Suítes American

Willian Barbosa Filho*

RESUMO

Com a globalização e a expansão dos mercados, ocorreu um fomento expressivo na competitividade por novos clientes, fazendo com que os hotéis se adequassem a esse cenário, praticando preços competitivos e ao mesmo tempo, buscando lucratividade e um posicionamento estratégico. Desta forma, as ferramentas da logística surgem como diferencial para viabilizar os processos hoteleiros, com o objetivo de satisfazer os clientes, reduzir custos e agregar valor aos serviços e produtos. O objetivo do presente trabalho é realizar um estudo de caso do Hotel Solare Suite American pertencente à rede de Hotéis BHG. O modelo proposto para embasar essa análise comparativa foi a Cadeia de Valor de Porter (1999) que mapeou todos os processos que constituem as atividades primárias e de apoio dos hotéis. A abordagem qualitativa foi escolhida para a viabilização do presente estudo, pesquisa e levantamento bibliográfico e o tratamento de dados com intuito de embasar os resultados.

Palavras-Chave: Processos logísticos. Cadeia de valor. Posicionamento estratégico. Rede de hotéis. Competitivo.

1 INTRODUÇÃO

Os hotéis além de oferecer repouso e conforto, também são responsáveis pela intermediação do somatório de processos executados que projetam, produzem, movimentam, comercializam, transportam e sustentam seus negócios de acordo com as variáveis do mercado e perfil da demanda.

Com base nesse pressuposto, a hotelaria se apresenta como uma das principais atividades geradora de receita na conjuntura econômica mundial do turismo. Esse desempenho está intimamente relacionado ao aumento de renda e sua distribuição, bem como a disponibilidade do tempo livre e outras facilidades propiciadas pelos processos tecnológicos. Em países desenvolvidos ele serve como forte indicador de progresso e quantifica os efeitos produzidos pela presença dos visitantes, através benefícios contábeis. (BENI, 2009).

Destacando, com base nisso, a capacidade do segmento hoteleiro para geração de renda e emprego e como vetor de fomento da cadeia produtiva do turismo.

Nos últimos anos com a globalização da economia, ocorreu um grande crescimento na concorrência. Por isso, os hotéis buscaram novas alternativas de se manter no

* Professor do Curso de Administração do IESF nas disciplinas de Marketing, Introdução a Administração e Gestão de Projetos. Graduado em turismo e analista técnico da Secretaria Municipal de Turismo no setor de promoção turística Especialista em marketing e gestão de projetos.

mercado, tornando as tarifas mais acessíveis e ao mesmo tempo, mantendo a lucratividade (CASTELLI, 2002). É neste cenário que a logística se constitui como uma opção para otimização dos processos, reduzindo gastos e tornando os hotéis mais competitivos.

Principalmente no âmbito das grandes redes hoteleiras que necessitam gerenciar variadas cadeias produtivas de acordo com as particularidades dos nichos de mercado que pretendem conquistar.

O presente estudo torna-se relevante pelo fato de existir pouca bibliografia sobre o assunto, principalmente no que tange aos processos logísticos de um empreendimento hoteleiro específico pertencente a uma rede de hotéis, bem como inovador.

O objetivo geral deste artigo é desenvolver um estudo de caso da rede de hotéis BHG e dos seus processos logísticos, especificamente o Solare Suítes American, dando ênfase à cadeia de valor desse empreendimento e importância das técnicas de logística como vantagem competitiva.

Sua abrangência baseia-se na interdisciplinaridade, já que está fundamentada na discussão referente a logística, posicionamento estratégico e hotelaria, tornando-se pertinente à medida que busca analisar a cadeia de suprimentos, estoques, vendas e pós venda dos empreendimentos hoteleiros, sua dinâmica espacial, infraestrutura, novas tecnologias e os ambientes comerciais. Tentando contextualizar os processos de gerenciamento logístico, com o fomento dos negócios, especificamente o setor hoteleiro.

O problema torna-se inovador, visto que busca realizar um estudo baseado no gerenciamento logístico de um hotel e os benefícios dessa gestão para obtenção de uma vantagem competitiva no mercado turístico de São Luís. Consistindo sua importância na necessidade de compreender a cadeia de valor desse hotel e sua influência no fomento turístico da capital maranhense.

A área de gestão hoteleira no Brasil tem passado por várias mudanças dentro do processo de gerenciamento, visto que no contexto econômico de globalização, os novos princípios de qualidade e competitividade ditam o posicionamento que os empreendimentos hoteleiros ocuparão no mercado.

Dentro deste contexto de novas percepções acerca do mundo das relações comerciais e organização e de maior controle dos processos, análise das tendências e da realidade empresarial global, configura-se como vantagem competitiva na gestão hoteleira, em face disto e das particularidades da cadeia produtiva do turismo, sazonalidade, alta e baixa estações, além das forças ambientais, reavaliar seus modelos de negócios se torna imprescindível para um crescimento sustentável desses empreendimentos no mercado nacional e local.

2 LOGISTICA

Segundo Bowersox e Closs (2001), a logística tem como objetivo central atingir um nível desejado de serviço ao cliente pelo menor custo total possível, tornando disponível serviço e produtos, onde são necessários no momento em que são desejados.

Então, podemos dizer que se o processo operacional logístico estiver próximo da matéria-prima, produtos semi-acabados ou estoque pronto para consumo, será mais bem aproveitado, pois assim, diminuiria os custos de movimentação e avarias no deslocamento, agregando mais valor a empresa.

Os clientes têm suas necessidades, e as empresas vem em busca satisfazê-las. Tendo em vista que o melhor caminho para que isso aconteça é a utilização das técnicas de logística. O serviço logístico básico é medido em termo de disponibilidade, desempenho operacional e confiabilidade de serviço oferecido ao cliente, dando-lhe a garantia que o produto chegará ao prazo previsto.

No setor hoteleiro esses pressupostos se traduzem na confiabilidade dos serviços oferecidos, com a intermediação e gestão eficiente do fluxo de informações e insumos de acordo com as necessidades e desejos dos hospedes.

Com base nisso, como veremos nos capítulos subsequentes, a evolução da logística e seus termos, bem como sua importância para a competitividade dos empreendimentos hoteleiros.

2.1 Um breve histórico da Logística

Segundo Lalonde (apud POZO, 2002, p. 15), a palavra logística deriva do grego e significa “a arte de calcular”. A logística existe desde o início da civilização, mas teve a sua interpretação inicial ligada a área militar, devido às estratégias utilizadas pelos generais para deslocar suas tropas, as munições, equipamentos e até a assistência aos feridos, para o campo de batalha, garantindo que os recursos estariam no local certo e na hora certa.

Apesar de a palavra logística existir desde os primórdios da civilização tendo seu reconhecimento somente com os militares, tendo em vista que o processo logístico nesse período não era reconhecido. Na década de 40 havia poucos estudos sobre o assunto, sendo a partir das décadas seguintes que as empresas começaram a demonstrar mais preocupação para com seus clientes, assim nascendo à logística empresarial. De acordo com Ballou (1993), quatro condições motivaram está mudança:

- a) Alterações nos padrões e atitudes da demanda dos consumidores;
- b) Pressão por custos nas empresas;
- c) Avanço na tecnologia de computadores;
- d) Experiência militar.

Ainda segundo Ballou (1993), os anos 70 vieram e vários fatores afetaram a economia dos EUA, e em seguida a economia mundial. Dentro das áreas afetadas nesse período a logística foi o mais afetado, pois os custos com a operação tornaram-se cada vez mais elevado, fazendo que os assuntos logísticos tornassem relevantes para alta administração.

No entanto, pode-se dizer que foi uma fase importante para o avanço do processo logístico, tendo em vista que nos anos seguintes foi dado mais importância ao assunto, não tendo uma visão de custo operacional, mais de um mercado que estava crescendo e precisava de melhorias para melhor atender os clientes.

Segundo Ballou (1993) muito antes de interessar aos homens de negócios, de forma organizada, a administração da logística militar já tinha se desenvolvido. De acordo com a frase difundida nos meios militares, atribuídas a diversos autores, mas que de tão importante é constantemente citado: “Amadores discutem tática e estratégica, profissionais discutem logística”.

Portanto, como o próprio autor relata em sua frase, a logística foi e continua sendo de fundamental importância, pois o processo de manuseio, controle e armazenagem foram fundamentais para a conquista tanto no contexto militar como de uma organização.

No âmbito do turismo, com o avanço tecnológico e aumento do fluxo de pessoas, a logística integra uma cadeia que visa subsidiar as experiências que os turistas terão de um determinado destino, sendo o setor hoteleiro um elo importante dentro dessa cadeia, já que está relacionado à hospitalidade, que é a forma como se acolhe os visitantes e ao aumento do tempo de permanência no destino, ampliando a oferta e equipamentos.

A partir disso, podemos evidenciar que, qualquer que seja a abordagem que queiram dar a evolução histórica da logística pode afirmar que a Logística sempre existiu, evoluiu e atualmente se relaciona com o desenho e operação capaz de promover e gerir fluxos de materiais e informações em uma operação, um projeto, um programa, uma organização ou em qualquer processo de negócio que tenha uma missão clara a ser cumprida.

Não restam dúvidas que o conceito de logística surgiu nas áreas militares, assim podemos citar uma frase Novaes (1989, pág. 58), que diz, “[...] assim como a batalha chegou a ser algo mais que um combate repetitivo de curta duração, foi necessário mais ou menos

organização e preparação dos meios para combater [...]”. Foi necessário preparar lugares ocultos, armadilhas meios de comunicação e prover alimentos aos combatentes que estavam impedidos de caçar por motivos militares, por um período mais longo que o usual. Esta etapa no desenvolvimento da guerra marca o começo da Logística.

Portanto, nas áreas de combate a logística se tornou algo fundamental, pois a utilizavam ao seu favor, mesmo sem o conhecimento profundo do processo, fizeram da logística algo essencial para quem iria ganhar o combate, reiterando Arbache (2006, p.43) que nos diz:

Com o amadurecimento dos mercados consumidores em países desenvolvidos e o surgimento de clientes mais sensíveis ao serviço e não apenas ligado ao preço, que optam por variedades de produtos nas prateleiras antes de se preocuparem com a marca (commodities), a partir deste momento é que a logística começou a ser encherada como uma arma estratégica na criação do valor, por permitir que produtos sem diferenciação pudessem destacar-se pelo serviço logístico.

Com base nisso, o consumidor teve papel fundamental no processo evolutivo da logística, pois passou a buscar uma variedade maior de produtos nas lojas, fazendo que a logística tenha sido encherada com outros olhos, perante os outros setores da organização.

Assim, podemos ver que hoje o mercado passa por mudanças contínuas, mais também podemos perceber que a comodidade se tornou algo extrema importância no mercado. Hoje as empresas de varejo especializaram-se em entregar seus produtos diretamente na casa dos clientes, agredando maior comodidade ao cliente por meio de um sistema logístico complexo que precisa tratar cada pedido individualmente separando-os em pequenas quantidades (lotes), agregando valor por meio de unidades individuais de fornecimento.

Sendo assim, o que pode ser verificado é que ao longo da história da logística segundo Razzoline (2006) coube ela denominações diversas tal como: distribuição, engenharia de distribuição, logística empresarial, logística de marketing, logística de distribuição, administração logística de materias, logística, sistema de resposta rápida, administração de cadeia de abastecimento, logística industrial. Embora denominações diferentes, as mesmas pareciam sempre à mesma coisa, isto é, a gestão do fluxo de bens de um ponto de origem a um ponto de consumo.

Pode ser observado que as atividades logísticas sempre foram administradas pelas empresas, sendo que elas só foram reagrupadas e aperfeiçoadas dentro das empresas. É visto a justificativa para pouca exploração no segmento logístico nessa época, é que nem o ambiente econômico nem a teoria estavam preparados para criar mudanças de atitudes, tendo como foco a administração de marketing e a própria administração que mudava seu foco da

produção para o mercado consumidor. Tendo como um período pós-guerra que colocou os EUA em processo de rápido crescimento, tendo como metas produzir e vender, para gerando altos lucros, fazendo que essa ineficiência no setor de distribuição de produto fosse tolerada. (BALLOU, 1993).

No entanto Razzoline (2006, p. 22), diz que "[...] apesar das varias mudanças na nomenclatura de logística, a mais aceita entre os profissionais da área, inclusive validada pelo Council of Supply Chain Management Professionals (CSCMP) é a expressão administração da logística [...]".

De acordo com Razzoline (2006) no processo evolutivo da logística se percebe que até meados da década de 80 as avaliações tradicionais estavam em profundos conflitos, pois o Marketing era avaliado em relação a sua participação no mercado, Engenharia de Pesquisa e Desenvolvimento eram avaliados pelo custo de novos produtos lançados, a Administração de Pedidos sobre o índice de atendimento. Sendo que não existia uma lógica integrada nesse processo. Foi nesse momento que surgiu o conceito de *Supply Chain* que veio trazer essa visão integradora ao processo logístico, em função de uma ótica centrada no atendimento ao cliente com eficiência e eficácia, aos menores custos possíveis, agregando valor aos produtos.

Tal processo pode ser explicado pelas profundas transformações ocorridas tanto no meio ambiente interno, quanto no meio ambiente externo das organizações, pois o papel da logística veio surgindo de acordo com as necessidades e transformações que foram ocorrendo dentro do ambiente, que exigem ou provocaram mudanças nos paradgmas organizacionais para assim, fazer frente as novas exigências do meio em que as organizações se situam. Como a cadeia de hotéis Travelodge que adotou um logística de instalação das suas estruturas físicas baseada em contêineres de aço, barateando seus custos com a construção de edifícios, facilitando o transporte dessas estruturas e possibilitando seus aumento e expansão de mercado.

Hoje se vê que a necessidade da logística cresceu e se transformou ao longo dos tempos estabelecendo paralelo entre as necessidades passadas e as necessidades atuais.

Com o crescimento contínuo da logística, verifica-se que o mercado atual exige mais rapidez e flexibilidade por parte das empresas. Exigindo que a organização busque cada vez mais da tecnologia para melhorar e garantir a entrega até o ponto final.

2.2 Definições de logística

Novaes (1989) afirma que ela é compreendida como todas as atividades de transporte, armazenagem e movimentação de materiais que consiste desde aquisição da matéria-prima onde o produto ainda está em sua fase primária, tendo em seguida a lapidação do produto, chegando em sua fase final que é aquisição do produto pelo cliente, onde será feito o processo final da logística que se consiste na entrega do produto ao cliente, desta forma o conceito de logística é moderno e não é específico para as atividades públicas ou privadas, sendo aplicável a qualquer atividade que utilize seus conceitos básicos.

Então, vimos que a logística é um processo que veio para beneficiar o cliente, pois onde ele estiver, terá seu produto entregue e nas condições desejada que segundo Novaes (1989, p. 52):

Logística consiste em fazer chegar à quantidade certa das mercadorias certas ao ponto certo, no tempo certo, nas condições e ao mínimo custo; a logística constitui-se num sistema global, formado pelo inter-relacionamento dos diversos segmentos ou setores que a compõem. Compreende a embalagem e a armazenagem, o manuseio, a movimentação e o transporte de um modo geral, a estocagem em trânsito e todo o transporte necessário, a recepção, o acondicionamento e a manipulação final, isto é, até o local de utilização do produto pelo cliente.

Assim, entende-se que logístico é o processo pelo qual se busca atender as necessidades dos clientes com o menor custo possível, com qualidade desde o ponto de início até a entrega da mercadoria.

Para Martins e Alt (2000, p. 252) “[...] a Logística é responsável pelo planejamento, operação e controle de todo o fluxo de mercadorias e informações, desde a fonte fornecedora até o consumidor”.

Então, podemos dizer que a logística está diretamente ligado com os processos administrativos, planejamento, direção, organização e controle, fazendo que as informações cheguem mais claras até o fim da operação.

De acordo com Machado (2007), a logística deve ser entendida como um composto em que as atividades de planejamento, operação e controle dos materiais se estendem ao cliente através das informações dos serviços prestados pela empresa que vão desde a produção até a entrega e muitas empresas já perceberam isso e se utilizam dessa estratégia para adquirirem um diferencial competitivo em relação aos seus concorrentes.

Atualmente, a logística se tornou fundamental ferramenta nas empresas, pois o ambiente que elas operam está cada vez mais complexo e altamente competitivo. As empresas buscam meios que minimizem seus custos no intuito de aumentar seus lucros, através de

ferramentas, como programas que ajudam minimizar tempo de entrega, redução de mão-de-obra e recursos físicos a fim de serem mais competitivas. (MACHADO, 2007).

Dessa forma, podemos perceber que se a logística estiver sendo corretamente aplicada, possibilita o desenvolvimento de estratégias que por sua vez diminuirá os custos e conseqüentemente o aumento na qualidade de serviço ofertado ao cliente, como afirmar Ballou (1993, p. 42):

Portanto, a Logística empresarial é o processo de planejamento, implementação e o controle do fluxo e armazenagem eficientes e de baixo custo de matérias-primas, estoque em processo, produto acabado e informações relacionadas, desde o ponto de origem até o ponto de consumo, com o objetivo de atender aos requisitos do cliente.

Reiterando Ballou (1993), a Logística empresarial não tem o mesmo significado para todas as pessoas, inclusive para aquelas que estão ativamente engajadas no assunto. Até o momento, o campo ainda não tem um título único para identificá-lo.

Uma amostra dos membros do conselho de administração da Distribuição Física norte-americana, mostrou que a área é representada por nomes como transportes, distribuição, distribuição física, suprimento e distribuição, administração de materiais, operações e logística.

Percebe, que até então a logística ainda não tem uma nomenclatura definida, sendo representados por vários nomes que compoem o segmento logístico.

A Logística é o processo de gerenciar estrategicamente a aquisição, movimentação e armazenagem de matérias, peças e produtos acabados (e os fluxos de informações correlatas) através da organização e seus canais de marketing, de modo a poder maximizar as lucratividades presente e futura através do atendimento dos pedidos a baixo custo. (CHRISTOPHER, 1997).

Portanto, na realidade que as empresas vivenciam são poucas as organizações que conduzem a logística com uma visão estratégica, sendo que, a maior parte a utiliza como uma visão de custo.

Através da atividade de transporte a logística consegue agregar o valor de lugar (o produto certo no local esperado pelo cliente, seja ele pessoa física ou jurídica) e, através dos estoques, consegue agregar valor temporal aos produtos (o produto certo na hora desejada pelo cliente). Para conseguir atender esses requisitos é necessário integrar todas as atividades dentro das funções logísticas ele interna e externa.

Com o passar dos anos, esse conceito foi evoluindo e uma nova concepção entrou em vigor, passou a existir a integração das diversas áreas envolvidas na produção, dimensionamento e layout de armazéns, alocação de produtos em depósito, transportes (roteirização, dimensionamento de frota de veículos), distribuição, seleção de fornecedores e

clientes externos, surgindo um novo conceito que é conhecido como supply chain ou logística integrada. (CHING, 2009).

Com o ambiente cada vez mais competitivo, aliado ao fenômeno globalização, exige que as empresas tenham maior agilidade, melhores performances e a constante procura por redução de custos. Neste universo de crescentes exigências em termos de produtividade e de qualidade de serviço oferecido aos clientes, a logística assume papel fundamental entre as diversas áreas que segmentam uma empresa para atingir suas metas diárias e objetivos.

2.3 Percepções estratégicas da logística

Segundo Ching (2009), a logística empresarial estuda como a administração pode viabilizar meios para melhorar o nível de rentabilidade nos serviços de distribuição aos clientes e consumidores através dos processos de planejamento, organização e controle das atividades de movimentação e armazenagem de mercadorias.

Hoje podemos dizer que a logística é um assunto vital, pois tanto os recursos quanto os consumidores não se encontram em um só lugar mais em vários lugares do mundo, espalhados em uma ampla área geográfica. Este é o problema enfrentado pela logística para suprir as necessidades dos consumidores, tendo em vista, diminuir a distância entre a produção e a demanda, de modo que os consumidores tenham bens e serviços quando e onde quiserem, e nas condições que desejarem.

A evolução da logística deu um nítido destaque ao setor hoteleiro, possibilitando com a utilização de instrumentos de controle e gerenciamento de custos e valores agregados na obtenção de uma vantagem competitiva no mercado turístico.

Com a globalização e a percepção de uma economia livre, é de responsabilidade das organizações promover os serviços logísticos necessários, sendo que podemos citar, dentro do contexto da hotelaria, o nível de serviço que consiste na convergência de todos os esforços dos processos logísticos do hotel para obtenção de um posicionamento estratégico, passando pela recepção até acomodação, processo dos pedidos e saída dos hóspedes.

Dentro disso, os parâmetros das empresas operam dentro de um ambiente de constantes mudanças no mercado, devido às diversas tecnologias, as alterações na economia e a disponibilidade de recursos. A logística e a própria administração vem mudando com as novas exigências de mercado. A logística assim representa uma nova visão empresarial.

A partir dessa nova visão global, as empresas vêm buscando novas ferramentas e estudando meios de transporte que pode ser utilizadas para melhor atender as necessidades

logísticas e com a hotelaria não poderia ser diferente, visto que a facilidade de acesso e os tipos de modais influem na oscilação da demanda e e fornecimento de insumos para o hotel.

2.4 Os modais da logística

De acordo com Bowersox e Closs (2001), existem cinco tipos de modais de transporte básicos que são: o ferroviário, o rodoviário, o aquaviário, o dutoviário e o aéreo.

Para Fleury et al. (2000), a importância relativa de cada modal pode ser medida em termos da quilometragem do sistema, volume de tráfego, receita e natureza da composição do tráfego, conforme tabela a seguir:

O autor afirma, ainda, que cada modal tem sua característica própria para atingir as necessidades e assim alcançar a satisfação dos clientes, que são elas: velocidade, disponibilidade, confiabilidade, capacidade e frequência, para que no final o serviço seja de qualidade.

Entende-se por modal, como a forma de transportar os mais variados tipos de produtos, seja por meio de transporte rodoviário, ferroviário, hidroviário, aeroviário ou dutoviário. O transporte é um considerável elemento de custo em toda a atividade comercial, ainda mais em um país com as dimensões continentais do Brasil.

Porém, com base nas características e formas de acesso a São Luís, será abordado apenas o modal rodoviário e aéreo que atualmente são responsáveis pelo maior fluxo de materiais e visitantes para São Luís.

2.4.1 Modal rodoviário

Sendo o modal rodoviário o mais utilizado no Brasil, devido à sua flexibilidade e à existência de rodovias ligando todo o território nacional, onde facilita o gerenciamento das cargas transportadas.

Segundo Ballou (1993), o transporte ferroviário é diferente do rodoviário, são rotas de curtas distâncias de produtos acabados ou semi-acabados. As principais vantagens do modal rodoviário são: a facilidade de entrega do produto no local do pedido; a frequência e disponibilidade dos serviços; transportadores contratados e a rapidez na entrega. Existem algumas formas de serviços rodoviários, que fazem parte as transportadoras regulares, frota privada, transportadores contratados e isentos.

Segundo Fleury et al. (2000), o modal rodoviário tem uma série de problemas estruturais, onde se destacam a informalidade, rodovias em péssimas condições, fragmentação do setor, uma frota envelhecida, insegurança, falta de regulamentação e o excesso de capacidade, onde resulta numa concorrência injusta e preços inferiores a que o mercado apresenta. Os caminhões que circulam pelo Brasil estão divididos da seguinte forma: 50% são de autônomos; 30% são de Empresas Transportadoras e 20% são de empresas que têm a sua própria frota. A frota de veículo com 1,8 milhões de unidades possui uma idade média de 10 anos. O roubo de cargas vem se tornando frequente nas estradas brasileiras, devido às suas péssimas condições, de segurança, dentre outros fatores, com isso deixam as cargas mais caras e quem paga por isso é o consumidor final. (VIANNA, 2002).

2.4.2 Modal aéreo

Tendo como parâmetro o modal aeroviário, Ballou (1993) nos diz que esse modal está sendo muito procurado, mesmo sendo de um alto custo, a sua vantagem está na velocidade de entrega do produto, principalmente para locais de longas distâncias e em termos de perdas e danos; geralmente precisam de menos embalagens de proteção que os outros modais. A disponibilidade e a confiabilidade do serviço aéreo podem ser consideradas boas sob condições de operações, a sua capacidade foi sempre restrita pelas dimensões físicas dos porões de cargas e pela capacidade do avião.

O mesmo autor afirma que existem três tipos de serviços aéreos, que são regulares contratuais e próprios, onde são oferecidos da seguinte forma: linhas-tronco domésticas regulares, linhas exclusivamente cargueiras, linhas locais, linhas suplementares, táxi aéreo, linha de alimentação regional e linhas internacionais.

Ratificando o mesmo autor que Ballou (1993), comparando-se a variabilidade deste modal com o seu tempo médio de entrega, a situação se inverte, pois se apresenta, então, como um dos modais menos confiáveis.

Com a desregularização do setor aéreo, customização dos serviços e redução nos custos e passagens aéreas, possibilitou o aquecimento do setor hoteleiro com o aumento do fluxo de visitantes. Destacando-se o crescimento da classe média brasileira, segundo a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC):

[...] o tráfego aéreo doméstico no Brasil, naturalmente relacionado ao turismo e suas vertentes, como o turismo de negócio também cresce de forma contínua, tendo subido 23,5% somente entre os anos de 2009 e 2010. Em 2010, mais de 70 milhões

de pessoas trafegaram internamente no Brasil, o que certamente gerou um crescimento na demanda por hotéis em todo o país.

Nos tempos atuais o Brasil vem passando por uma crise aérea onde, os produtos transportados não estão chegando ao seu ponto final com o prazo de entrega, com isso não adianta ter a velocidade se não se consegue atender às necessidades dos clientes na hora certa, não obtendo os melhores resultados, ou seja, não se conseguir aplicar as técnicas de logística.

2.4.3 Serviços intermodais

Este serviço vem sendo bastante requisitado nos últimos anos, não só por ter um evidente benefício de economia, mas também pelo aumento da demanda dessa nova utilização internacional. A sua principal característica é a facilidade de trocas de um modal para outros, ou seja, uma mercadoria é transportada via modal rodoviário até certo ponto, então, ela é passada para outro tipo de modal, se por algum motivo o modal citado não puder levar a carga até o destino final, existe a necessidade de utilização de outro modal. Um modal é transportado ou combinado por outro para que possa ser feita a entrega da mercadoria.

De acordo com Ballou (1993), existem dez combinações de serviço integrado: (1) ferro-dutoviário, (2) ferro-hidroviário, (3) Ferro-aereoviário, (4) ferro-dutoviário, (5) rodo-aéreo, (6) rodo-hidroviário, (7) rodo-dutoviário, (9) hidro-aéreo e (10) aero-dutoviário, nem todas essas combinações mostram-se praticadas, mesmo as que são viáveis são pouco aceitáveis. O equipamento que é mais utilizado nesse sistema e o contêiner.

Segundo Fleury, os principais fatores para evolução dos serviços intermodais no Brasil estão relacionados com ações infraestruturais:

Os principais fatores para evolução da intermodalidade no Brasil estão relacionados com ações infra-estruturais que dependem de investimentos privados e públicos, regulamentação do OTM e investimentos em ativos que viabilizem esta prática e também do posicionamento das empresas em avaliar sistematicamente as alternativas que estão surgindo. (FLEURY et al., 2000, p. 151).

Para este autor, a tecnologia da informação é um fator muito importante para o desenvolvimento da integração dos modais, disponibilizando informações sobre as cargas transportadas para um melhor gerenciamento.

Segundo Bowersox (2001), os cinco tipos básicos de modais de transporte são o ferroviário, o rodoviário, o aeroviário, o aquaviário ou hidroviário e o dutoviário. Cada um possui uma importância relativa, que pode ser medida de acordo com a quilometragem, volume de tráfego, receita e natureza da composição do tráfego.

Esses modais possuem algumas características operacionais: a velocidade, que refere-se ao tempo de movimentação em cada rota, também conhecido como transit time; a disponibilidade, ou seja, a capacidade de atender a qualquer origem e/ou destino; a confiabilidade, que trata-se da variação potencial das entregas esperadas ou divulgadas.

Essa integração intermodal observe-se no contexto do parque hoteleiro através do transporte rodoviário combinado com o aeroviário, com controle dos processos de pedidos, movimentação de cargas e prazos. Sendo que nas grandes redes hoteleiras, essa movimentação e pedidos são padronizados e centralizados usando poucos fornecedores que atendem toda cadeia, barateando os preços e fretes.

2.5 Processos logísticos como ferramenta de posicionamento estratégico

A necessidade de avaliar a posição e atuação da empresa em relação ao seu ambiente, visualizando suas oportunidades e ameaças, além dos pontos fortes e fracos, impulsiona a utilização e surgimento de novas técnicas e instrumentos gerenciais capazes de analisar a estrutura competitiva da empresa. Sendo essa posição, para Aaker (apud MONTE, 1998, p. 46):

[...] diferentes coisas para diferentes pessoas. Para alguns, é a decisão de segmentar, para outros, a questão da imagem. Para a maioria, a opção através da qual as características do produto são destacadas. Porém, poucos gerentes consideram todas as alternativas anteriores [...]

Consistindo essa posição no espaço ocupado pela organização no mercado e na cabeça do seu público-alvo. Sendo o posicionamento, o planejamento dessa posição, através da identificação e estabelecimento de uma oferta diferenciada em um espaço distinto no mercado, objetivando torna-se mais atraente para seu público-alvo e consolidar-se nas suas mentes, pois este processo possibilita o ajuste dos compostos de marketing a cada segmento-alvo. (KOTLER; ARMSTRONG, 1998).

Enfatizando Toledo e Hemzo (1991, p. 12-13) “[...] a importância do posicionamento, que reside no fato de que ele estimula os consumidores a desenvolverem considerações acerca de uma marca/empresa, além de contribuir para que o público-alvo diferencie as marcas/empresas concorrentes [...]”. E dentro da literatura administrativa existem duas orientações do posicionamento, a operacional e estratégica, conforme Alcaniz e López (2000, p. 31):

O posicionamento da oferta de marketing induz ao marketing mix (preço distribuição, produto e promoção) como fatores de sucesso e têm caráter tático/operacional, opera no curto/médio prazos e consideram concorrentes todas as

ofertas percebidas como igualmente adequadas a uma situação de uso ou contexto de aplicação. Já o posicionamento estratégico expande a atuação para outros fatores de sucesso do negócio, como a tecnologia, usa um horizonte de longo prazo e emprega um contexto de análise amplo em variedade e quantidade de dimensões estratégicas.

E do exposto pelo autor pode-se auferir que o posicionamento estratégico está focado no mercado organizacional, com intuito de criar um espaço a ser ocupado no cenário competitivo. Atestando essas considerações expostas pelos autores consultados, percebe-se a intrínseca relação da diferenciação e do estabelecimento de lugar ideal na mente dos consumidores na composição do conceito de fortalecimento da imagem, como reafirmar Kotler (1998, p. 265) “[...] que posicionamento é o ato de desenvolver a oferta e a imagem da empresa, de maneira que ocupem uma posição competitiva distinta e significativa nas mentes dos consumidores- alvos [...]”.

E na logística essa concepção destaca a relevância da diferenciação no tratamento da oferta com intuito de obter uma vantagem competitiva no mercado e na mente dos clientes, configurando-se como uma poderosa estratégia de fomento dos serviços e atividades inerentes ao setor hoteleiro, já que a diferenciação configura-se como principal impulsionadora do deslocamento turístico Waimberg (2003), criando uma percepção diferenciada no público-alvo, através da adaptação e formatação dos recursos turísticos aos desejos deles.

E salientado o que foi exposto, a definição desse público-alvo consiste na segmentação do mercado, que segundo Lovelock e Wright (2002, p. 131) pode ser definida como o processo de identificação de:

[...] grupos de clientes existentes e potenciais que compartilham as mesmas características, necessidades, comportamento de compra ou padrões de consumo [...] de maneira na maior similaridade possível quanto às características relevantes dentro de cada segmento, mas diferenciadas nessas mesmas características entre cada segmento.

Consistindo o sucesso das organizações situadas no setor de serviços na sua capacidade de identificação desses grupos de clientes, adequando suas estratégias e mix de marketing a esses segmentos-alvos, sendo que no setor turístico, quanto ocorrem alterações nos desejos dos turistas e uma única estratégia já não consegue atender a especificidade desses desejos, surge à necessidade de segmentar o mercado com base na busca de diferenciais que assegurem uma clientela satisfeita e identificada com seu produto (BENI, 1998). Pois a partir desse processo de identificação, e conseqüente segmentação, as oportunidades são definidas e são delineados os grupos de consumidores no mercado com características diferenciadas entre si e distintas de outros segmentos.

Las Casas (1989, p. 110), define segmentação como “o processo de agregação de consumidores com características homogêneas, diferenciadas de outros grupos, com o objetivo de planejar programas de marketing que se aproximem mais da satisfação de desejos e necessidades do grupo ou grupos escolhidos como mercados-alvo”. Reiterando o fato de que a segmentação é uma técnica ou estratégia, essa possui uma relação estreita com o marketing estratégico, como diz Kotler (2000, p. 234, grifo nosso), “[...] o ponto central do *marketing estratégico* moderno pode ser descrito como marketing SAP – *segmentação, alvo e posicionamento*.” Em outras palavras a direção voltada para o marketing pode influenciar o processo de segmentação.

E no ramo hoteleiro a segmentação permite a seleção de mercados-alvos através da decomposição de grupos homogêneos ou da seleção destes em mercados heterogêneos, possibilitando o conhecimento dos principais destinos geográficos e tipos de transporte, da composição demográfica dos turistas, como faixa etária e ciclo de vida e nível econômico (BENI, 1998). Estabelecendo com essas informações critérios que orientam na delimitação dos segmentos, consistindo na reestruturação e adaptação, por agrupamento de turistas, o turismo de lazer; de negócios ou compras; de eventos (congressos, convenções, feiras, encontros e similares); terceira idade, ou melhor, idade; desportivo; ecológico; rural; de aventura; religioso; cultural; científico; gastronômico; estudantil; familiar e de amigos; de saúde ou médico-terapêutico (RODRIGUES, 2003). Sendo a aplicação dessa ferramenta no ambiente organizacional dos hotéis, de acordo com aporte teórico que foi exposto, de grande importância, já que a estratégia mais adequada perpassa pela satisfação dos desejos e escolha dos mercados-alvos.

Com base nesses pressupostos, destaca-se a cadeia de valor como uma ferramenta estratégica que se constitui como um conjunto de atividades desempenhadas por uma organização, que abrange as fontes de matéria-prima básica, fornecedores, ciclos de produção de venda, até a fase de distribuição final.

Já o setor hoteleiro, adota o enfoque da cadeia de valor sob a perspectiva de valor agregado, nas compras, seus processos internos, suas funções, seus produtos e seus consumidores.

Também é considerado o custo e a qualidade dos produtos que se configuram como vantagens competitivas que a organização dispõe, em relação a outras empresas inseridas no mesmo ramo, e que são fruto da sua capacidades de eficácia e eficiência.

Na atividade primária, a logística compõe-se, tanto interna quanto externa, das atividades relacionadas com a comercialização e a promoção do produto, com seu

marketing, vendas e serviços onde encontra o pós-venda que vai acrescentar valor ao produto oferecido.

Já as atividades de apoio estão relacionadas com a infraestrutura do hotel, a gestão de Recursos Humanos, o desenvolvimento tecnológico e a aquisição de matéria prima, responsáveis pela execução das atividades primárias da empresa.

No mercado hoteleiro de São Luís essas estratégias são fundamentais para sobrevivência e amenização da sazonalidade, como a segmentação e ampliação dos serviços, localização e atividades primárias e de apoio. E das características e perfil do ramo hoteleiro de São Luís, além dos seus termos, evolução e definições, serão mais bem esclarecidas a seguir.

2.6 Processos logísticos na hoteleira

Segundo a Associação Brasileira de Indústria de Hotéis (2013) a indústria hoteleira brasileira possui aproximadamente 18 mil meios de hospedagem, é responsável pela geração de cerca de um milhão de empregos, entre diretos e indiretos, gera uma receita bruta em torno de U\$ 2 bilhões e possui um patrimônio imobilizado em torno de U\$ 10 bilhões, além de ser fonte arrecadadora de mais de U\$ 400 milhões em impostos e taxas.

Neste cenário competitivo, as empresas deste setor precisam se adaptar e reavaliar periodicamente sua gestão, bem como suas operações estratégicas. Para Catarino (1999), a gestão hoteleira (baseada exclusivamente na maximização da taxa de ocupação) tornou-se obsoleta, uma vez que quando se aborda logística no âmbito interno de uma organização, podem-se agregar outros serviços, como restaurantes, centro de estética, academias, estrutura de eventos e negócios e outros equipamentos que exigem gestão adequada dos insumos e fluxo adequado de materiais e informações, constituindo uma estratégia para otimizar a receita dos empreendimentos hoteleiros e minimizar a sazonalidade.

Segundo Castelli (1992), o hotel é um estabelecimento comercial de hospedagem, que oferece aposentos mobiliados, com banheiro privativo, para ocupação iminente ou temporária, oferecendo serviço completo de alimentação, além dos demais serviços inerentes à atividade hoteleira.

Sendo assim, a essência da hospedagem está em atender as necessidades das pessoas proporcionando além de uma local para dormir, uma gama de serviços que podem constituir um diferencial na fidelização dos clientes. Necessitando de mão-de-obra qualificada, eficiência na operacionalização dos serviços e tecnologia de informação.

Ainda segundo ABIH (2006) hotelaria é um empreendimento de base imobiliária cujo objetivo é prover hospedagem temporária e atendimento de necessidades dos seus usuários. Um hotel deve possuir sistemas que atendam os desejos e necessidades dos hóspedes, por exemplo, apartamentos confortáveis, disponibilidade de lazer e suportar as atividades de trabalho dos seus hóspedes.

Reiterando esse conceito à relevância da infraestrutura e serviços que se dividem em primários (logística de entrada, operações de acomodação, logística de saída, marketing e pós-venda) e secundários (administrativo, financeiro, suprimentos, tecnologia de informação e recursos humanos) e que constituem uma diferenciação da oferta, configurando-se como fator de atração de um público cada vez mais exigente que busca, além de escapar do cotidiano, novos serviços e atendimento diferenciado.

Segundo Petrocchi (2003), o produto turístico é constituído por três serviços básicos: o transporte, a hospedagem e o atrativo, sendo a Hotelaria e o Turismo um binômio inseparável.

Já para Beni (1998) a empresa hoteleira, um dos elementos essenciais da infraestrutura turística, constitui um dos suportes básicos para o desenvolvimento do Turismo num país.

Atualmente a preocupação do setor hoteleiro se baseia no atendimento e diversificação dos serviços oferecidos aos hóspedes. Os processos e funcionários devem ser qualificados com base em modernas técnicas e direcionados especificamente para o atendimento setorial.

Nesse aspecto a logística, conforme foi exposto, tem um importante papel no fluxo de materiais e informações dentro do sistema hoteleiro, destacando-se a intermediação dos serviços ao cliente que são as atividades produtivas (preparação dos apartamentos, serviço de quarto, restaurantes etc.) e as atividades de marketing e vendas.

Bem como a gestão de suprimentos, que abrange o setor de compras, é responsável por abastecer todos os setores de serviços do hotel, já que as solicitações dos hóspedes devem ser totalmente satisfeitas, exigindo os produtos na hora certa e no exato local que são pedidos, assim como os estoques que precisam de uma gestão eficiente com intuito de evitar excessos e perdas.

Além da movimentação dos suprimentos e produtos que requer instalações físicas adequadas, tecnologia e mão-de-obra qualificada.

Ainda Segundo Viana (2000), na gestão logísticas de hotéis, os níveis de cada item e do próprio estoque como um todo devem ser revistos e atualizados periódica e

constantemente para evitar problemas provocados em razão de maior demanda ou de sua redução, e alterações nos tempos de reposição.

Com base nisso, esse autor, destaca alguns aspectos importantes, isto é, o conhecimento da demanda e a obtenção dos materiais e como eles podem influenciar decisivamente no gerenciamento do estoque.

Uma análise da formação de estoque no âmbito da hotelaria, portanto, deve levar em consideração quatro fatores primordiais, que de acordo com Viana (2000) pode-se destacar a demanda que possui o propósito intrínseco de tentar reduzir a incerteza. Buscando conhecer hoje, tanto quanto possível, as condições que poderão surgir ou que vão prevalecer no futuro.

Embora não seja viável eliminar por completo as incertezas é necessária uma antecipação das necessidades. Sendo assim, distinguem-se três tipos de demanda: a demanda atual (trata-se de uma demanda já conhecida, ou seja, com comportamento previsível de consumo); demanda potencial (demanda que dependendo do perfil do consumidor requer uma aquisição de novos insumos ou criação de novos serviços), e demanda sob incerteza (neste tipo, há total desconhecimento com relação às possibilidades dos vários níveis de demanda futura).

Já na obtenção do material as empresas hoteleiras, podem obter internamente, mercado local, ou por intermédio de um fornecedor externo. Nesse último caso, as decisões de estoque podem afetar o processo de programação da produção, bem como o abastecimento da linha de serviços, pois variáveis como infraestrutura e tributação influenciam no produto final.

Bem como o processo de decisão de abastecimento de um estoque, visto que a compra pode ser contínua ou periódica.

Além do tempo de obtenção desses materiais, pois a obtenção de material, normalmente envolve o período que vai desde a emissão do pedido de compra até o momento efetivo do recebimento, quando o material pode ser disponibilizado para uso.

Dentro desse contexto no mercado hoteleiro de São Luís, esses fatores estão atrelados ao turismo de negócios e ao atendimento das operações inerentes a essa atividade, como suprimentos de alimentos e bebidas, equipamentos audiovisuais, transporte de equipamentos, sinalização, remoção de lixo, segurança, etc.

Configurando a mão-de-obra qualificada como um fator diferencial dentro dessa cadeia de valor, que de acordo com esse pressuposto, Casteli (2002) afirma:

[...] que o aumento da participação das pessoas no turismo fez com que as empresas hoteleiras, um dos principais suportes do roteiro turístico, expandissem, exigindo uma formação especializada dos recursos humanos para todos os setores que formam a estrutura organizacional do hotel.

Sendo assim os profissionais da cadeia hoteleira precisam ter uma visão holística dos processos que permitem o fluxo eficiente de materiais e informações, correspondendo às expectativas de alta qualidade dos serviços exigidos pelo mercado turístico.

Que conforme Carvalho (2009), Meira (2011) e Reis (2007), o valor pode ser agregado através de benefícios intrínsecos, ou seja, físicos, inerentes ao produto, o benefícios intangíveis, onde pode ser destacada a prestação de serviços. Os benefícios intrínsecos são cada vez menos diferenciadores, uma vez que os produtos ofertados no mercado são cada vez mais semelhantes. Já os benefícios intangíveis são os grandes responsáveis pela diferenciação e obtenção de vantagem competitiva, devido principalmente ao caráter emocional que determinada empresa ou marca causa em seus clientes. Os produtos dependem dos serviços para ter uma boa colocação no mercado e manter um alto nível de relacionamento entre empresa e cliente.

Destacando os autores, que os serviços constituem um diferencial caso sejam exercidos com eficiência, organização e controle, configurando-se como uma vantagem competitiva no concorrido mercado turístico.

3 ESTUDO DE CASO: processo logístico do Solare Suítes American

As redes hoteleiras possuem capacidade de expandir-se horizontalmente com intuito de obter economia de escala, utilizando técnicas e tecnologia superior as das empresas locais, transcendendo as fronteiras de mercado.

Tal avanço exigiu do trade hoteleiro local mudanças, já que a sobrevivência desses empreendimentos já instalados no mercado ludovicense perpassa pela adaptação de práticas como flexibilidade na produção, gerenciamento dos processos logísticos e marketing, objetivando a diminuição dos custos.

A partir dessa realidade, a gestão de cadeia de valor configura-se como instrumento valioso para ampliação de espaços no mercado ou para manutenção de um posicionamento ou marca.

Como afirma Bull (1994) que relaciona alguns fatores que são intrínsecos a cadeia de valor como:

- a) Técnicas logísticas e experiência acumulada;
- b) Acesso à tecnologia sofisticada;
- c) Fontes mais amplas e baratas de pessoal;
- d) Planificação e competência para a preparação de pessoal;
- e) Sistemas informatizados e de contabilidade.

Com a conseqüente modernização do setor hoteleiro devido às incertezas e mudanças no mercado, podemos citar como exemplo de grande rede hoteleira responsável por essas modificações o grupo **BHG – Brazil Hospitality Group** que adquiriu os hotéis do grupo Solare e atualmente é responsável pela operação de sete hotéis em **São Luís** (MA), nas categorias budget (Soft Inn), econômico (Expresso XXI) e midscale (BHG Hotéis e Suítes), entre eles o Solare Suítes American, totalizando 858 quartos. Além destes, opera o hotel de luxo Gran BHG Lençóis Resort com 242 quartos, na cidade de Barreirinhas, localizado à beira do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

O grupo atua na administração de hotéis e em investimento de imóveis hoteleiros na América do Sul, tendo como foco o mercado brasileiro. Especificamente o mercado de turismo de negócios, privilegiando aquisição de empreendimentos em áreas urbanas centrais e de fáceis acessos, sendo o perfil deles destinos com alta demanda por turismo de negócios. Visto que a sazonalidade do turismo de lazer comparada a de negócios possui diferenças, já que o primeiro devido seu perfil a demanda é contínua enquanto o segundo oscila.

Dessa forma opera os seus empreendimentos de três formas:

- a) Aquisição de hotéis;
- b) Administração de hotéis de propriedade de terceiros;
- c) Desenvolvimento de novos hotéis em locais estratégicos.

Com base nessa estratégia e nas características do mercado hoteleiro, sendo administrados por famílias ou pequenas empresas, tal cenário fomenta atuação e a consolidação do mercado por meio da aquisição ou administração de hotéis por players institucionais como o BHG.

Para subsidiar essa economia de escala é necessário o gerenciamento e convergência dos processos em uma cadeia coesa que agregue valor aos serviços e posicione a rede BHG como referencia em excelência operacional e gestão hoteleira.

Tomando como referencia as estratégias e forma de administração da rede BHG no mercado da capital maranhense, podemos citar o hotel Solare Suítes American que se localiza na praia, bairro da Ponta d'Areia, a 30 minutos do Aeroporto Cunha Machado e 8 minutos do Centro Histórico, evidenciando a estratégia e posicionamento estratégico do BHG,

conforme foi apresentado anteriormente, com infraestrutura adaptada para eventos, reuniões, convenções e videoconferência, consistindo sua cadeia de processos de apoio constituída por reservas e cotações efetuadas por e-mail, com o intuito de obter um produto rentável com o custo favorável.

As compras de grande porte (enxoval/material limpeza/amenities) são feitas pelo corporativo da BHG, no Rio de Janeiro. A solicitação é feita pela unidade até o dia 10 do mês corrente e com um espaço médio de 07 dias a mercadoria chega ao empreendimento.

Usam muito pouco os serviços de fornecedores locais, obtendo apenas aquisição de materiais de escritório e manutenção da piscina, pois segundo a senhora Darinalva Mafra, assistente financeiro do hotel, pedidos com fornecedores da cidade faria o custo subir, pois o frete customizaria a forma de aquisição dos produtos onerando os serviços e produtos.

Com relação ao transporte (frete) dos insumos para o hotel, em sua maioria é CIF (onde o vendedor assume o custo, seguro e frete).

Internamente a movimentação de insumos é realizada, dentro dos carros apropriados de camareiras, zeladores e manutenções, em seus devidos lugares e repartições. O armazenamento do material de limpeza, manutenção e enxoval ficam em alas separadas, etiquetados e enumerados.

As contratações são feitas pela gerente de RH da regional Maranhão da BHG que entra em contato com os candidatos em potencial para preencher a vacância, marcando uma entrevista. São aplicados testes de acordo com a área, dinâmicas em grupo, entrevistas e um questionário de avaliação pessoal.

Após aprovação o candidato é encaminhado ao escritório central para junto ao RH retirar a lista com a documentação requerida para apresentação imediata. A sinalização é feita nos murais, onde colocados os avisos.

O hotel possui um sistema de gerenciamento de qualidade estruturado de acordo com as diretrizes e política da BHG.

Com auditorias periódicas realizadas por uma empresa terceirizada que avalia os processos e procurar aperfeiçoar os procedimentos. Pelo fato de pertencer a uma rede, existem limitações, já que muitos procedimentos são centralizados. As equipes de trabalho e líderes de cada setor são escolhidos pelo, corporativo da cadeia BHG, que está situado no Rio de Janeiro.

Os procedimentos básicos operacionalizados no hotel, podemos citar os check-in, check-out, arrumação e limpeza das unidades habitacionais, limpeza das áreas sociais, café da

manhã, processamento de pedidos, almoço, jantar, recebimento de material, segurança entre outros.

Outras atividades são terceirizadas como estacionamento, lavanderia, contabilidade e a divulgação do hotel são realizados pelo corporativo da rede BHG. A comunicação interna é realizada via rádio ou telefone, sem uso de intranet.

4 RESULTADOS

As atividades primárias do hotel Solare Suítes American são constituídas pela logística de entrada, processos relacionados com a marcação de reservas, recepção e controle de inventário. Bem como as operações que abrange toda maquinaria, equipamentos e serviços de operacionalização, manutenção e limpeza do hotel.

Já na logística de saída temos as atividades externas e internas relacionadas com a entrega do produto. E os serviços de marketing e pós-venda são os processos usados para atrair e conquistar clientes, além de possibilitar a manutenção do posicionamento do hotel no mercado, assim como o relacionamento com os clientes.

Temos os setores administrativos e financeiros responsáveis pela aquisição de insumos, contabilidade, financeiros e controle de qualidade. O setor de recursos humanos tem um papel importantíssimo, visto que o capital humano é que determina o sucesso e vantagem competitiva da empresa.

A tecnologia é responsável pela agilização dos processos e comunicação, possibilitando diferencial competitivo na empresa e os suprimentos que está relacionado a organização, transporte, movimentação, armazenagem e estoque dos produtos.

Portanto, infere-se dessa análise, que a vantagem competitiva do processo logístico do hotel Solare Suítes American está relacionada as subatividades de terceirização dos processos, uso de poucos de fornecedores, centralização dos processos de compras e pedidos e por esta vinculado a uma grande de hotéis com foco no turismo corporativo, que constitui a maior da demanda de visitantes para São Luís.

5 CONCLUSÃO

Do aporte teórico que foi exposto, tem-se que a gestão logística e técnicas possuem um papel relevante para o fomento setor hoteleiro, enquanto atrativo turístico. E reiterando, esta pesquisa procurou desenvolver através de um exaustivo estudo os

esclarecimentos e elucidações necessárias dos temas relacionados à análise do panorama do parque hoteleiro de São Luís, apontando as características e estratégica no atual cenário globalizado e altamente competitivo. Enfatizando as mudanças rápidas e a flexibilidade como estratégias de diferenciação, sendo estas fundamentais para a construção de um posicionamento estratégico nos mercados-alvos.

E ainda sobre a fundamentação teórica, foram apontadas as definições e benefícios do gerenciamento logístico para hotelaria. Focando-se nas estratégias das grandes redes hoteleiras.

As indagações que apareceram quando do objeto de estudo foram respondidas no decorrer da pesquisa, pois o que se buscava é definir a importância da gestão logística para hotelaria e análise desses processos no mercado turístico de São Luís. Apontando as contribuições e benefícios da adoção de estratégias no planejamento do turismo.

Esta pesquisa conseguiu alcançar seu objetivo essencial que foi embasar estudos futuros e pesquisas posteriores, constituindo-se em um estudo não acabado, não finalista. Propondo assim, pesquisas futuras sobre a atividade investigada durante este estudo, já que este teve algumas limitações, que o caracterizam como pesquisa não conclusiva.

Como parte da infraestrutura turística da cidade, percebe-se que os meios de hospedagem se tornam fator de fundamental importância no desenvolvimento da cidade, bem como das atividades turísticas em geral.

Em São Luís, a atividade hoteleira está em franca expansão. Percebe-se isso pelo número de UHs que de 200 a 2009 cresceu 76,04% e são distribuídos em diferentes regiões da cidade e para vários perfis de hóspedes, fato observado no preço das diárias elencados nas categorias SEC (super econômico), SUP (superior), LUX (luxo) e TOP (super luxo).

Observa-se ainda a presença das Redes Internacionais e Nacionais, que se somando aos independentes, contribui para a oferta de um serviço de maior qualidade e colocam a cidade em um patamar apto a novos investimentos.

Vale ressaltar também as estratégias e técnicas usadas pelos hotéis para se manterem no mercado e obter vantagem competitiva.

Outro fato que merece destaque é o quantitativo de hotéis com espaço para eventos, que vem aumentando ao longo dos anos, proporcionando uma melhor estrutura para o turismo, especialmente o de negócios. Neste sentido, percebe-se que, pelo crescente investimento neste setor, o mesmo se torna fator preponderante no crescimento turístico e principalmente econômico desta cidade, sendo classificado como um ótimo investimento para qualquer empreendedor que deseja investir em São Luís.

Neste sentido, percebe-se que, pelo crescente investimento neste setor, o mesmo se torna fator preponderante no crescimento turístico e principalmente econômico desta cidade, sendo classificado como um ótimo investimento para qualquer empreendedor que deseja investir em São Luís.

PROCESS OF LOGISTICS: gupo BHG: case study of the American Solare Suites

ABSTRACT

With globalization and the expansion of markets, a significant competitiveness by fostering new customers occurred, causing the hotels were suited to this scenario, practicing competitive prices and at the same time, seeking profitability and strategic positioning. Thus, the tools of logistics arise as a differential to enable hoteliers processes, aiming to satisfy customers, reduce costs and add value to products and services. This paper presents the logistical process of BHG group: a case study of Hotel Solare Suite American of the proposed comparative analysis to support this model was the Value Chain Porter (1999) who mapped all processes that constitute the primary activities and support of the hotels. A qualitative approach was chosen for the feasibility of this study by conducting interviews with employees responsible for the hotel in question, literature search and data processing with the intention to base the results.

Keywords: Logistic processes. Value chain. Strategic positioning. Hotel Chain. Competitiveness.

REFERÊNCIAS

ARBACHE, Fernando Saba et al.. **Gestão de logística, distribuição e trade marketing**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ANDRADE, J. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 1992.

ANDRADE, Nelson; BRITO, Paulo, L.; JORGE, Wilson. E. **Hotel: planejamento e projeto**. São Paulo: SENAC, 2000.

BALLOU, R. H. **Logística empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física**. São Paulo: Atlas, 1993.

BENI, Mário Carlos. Qualidade do produto e dos serviços. **Turismo em Análise**. São Paulo. ECA/USP, p.7-132, nov. 2009.

BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J. **Logística empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimento**. São Paulo: Ed. Atlas, 2001.

BRASIL, Ministério do Turismo/Embratur. **Inventário da oferta turística – metodologia**. Brasília: EMBRATUR, 2013.

CASTELLI, Geraldo. **Administração hoteleira**. 9. ed. Caxias do Sul: Educs, 2003.

_____. **Excelência em hotelaria: uma abordagem prática**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

CHRISTOPHER, Martin. **O marketing da logística:** otimizando processos para aproximar fornecedores e clientes. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

CHING, Hong Yug. **Gestão de estoque na cadeia de logística integrada – supplychain.** 3.ed. – 5. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009.

COSTA, Eliezer Arantes da. **Gestão estratégica.** São Paulo: Saraiva, 2004.

FLEURY, Paulo Fernando; WANKE, Peter; FIGUEIREDO, Kleer Fossati. **Logística empresarial, a perspectiva brasileira.** São Paulo: Ed. Atlas, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Administração de marketing:** a edição do novo milênio. 10. ed. São Paulo: Editora Prentice-Hall, 2000.

_____. **Administração de marketing:** análise, planejamento, implementação e controle. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1998.

_____. **Marketing para o Século XXI.** São Paulo: Futura, 1999.

Princípios de Marketing. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1998.

LALONDE, Bernard, L. M. Pioneers in distribution. **Transportation and Distribuição, Management.** New York, p.58- 60, 1969.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Marketing:** conceitos, exercícios e casos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. **Qualidade total em Serviços.** São Paulo: Atlas, 1997.

MARTINS, P. G.; ALT, P. R. C. **Administração de materiais e recursos patrimoniais.** São Paulo: Saraiva, 2000.

MACHADO, Ricardo. **Logística, uma vantagem competitiva:** a logística como estratégia para a obtenção de vantagem competitiva. 2007. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/logistica_uma_vantagem_competitiva/20429/>. Acesso em: 05 maio 2011.

MONTE, Edmar Ferreira. Posicionamento: da propaganda ao nível estratégico. **Caderno de Pesquisas em Administração.** [FEA/USP]. São Paulo, v. 1, n. 7, p. 41-50, 2º trim. 1998.

NOVAES, A.G. **Sistemas logísticos:** transporte, armazenagem e distribuição física de produtos. São Paulo: Ed. Edgard Blücher Ltda., 1989.

PETROCCHI, Mário. **Turismo:** planejamento e gestão. 6. ed. São Paulo: Futura, 2002. 381p.

POZO, Hamilton. **Administração de recursos materiais e patrimoniais:** uma abordagem logística. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PORTER, M. E. **Vantagem competitiva**: criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

RODRIGUES, Santiago Ricardo. A segmentação do turismo. **Revista de Turismo**. Disponível em: <<http://www.revistaturismo.com.br/artigos/segmentacao.html>>. Acesso em: 15 set. 2008.

TOLEDO, G. L.; HEMZO, M. A. O processo de posicionamento e o marketing estratégico. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - ENANPAD, XV, Belo Horizonte, Anais. Belo Horizonte: ANPAD, 1991.

VIANA, J. J. A amplitude da administração de materiais. In: ADMINISTRAÇÃO de Materiais – um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2002.

WRIGHT, Peter; KROLL, Mark J.; PARNELL, John. **Administração estratégica**: conceitos. São Paulo: Atlas, 2000. Hispano-Lusas de Gestão Científica, Fevereiro 2005, Sevilha, Espanha.

A VIRTUALIZAÇÃO:

solução de baixo custo para falta de recurso de tecnologia da Informação no Ensino Superior

Leonardo Silva Nunes*

RESUMO

O uso das tecnologias da informação no processo de construção do conhecimento está associado à qualidade do processo ensino-aprendizagem por propiciar aos docentes e discentes envolvidas possibilidades de pesquisa e atualização de conteúdo que acompanhe a velocidade da informação vivenciada atualmente. Entretanto as Instituições de Ensino Superior nacionais estão aquém da média praticada mundialmente pelos países desenvolvidos. Desenvolvemos um estudo na Instituição de Ensino Superior Franciscano (IESF) localizado no município de Paço do Lumiar, Maranhão, sobre este requisito de qualidade. Mediante aplicação de pesquisa de campo identificamos que a instituição envolvida no estudo possui um número alto de alunos por computador disponível. Após a análise dos resultados pudemos indicar soluções para parametrizar este indicador à média nacional através do uso da técnica de virtualização de desktop e apresentamos o comparativo de custos entre uso de computadores comuns e máquinas virtualizadas.

Palavras-chave: Tecnologia da informação. Inclusão digital. Ensino aprendizagem. Virtualização.

1 INTRODUÇÃO

As progressivas transformações tecnológicas geram nos setores sociais necessidades de padrões comportamentais e organizacionais no que tange a utilização das tecnologias de informação (TI). Os recursos de TI tem se tornado fator para aumento competitivo nas organizações, assim resultam em mudanças na visão social quanto à evolução e os anseios profissionais e mercadológicos.

Já no processo de ensino e aprendizagem as influências sofridas pelas instituições de ensino são de inclusão ou reformulação estrutural nas suas metodologias e práticas pedagógicas, utilizando-se de elementos computacionais como recursos didáticos.

Nas instituições de ensino superior (IES) os recursos são utilizados em diversos níveis e formas, nos processos administrativos e didáticos, como por exemplo, em laboratórios de informática, portais institucionais e em salas de aula com o objetivo de produzir um maior dinamismo e acessibilidade na relação entre professores, alunos, pedagogos e diretores. Porém segundo Souza, foi divulgado em julho 2012 uma pesquisa

* Bacharel em Ciência da Computação pela Faculdade Pitágoras Filial São Luís-MA. Atuando na área da tecnologia da Informação como Normativo de sistema de gestão da manutenção no seguimento logístico e mineração, Ponto focal Gestão de Desempenho e Gestor de Informações - Gestão de Desempenho - Vale, Controlador de dados, Gestão de Indicadores e Gestão de Qualidade.

CETIC.br, que apresenta que a utilização dos computadores nos ambientes educacionais está muito restrito, aos laboratórios de computação. Apenas 19% estão em uso nas salas de aula.

Outro ponto de atenção é a acessibilidade às tecnologias que é tratada na Portaria Ministerial nº 549/89 do MEC de 1989, onde ressalta que “todos os alunos têm direito ao acesso à tecnologia nas instituições de ensino” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1996). E com isso o investimento em tecnologia organizacional torna-se prioritário para atendimento das legislações e, também, para desenvolvimento estratégico e competitivo.

Diante do exposto, chegou-se ao seguinte problema: como viabilizar a prática educativa no Ensino Superior otimizando recursos tecnológicos com baixo custo para as instituições?

Torna-se necessário então uma investigação quanto à utilização dos computadores na rotina das IES para viabilização das práticas pedagógicas e diminuição da distância entre o aluno e a realidade do que é estudado. Com isso, o presente trabalho tem como objetivo propor solução de baixo custo para viabilizar a utilização da tecnologia de informação como instrumento de prática educativa nos cursos de ensino superior.

De acordo com a taxionomia de Vergara (2003) esta pesquisa se classifica da seguinte forma: quanto aos fins é descritiva, explicativa e aplicada. Descritiva porque visa descrever o cenário atual quanto aos recursos de TI no âmbito do ensino superior. Explicativa porque busca uma relação de causas e efeitos para a atual situação demonstrativa do ensino superior e Aplicada porque se trata de um problema concreto, que precisa de elaboração de uma proposta para ser resolvido. Quanto aos meios a pesquisa é bibliográfica e de campo. Bibliográfica devido à necessidade de se recorrer à vasta literatura, entre outros, para elaboração do referencial teórico do trabalho confrontando as informações com a realidade encontrada no campo, no Instituto de Ensino Superior Franciscano. De campo, pois considera-se que o objeto investigado é algo concreto e que se manifesta no ambiente escolar que, por sua vez, necessita de uma pesquisa *in loco*.

Para esta investigação os sujeitos envolvidos serão o corpo docente e discente do Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF), dentre eles professores, alunos, pedagogos e diretores.

A utilização da proposta apresentada nesse trabalho tem grande relevância no âmbito educacional, pois busca solucionar o problema levantado de forma viável através da inclusão da tecnologia da informação no ambiente do ensino superior e, assim otimizar a utilização e aumentar a disponibilidade média de recursos computacionais por aluno nas IES.

Nesta pesquisa, inicialmente, analisam-se as diversas literaturas sobre o tema em questão permitindo o aprofundamento teórico; em seguida diagnostica-se o cenário atual com relação à utilização de recursos computacionais como ferramenta didática para o ensino superior e, por fim, propõe-se uma alternativa de baixo custo para a utilização de recursos de TI no ensino superior.

2 MARCO TEÓRICO DO PROBLEMA

2.1 O computador no ensino

O homem, desde o início da sua evolução, busca dominar o seu ambiente. Para alcançar esse objetivo, vem avançando nas suas criações, assim chegou à construção de máquinas diversas prosseguindo até chegar aos computadores. Com o surgimento dos computadores, não se parou mais de aperfeiçoá-los e introduzi-los em diversos ambientes, como nas fábricas, nas casas e até mesmo nas instituições de ensino.

Dentre suas características o computador possui algumas que contribuem no processo de formação do conhecimento, Blanco (1989, p.13) os destacam:

Disponibilidade - como qualquer aparelho eletromecânico, inerte, necessita de energia para se tornar operacional. Desde que ligado [...] coloca-se à disposição do utilizador; Interatividade – [...] perceptível que qualquer trabalho a desenvolver com o computador obriga a uma atividade atuante sobre diferentes canais sensoriais do operador. Capacidade de análise - pela interatividade proporcionada, espera de resposta, [...], pode proporcionar a realimentação imediata do sistema [...]; Capacidade audiovisual - se o tratamento da imagem analógica é difícil, porque é sequencial, a sua digitalização, ou codificação numérica, veio criar um leque de possibilidades [...]. Os avanços da microeletrônica refletiram-se nas novas capacidades visuais [...] alcançadas pelos novos computadores [...]

Desse contexto, cabe à contribuição de Yamane (2013, p.10) quando elucida que a motivação para o uso dos computadores nas instituições de ensino tem objetivos socioeconômicos e políticos, tal qual prepara novos indivíduos para o mercado ou para a vida na sociedade da informação.

2.2 Tecnologia e qualidade do processo ensino–aprendizagem

Para definir qualidade no processo de ensino – aprendizagem, instituições como a Organização das Nações Unidas para educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (CDE) se apoiam no tripé: insumo-

processo-resultado. Assim, definem qualidade na educação como a relação entre recursos, materiais e humanos, e os investimentos neles aplicados.

A tecnologia deve ter o papel de enriquecimento no processo de ensino - aprendizagem, viabilizando assim a construção de conhecimentos através da atuação, crítica e criativa entre o corpo docente e discente (MORAN, 1995). E para garantirmos a qualidade nessa relação, tornam-se necessárias ações paralelas para suportar a introdução da tecnologia no ambiente educacional, como inter-relação entre a educação continuada dos professores e a gestão por competência.

Segundo Chimentão (2009, p. 5) a formação continuada é significativa e ajuda a provocar mudanças comportamentais e profissionais nos educadores, quando o forma:

a) competente na sua profissão, a partir dos recursos de que ele dispõe; b) dotado de uma fundamentação teórica consistente; c) consciente dos aspectos externos que influenciam no processo educacional, visto que a educação não esta somente na sala de aula ou nas instituições de ensino, mas está presente em todo ambiente social.

Em conjunto à formação continuada, as intuições devem fazer gestão por competência baseada no CHA, que tem a sigla definida como:

C = Saber (conhecimentos adquiridos no decorrer da vida, nas escolas, universidades, cursos etc.); H = Saber fazer (capacidade de realizar determinada tarefa, física ou mental); A = Querer fazer (comportamentos que temos diante de situações do nosso cotidiano e das tarefas que desenvolvemos no nosso dia-a-dia). (REZANDE, 2011, p. 24).

Em face do exposto, pode-se concluir que somente a incorporação de novas tecnologias nas instituições de ensino não será garantia de maior qualidade na educação, pois a imagem tecnológica pode esconder um ensino tradicional baseado na recepção e na memorização de informações. Para tanto, quando bem empregadas, podem gerar ganhos inestimáveis.

2.3 Virtualização como ferramenta de otimização nos processos tecnológicos

Para Silva (2007, p. 13) a virtualização oferece uma proteção aos reais recursos de um computador, criando uma camada virtual para cada relação entre sistemas. Com isso, a virtualização potencializa o uso de determinada máquina como, por exemplo, se fossem duas ou mais. Dentro desta esfera do conhecimento Carissimi (2009) conceitua virtualização como um extensor ou substituto de recursos, processo de transformação computacional. Pontua também que podemos criar sistemas virtuais na camada física (*hardware*) ou lógica (aplicações), respeitando sua hierarquia de funcionamento, onde o hardware realiza as

operações requeridas pelas aplicações e o sistema operacional recebe as requisições das operações por meio das chamadas de sistemas e controla o hardware.

Nessa perspectiva, Matheus (2011, p. 1) ressalta as vantagens da implementação dos sistemas virtuais:

Gerenciamento centralizado; Instalações simplificadas; Disponibilização de novos desktops [...]; Migração de desktops para novo hardware de forma transparente; Economia de espaço físico; Suporte e manutenção simplificados; redução de custo com infraestrutura de TI.

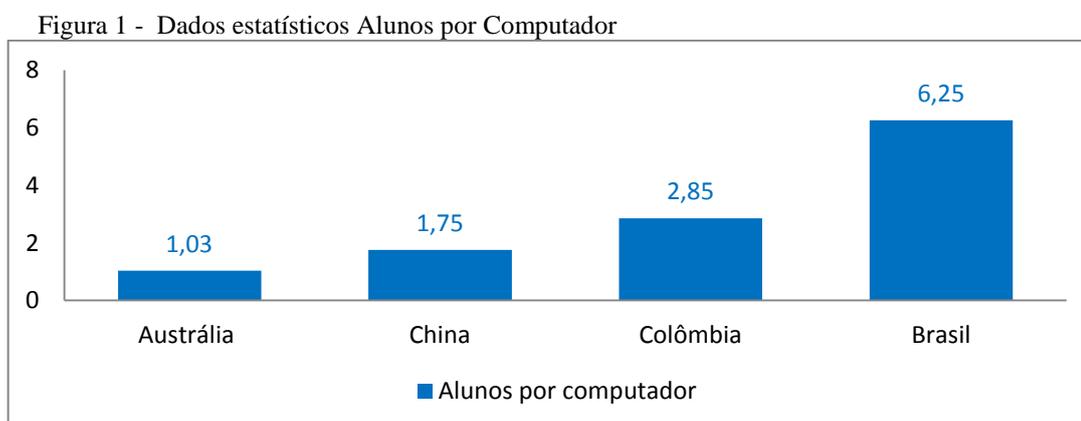
Além das vantagens no âmbito computacional descritas acima, a virtualização no contexto pedagógico trás infinitas possibilidades no processo de formação do conhecimento, visto que pode aumentar a disponibilidade de recursos no planejamento do ensino.

3 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Após análise de questionários aplicados no Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF), identificamos a utilização da estratégia de disponibilizar computadores para uso dos alunos nos laboratórios de informática e em sua biblioteca. Por motivos comerciais trabalharemos com dados aproximados para análise dos resultados dos levantamentos.

Como diretriz base para viabilização desta investigação, utilizaremos dados da avaliação Pisa que mede a qualidade internacional da educação, divulgada pela OCDE em 2011, a respeito da quantidade média de alunos por computador nos principais países do mundo.

A pesquisa demonstra uma grande variação na média por aluno dos países europeus e asiáticos para os países da América, como poderemos ver na figura abaixo:



Fonte: OCDE, 2011

Aplicamos uma pesquisa de campo no Instituto de Ensino Superior Franciscano, com os seguintes questionamentos:

Figura 2 - Questionário para levantamento de dados

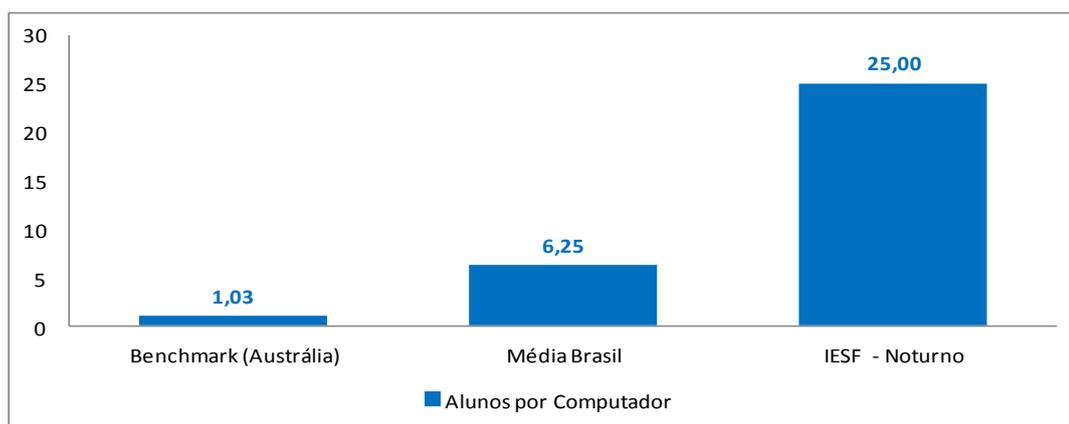
| Questionário | Resposta |
|---|---------------------------|
| Qual quantidade de Alunos por Turma ? | 60 |
| Qual quantidade de Computadores disponíveis para utilização dos alunos por turno Matutino ? | 60 |
| Qual quantidade de Computadores disponíveis para utilização dos alunos por turno Vespertino ? | 60 |
| Qual quantidade de Computadores disponíveis para utilização dos alunos por turno Noturno ? | 60 |
| Qual quantidade de alunos por turno (Matutino) ? | 0 |
| Qual quantidade de alunos por turno (Vespertino) ? | 0 |
| Qual quantidade de alunos por turno (Noturno) ? | 1500 |
| Vocês medem a utilização dos recursos? Podem informar? | Não Medem |
| Onde são disponibilizados computadores para os alunos ? | Biblioteca e Laboratórios |

Fonte: O Autor

Ao fim da tabulação dos dados obtidos com a aplicação do formulário, foi realizada a modelagem dos dados com o objetivo de compará-los aos resultados da pesquisa de Pisa, divulgada pela OCDE em 2011. Como segue na figura3:

O IESF disponibiliza, em média, um computador para 25 alunos, indicando um delta de 18,75 computadores por alunos, ou seja, 75% acima do resultado nacional.

Figura 3 - Alunos por Computador-IESF



Fonte: O Autor

Com a identificação da lacuna sobre a disponibilidade dos computadores na instituição de ensino, partiremos para a proposta de otimização quantitativa dos computadores acessíveis aos alunos através da virtualização.

4 PROPOSTAS E ALTERNATIVAS

4.1 Virtualização de desktop (hardware)

Como solução para a baixa disponibilidade de computadores, no Instituto de Ensino Superior Franciscano, propõe-se como alternativa para o aumento do indicador avaliado, a Virtualização de Desktop.

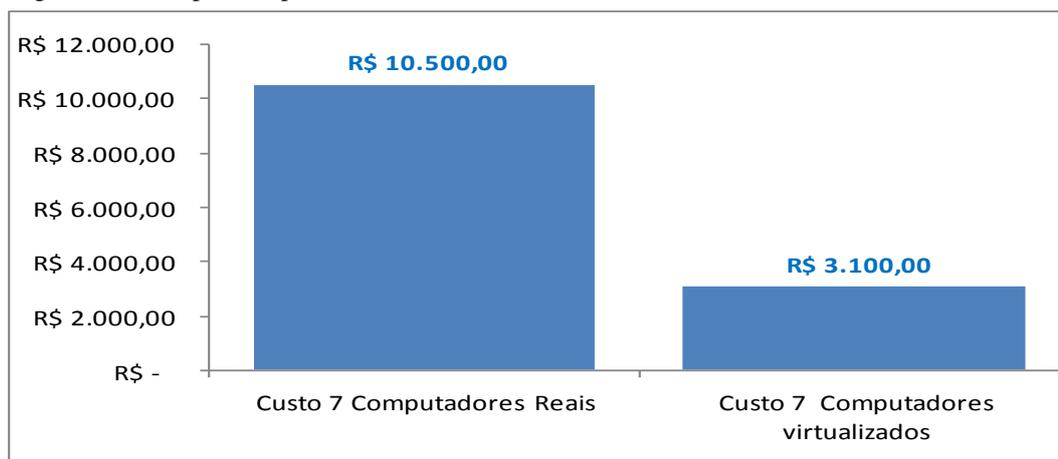
Para aplicação do desktop virtual, temos o dispositivo Xtenda X300 que é um hardware fabricado pela *NComputing* e distribuído no mundo por diversas empresas, tais como: *Tradesystem*, *Gemini Sistemas*, *NETPrime*. Ele permite a criação de uma pequena rede, de até sete usuários por computador, sem necessidade de configurações avançadas, bastando somente conectar diretamente os cabos e instalar o software no desktop hóspede, computador que será virtualizado. Dentre suas características cabe ressaltar:

Aceita aplicações padrões, inclusive multimídia; Baixo custo de aquisição e suporte; Fácil configuração, manutenção e segurança; Compacto e com baixíssimo consumo de energia; Aceita aplicações padrões, inclusive multimídia, Inclui um software gerenciador para sistemas operacionais . (MULTIUSUÁRIO GEMINI, 2015).

Detalhando a característica de baixo custo de aquisição e suporte, a utilização da Xtenda X300 reduz drasticamente os custos com a estrutura de informática, necessitando apenas do complemento de monitor, teclado, mouse e caixas de som, este último configura um periférico opcional. Porém, em vez de conectar diretamente ao computador, estes periféricos serão conectados a um dos terminais do hardware de virtualização.

Como iniciativa para demonstrar a viabilidade da utilização da proposta apresentada nessa pesquisa, simulamos alguns parâmetros. Hoje no mercado, segundo a empresa de consultoria IDC, um computador de mesa padrão completo custa em média R\$1.500 mil. Independentemente, os periféricos (teclado, monitor e caixa multimídia) custam R\$ 400, enquanto o Xtenda X300 é vendido por R\$ 300. De posse desses valores e partindo da premissa que o Xtenda X300 virtualiza um computador em 7 máquinas virtuais, podemos apresentar a seguinte constatação.

Figura 4 - Custo por computador

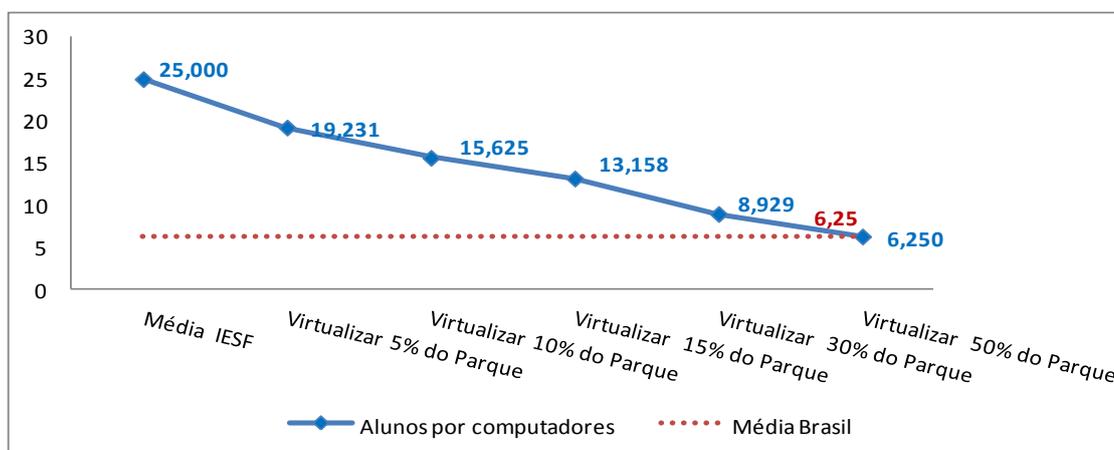


Fonte: O Autor

A figura 4 demonstra que linearmente comparando a aquisição de sete computadores reais versus a aquisição do Xtenda X300 mais seus periféricos de complemento, temos uma redução de 30% do valor empregado. Onde esse valor, cerca de R\$ 7.400 mil, poderia ser empregado em outra iniciativa pedagógica.

Outro parâmetro que podemos pontuar neste trabalho é a iniciativa para equiparmos os resultados dos indicadores de disponibilidade de alunos por computadores, do IESF aos patamares nacionais, ou até mesmo ao *Benchmark* (Austrália). Partindo do princípio que a instituição possui aproximadamente 1.500 alunos e os mesmo têm acesso a 60 desktops, projetamos uma implantação do Xtenda X300 gradual nos equipamentos disponíveis, representado na figura 5.

Figura 5 - Projeção da Implantação do Xtenda X300



Fonte: O Autor

O resultado demonstra que para atingirmos a média nacional, necessitaríamos da implantação do Xtenda X300 em aproximadamente 50% dos equipamentos disponíveis na instituição, o que segundo nossa projeção anterior representa um investimento adicional aproximado de R\$93 mil. Essa projeção representa a aquisição de aproximadamente 15 (quinze) hardwares virtualizadores. Ressaltamos que os outros 50% não virtualizado, continuaria em utilização, o que levaria o indicador a mais uma crescente.

5 CONCLUSÃO

A abordagem conceitual utilizada nessa pesquisa facilitou o entendimento dos objetivos da implantação da virtualização nas instituições de ensino superior.

Demonstramos que o desktop virtual viabiliza aumento da disponibilidade de computadores com baixo custo, possibilitando alteração no patamar desse indicador com relação aos resultados divulgados em pesquisas qualitativas do ensino. Apresentamos O Xtenda X300, uma novidade tecnológica de ponta, que possibilita impactos positivos e diretos ao processo de ensino aprendizagem.

Para finalização realizamos uma simulação e projeções da implantação da virtualização no Instituto de Ensino Superior Franciscano - IESF buscando a redução de custo a o aumento do indicador de alunos por computador. Validando a proposta definida neste trabalho, demonstramos dados estatísticos sobre os ganhos tangíveis atrelados ao desenvolvimento de um projeto de virtualização de hardware, seguindo as definições estabelecidas nesta investigação.

Finalmente, este trabalho foi relevante, pois apresentou de forma sistemática uma proposta, focada no aumento quantitativo de computadores em uma instituição de ensino superior, buscando assim a melhora qualitativa no processo de formação do conhecimento e também a disseminação da inclusão digital no âmbito educacional.

ABSTRACT

The use of information technologies in the process of construction of knowledge is linked to the quality of the teaching-learning process by providing the teachers and students involved in search and content update that accompany the speed of information experienced currently. Meanwhile the Institutions of Higher Education are below average practiced worldwide by developed countries. We have developed a study in Institution of Higher Education Franciscan (IESF) located in the municipality of Paço do Lumiar, Maranhão, on this quality requirement. Upon application of field research identified that the institution involved in the study has a high number of students per computer available. After the analysis of the results we have seen indicate solutions to parameterize this indicator the national average through the use of the technique of desktop virtualization and introducing the comparison of costs between the use of common computers and virtualized machines.

Keywords: Information technology. Digital inclusion. Learning teaching. Virtualization.

REFERÊNCIAS

CARISSIMI, Alexandre. **Princípios básicos e aplicações**. Disponível em: <<http://www.lbd.dcc.ufmg.br/colecoes/erad/2009/004.pdf>>. Acesso em: 1 maio 2014.

CHIMENTÃO, Lilian Kemmer. **O significado da formação continuada docente**. Disponível em: <www.uel.br/eventos/conpef/conpef4/.../artigo.comoral2.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2014.

BLANCO, Dias. **Tecnologia educativa - bases teóricas**. Braga: Universidade do Minho, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Informática Educativa. **A utilização da Informática na escola pública brasileira (1970-2004)**. Brasília, DF: MEC - Secretaria de Educação a Distância, 1996.

IDC CONSULTORIA. **Preço médio do computador subiu mais de 10% no Brasil**. Disponível em: <<http://www.baboo.com.br/corporativo/mercado-corporativo/preco-medio-computador-subiu/>>. Acesso em: 28 out. 2014.

MATHEUS. **O que é Xtenda é para o que serve?** Disponível em: <<https://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20120204045823AAej682/>>. Acesso em: 28 out. 2014.

MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e o reencantamento do mundo**. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/tecnologias_eduacacao/novtec.pdf>. Acesso em: 8 maio 2014.

MULTIUSUÁRIO GEMINI. Disponível em: <<http://www.multiposuario.com.br/xtenda.php>>. Acesso em: 8 maio 2014.

REZENDE, Marcelo Lacerda. **Identificação do conhecimento habilidade e atitude (CHA) dos coordenadores de um curso de ensino superior**. Disponível em: <http://cetir.aedb.br/seget/artigos07/1314_200600030.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

SILVA, Rodrigo Ferreira. **Virtualização de sistemas operacionais**. Disponível em: <<http://www.lncc.br/~borges/doc/Virtualizacao%20de%20Sistemas%20Operacionais.TCC.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2014.

SOUSA, Francisco. **Professores não dominam tecnologia como os seus alunos (e isso não mudará)**. Disponível em: <<http://teceducacao.com.br/categoria/sem-categoria>>. Acesso em: 13 maio 2014.

UNESCO. Formação de recursos humanos para a gestão educativa. **Caderno da UNESCO Brasil**, Brasília, DF, v. 4, 2000. Serie educação.

VERGARA S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

YAMANE, Ramiro Thamay. **O computador na sala de aula: uma pesquisa em 03 escolas brasileiras de ensino Fundamental e médio na província de Saitama-Ken Japão**. Disponível em: <http://monografias.brasilecola.com/educacao/o-computador-na-sala-aula-uma-pesquisa-03-escolas-brasileiras.htm#capitulo_9>. Acesso em: 10 out. 2014.